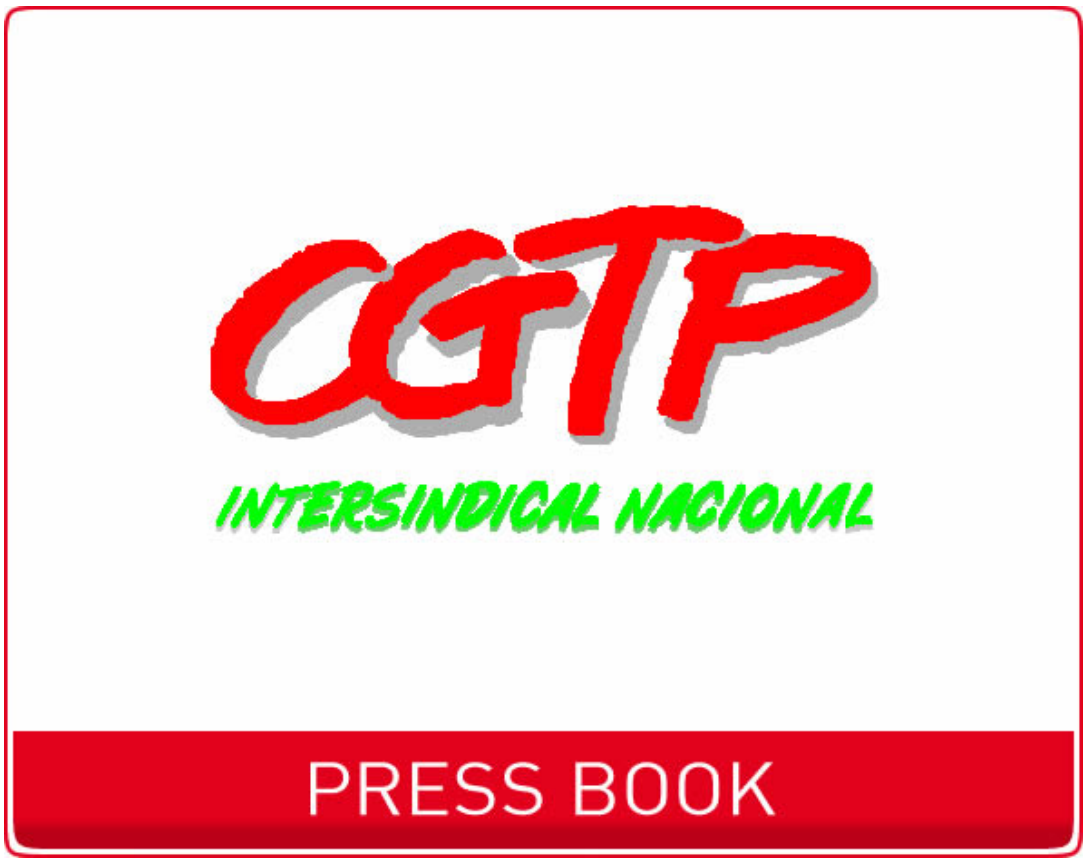



Revista_Imprensa_16_Abril_2020

CISION

Revista de Imprensa


| | |
|---|---|
| 1. 5,5 milhões de pessoas dependem do Estado, Correio da Manhã, 16/04/2020 | 1 |
| 2. Governo volta a adiar apoios para os media, Correio da Manhã, 16/04/2020 | 3 |
| 3. Hospitais privados - doentes têm ADSE, Correio da Manhã, 16/04/2020 | 5 |
| 4. Recibos verdes vão ter apoio proporcional, Correio da Manhã, 16/04/2020 | 6 |
| 5. Humberto Pedrosa reforça vontade de ficar na TAP, Correio da Manhã, 16/04/2020 | 7 |
| 6. Empresas têm um milhão de pessoas, Correio da Manhã, 16/04/2020 | 8 |
| 7. Reabertura do país só a partir de 15 de maio e será muito gradual, i, 16/04/2020 | 9 |
| 8. Política 4.0, i, 16/04/2020 | 12 |
| 9. Norte recebeu quase metade do novo reforço de 265 mil testes, Jornal de Notícias, 16/04/2020 | 13 |
| 10. PS quer "valorizar ainda mais" a solidariedade do setor social, Jornal de Notícias, 16/04/2020 | 15 |
| 11. Voluntários telefonam aos mais velhos para quebrar isolamento, Jornal de Notícias, 16/04/2020 | 16 |
| 12. Sem apoio do SNS, privados negoceiam com seguros, Jornal de Notícias, 16/04/2020 | 17 |
| 13. Patrões dizem que chegaram "zero" apoios, Jornal de Notícias, 16/04/2020 | 18 |
| 14. Governo espera economia ao nível de 2015 no final deste ano, Negócios, 16/04/2020 | 19 |
| 15. RSI também vai passar a ser dado de forma automática, Negócios, 16/04/2020 | 20 |
| 16. "Portugal pode beneficiar com a relocalização das indústrias" - entrevista a Pedro Siza Vieira, Negócios, 16/04/2020 | 21 |
| 17. A liderança à prova em tempos de pandemia, Negócios, 16/04/2020 | 24 |
| 18. PSI-20: maioria das empresas vai distribuir dividendos, Público, 16/04/2020 | 27 |
| 19. PS celebra 47 anos com conferência e debates nas redes sociais, Público, 16/04/2020 | 30 |
| 20. Governo promete acesso ao superior “o mais justo possível”, Público, 16/04/2020 | 31 |
| 21. Quem está em layoff pode afinal trabalhar sem limitações, Público, 16/04/2020 | 32 |
| 22. Recibos verdes com quebras ainda sem formulário para o apoio, Público, 16/04/2020 | 33 |
| 23. Nova Telescola também vai estar na Internet, Público, 16/04/2020 | 34 |
| 24. A política volta dentro de momentos, Visão, 16/04/2020 | 35 |
| 25. Dois mil desempregados por dia desde 1 de abril, Correio da Manhã, 16/04/2020 | 39 |
| 26. Termómetro da crise, Correio da Manhã, 16/04/2020 | 41 |
| 27. Mais & Menos, Correio da Manhã, 16/04/2020 | 42 |

28. Layoff. Mais de 930 mil trabalhadores estão abrangidos, i, 16/04/2020 43

29. Portugal. Dependência do turismo dificulta retoma, i, 16/04/2020 44

30. Trabalho - 32 mil pessoas perderam emprego em duas semanas, Jornal de Notícias, 16/04/2020 45

31. Insolvências aumentaram 4% no primeiro trimestre, Jornal de Notícias, 16/04/2020 48

32. Funcionários de escolas vão ajudar idosos, Jornal de Notícias, 16/04/2020 49

33. Morre esmagado contra parede, Jornal de Notícias, 16/04/2020 50

34. Desemprego regista maior subida de sempre, Negócios, 16/04/2020 51

35. Desemprego atinge 353 mil pessoas em Portugal, Público, 16/04/2020 53

36. Funcionários não serão despedidos, diz ministério, Público, 16/04/2020 54

37. Guia para salvar o seu emprego, Sábado, 16/04/2020 55

38. O vírus que aumenta a desigualdade, Visão, 16/04/2020 71

CISION

CORREIO da manhã

ID: 86001535

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 4
Cores: Cor
Área: 25,70 x 27,47 cm²
Corte: 1 de 2

ECONOMIA

# 5,5 milhões de pessoas dependem do Estado

**DADO** Pandemia do coronavírus faz disparar o número de portugueses que dependem financeiramente de dinheiro público
**ENCARGOS** Pagamentos do Estado aos beneficiários poderão atingir, entre abril e junho, 4,6 mil milhões de euros por mês

**Despesa pública** tem subido consideravelmente com a multiplicação de apoios públicos face à pandemia. Além dos salários do Estado, há mais subsídios a serem pagos para apoiar os portugueses

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

A pandemia do coronavírus está a contribuir para um aumento apreciável do número de pessoas com alguma dependência financeira direta do Estado. Neste momento, entre as várias situações de pessoas que recebem pagamentos do Estado, como os trabalhadores do setor privado colocados em layoff e os pensionistas, cerca de 5,5 milhões de pessoas dependem do Estado para viver. Entre abril e junho, período mais difícil da pandemia, os pagamentos do Estado a estas pessoas rondarão os 4,6 mil milhões de euros por mês.

O universo de pessoas com dependência financeira direta do Estado abrange diversos tipos de situações: 2,7 milhões de pensionistas do regime geral da Segurança Social, 645 mil pensionistas da Caixa Geral de Aposentações (CGA), 938 mil trabalhadores do setor privado colocados em layoff, mais de 698 mil funcionários públicos, 353 mil desempregados e 145 mil trabalhadores independentes. A este universo acresce ainda um número elevado de pais que estão em casa a cuidar dos filhos com idade até 12 anos, visto as escolas estarem encerradas.

Deste total de cerca de 5,5 milhões de pessoas com dependência financeira direta do Estado, mais de um milhão passou a viver com verbas provenientes do Estado devido à pandemia do coronavírus: em concreto, esta situação abrange os trabalhadores por conta de outrem do setor privado colocados em layoff, os trabalhadores independentes que pediram apoio do Estado devido à redução da faturação, os pais que estão em casa a cuidar dos filhos com idade até 12 anos e vários milhares de novos desempregados.

## ALÍVIO DA QUARENTENA TENDERÁ A REDUZIR O UNIVERSO DE ABRANGIDOS

A partir da análise dos dados da Direção-Geral do Orçamento, da Segurança Social e da informação já divulgada pelo Governo, é possível estimar os seguintes encargos mensais do Estado com essas pessoas: cerca de 1,6 mil milhões de euros com os salários dos funcionários públicos, mais de 1,2 mil milhões de euros com as pensões da Segurança Social, cerca de 626 milhões de euros com as pensões da CGA, mais de 580 milhões de euros com os pais que ficam em casa com os filhos com menos de 12 anos, cerca de 460 milhões de euros com os layoff, 100 milhões de euros com os desempregados.

Durante a fase mais complicada da pandemia do coronavírus, o número de pessoas que recebem pagamentos do Estado é superior à população ativa: em fevereiro de 2020, a população empregada ascendia a pouco mais de 4,8 milhões de pessoas. Com o alívio progressivo das medidas de quarentena e o reinício da atividade económica, o número de pessoas dependentes do Estado tenderá a diminuir, assim como a despesa. Mesmo assim, o coronavírus está a contribuir de forma acentuada para o desequilíbrio entre população ativa e população desempregada. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL
CORREIO da manhã

CISION

ID: 86001535

CORREIO da manhã

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 25,70 x 21,24 cm²
Corte: 2 de 2

SÁBADO NÃO PERCA
Máscara grátis com o seu CM
PARCERIA CM E FUNDAÇÃO EDP
P.11

QUINTA-FEIRA 16/04/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

SEIXAL P.34
MATA COM GARRAFA PARA ROUBAR A PENSÃO

ESPECIAL DE 28 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.4 A 31 E 38

# PREÇO DAS MÁSCARAS E DO ÁLCOOL DISPARA ATÉ 1500 %

INFLAÇÃO BRUTAL EM BENS DE PROTEÇÃO CONTRA O VÍRUS

**5,5** MILHÕES DE PORTUGUESES DEPENDEM DO ESTADO

599 MORTOS
18 091 INFETADOS
383 CURADOS

SPORTING FALHA PAGAMENTO DE RÚBEN AMORIM AO SP. BRAGA

MARCELO CONFIRMA 13 DE MAIO EM FÁTIMA SEM PEREGRINOS

DIAMANTINO GANHA COMPUTADOR

BENEMÉRITO OFERECE EQUIPAMENTO APÓS VER REPORTAGEM DO CM/CMTV

PEDRO NUNES/LUSA

PINK FLOYD
CORREIO

11ª ENTREGA
HOJE NAS BANCAS
THE PIPER AT THE GATES OF DAWN
POR APENAS 9,99€

VIDAS P.44 E 45
Cristina ACUSADA DE COPIAR SAPATOS
Apresentadora responde com ameaça de processo por difamação

ALJEZUR P.36
Apanha 16 anos por homicídio em praia

LOURES P.37
Penas pesadas para agressores de agentes da PSP

ÍLHAVO P.48
Reformada ateia fogo a carro de ex

FUTEBOL P.41
DRAGÃO EVITA CORTES COM FOCO NO TÍTULO

FC PORTO QUER JOGADORES MOTIVADOS

PUB
CORREIO
FAST & FURIOUS

SÁBADO, DIA 18
POR APENAS
9,95€ + JORNAL
DOM'S DOGE CHARGER DAYTONA

CISION

CORREIO da manhã

ID: 86001829

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 18
Cores: Cor
Área: 20,88 x 27,86 cm²
Corte: 1 de 2

COMUNICAÇÃO SOCIAL EM CRISE

# Governo volta a adiar apoios para os media

**DIFICULDADES** "Não tem sido fácil encontrar uma medida que seja imediata e transversal", disse o secretário de Estado no Parlamento

SÓNIA DIAS/DUARTE FARIA

Os grupos de comunicação social nacionais ficaram ontem sem resposta relativamente às medidas governamentais de apoio aos media. Em audição no Parlamento, ao lado da ministra da Cultura, o secretário de Estado Nuno Artur Silva admitiu que "não tem sido fácil encontrar uma medida que seja imediata e transversal" por se tratar de uma situação "muito complexa". Reconheceu ainda que o plano de emergência tem de ser o mais "imediato" possível, mas não explicou porque é que este ainda não foi aplicado. Já Graça Fonseca garantiu medidas para esta semana.

## GOVERNO PROMETE MEDIDAS ESTA SEMANA. PARTIDOS PEDEM URGÊNCIA

Confrontado pelo PSD, BE, PS e CDS sobre qual será o modelo de apoio à comunicação social, a intervenção do secretário de Estado com a tutela dos Media não deixou ninguém esclarecido. "O que posso dizer é que, em breve, tencionamos anunciar uma medida de emergência que seja bastante generalista e transversal", adiantou o governante, acrescentando que esta estará "alinhada" com as medidas tomadas por alguns países europeus, que têm isentado as empresas do pagamento de impostos e prestado apoios à distribuição. Referiu ainda que "imediatamente a seguir à medida de emergência é preciso avançar com reformas no setor e rever os modelos de apoio à comunicação social". Artur Silva assegurou também que os apoios imediatos abrangem a imprensa regional e local.

O PSD pediu urgência e o CDS defendeu que "qualquer financiamento não pode distorcer aquilo que são as condições de partida". Já o BE lembrou que o assunto "já tem barbas" e que "está em causa a sobrevivência de muitos jornais".

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL
CORREIO da manhã

**A ministra da Cultura,** Graça Fonseca, e o secretário de Estado Nuno Artur Silva ontem à tarde no Parlamento

**Crise da cultura** é desastrosa para o Interior do País, afirma a ministra

## Resultados do fundo de apoio à cultura em maio

Os resultados das candidaturas aos apoios de emergência para artistas e entidades culturais (no total de 1 milhão €) serão conhecidos e protocolados em maio. "É difícil estimar o valor do impacto da crise na cultura, mas certamente é um desastre económico e social, sobretudo no Interior do País", referiu Graça Fonseca.

CISION

ID: 86001829

CORREIO da manhã

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 25,70 x 21,17 cm²
Corte: 2 de 2

QUINTA-FEIRA 16/04/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

SÁBADO NÃO PERCA
Máscara grátis com o seu CM
PARCERIA CM E FUNDAÇÃO EDP
P.11

SEIXAL P.34
MATA COM GARRAFA PARA ROUBAR A PENSÃO

ESPECIAL DE 28 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.4 A 31 E 38

# PREÇO DAS MÁSCARAS E DO ÁLCOOL DISPARA ATÉ 1500 %

INFLAÇÃO BRUTAL EM BENS DE PROTEÇÃO CONTRA O VÍRUS

5,5 MILHÕES DE PORTUGUESES DEPENDEM DO ESTADO

599 MORTOS
18 091 INFETADOS
383 CURADOS

SPORTING FALHA PAGAMENTO DE RÚBEN AMORIM AO SP. BRAGA

MARCELO CONFIRMA 13 DE MAIO EM FÁTIMA SEM PEREGRINOS

DIAMANTINO GANHA COMPUTADOR
BENEMÉRITO OFERECE EQUIPAMENTO APÓS VER REPORTAGEM DO CM/CMTV

PINK FLOYD
11ª ENTREGA
HOJE NAS BANCAS
THE PIPER AT THE GATES OF DAWN
POR APENAS 9,99€

VIDAS P.44 E 45
Cristina ACUSADA DE COPIAR SAPATOS
Apresentadora responde com ameaça de processo por difamação

ALJEZUR P.36
Apanha 16 anos por homicídio em praia

LOURES P.37
Penas pesadas para agressores de agentes da PSP

ÍLHAVO P.48
Reformada ateia fogo a carro de ex

FUTEBOL P.41
DRAGÃO EVITA CORTES COM FOCO NO TÍTULO

FC PORTO QUER JOGADORES MOTIVADOS

FAST & FURIOUS
SÁBADO, DIA 18
POR APENAS 9,95€ + JORNAL
DOM'S DOGE CHARGER DAYTONA

CISION

ID: 86001756

CORREIO da manhã

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 17
Cores: Cor
Área: 10,07 x 4,06 cm²
Corte: 1 de 1

HOSPITAIS PRIVADOS | **DOENTES TÊM ADSE**

**Mais de 900 doentes atendidos pelos hospitais privados no âmbito da pandemia têm ADSE, o subsistema de saúde da função pública, segundo dados da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada. Até terça-feira tinham sido atendidos nos privados 3946 doentes no âmbito da Covid-19.**

CISION

ID: 86001556

CORREIO da manhã

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 4,97 x 7,44 cm²
Corte: 1 de 1

# Recibos verdes vão ter apoio proporcional

**Os trabalhadores independentes afetados pela crise, mas que não estão em paragem total, também têm acesso ao novo apoio lançado pelo Governo, embora a ajuda seja proporcional à quebra de faturação declarada, refere o decreto-lei publicado em Diário da República.**

CISION

ID: 86001606

CORREIO da manhã

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 7
Cores: Cor
Área: 11,04 x 8,85 cm²
Corte: 1 de 1

Empresário Humberto Pedrosa garante que não está na TAP para sair

# Humberto Pedrosa reforça vontade de ficar na TAP

Humberto Pedrosa, um dos principais acionistas da TAP, mantém a intenção de ficar na empresa. "Sou empresário e um empresário não entra num negócio para sair amanhã [...] A minha intenção é ficar na TAP. [...] Há muita coisa que a gestão privada consegue fazer que o Estado não consegue", refere o dono do grupo Barraqueiro ao 'Negócios'. O Governo admite a hipótese de nacionalização.

CISION

ID: 86001578

CORREIO da manhã

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 10,68 x 5,88 cm²
Corte: 1 de 1

# Empresas têm um milhão de pessoas

**As empresas que pediram para aderir ao layoff simplificado até terça-feira têm nos quadros de pessoal cerca de um milhão de pessoas, disse o primeiro-ministro. António Costa ressalvou, ainda assim, que poderão não ser todas abrangidas pela medida.**

MIGUEL BARREIRA

**Setor do comércio** tem sido dos mais penalizados pela atual crise

# Reabertura do país só a partir de 15 de maio e será muito gradual

Reunião de peritos com altas figuras do Estado deixou claro que regresso à normalidade terá de ser faseado e depende da evolução da epidemia até ao final de abril

**CRISTINA RITA**
*cristina.rita@ionline.pt*
**MARTA F. REIS**
*marta.reis@ionline.pt*

As próximas semanas continuam a ser encaradas como decisivas mas aumenta a convicção de que, mantendo-se a atual tendência no abrandamento no número de novos casos de covid-19 no país, maio será o mês do recomeço. A ideia de que será um mês de transição foi repetida várias vezes pelo Presidente da República esta quarta-feira quando falou ao país depois da terceira reunião de peritos no Infarmed – um encontro onde além dos especialistas convocados pelo Ministério da Saúde têm lugar líderes dos partidos e conselheiros de Estado. E afastou qualquer expectativa que pudesse existir de um regresso imediato e à vida antes da pandemia.

Fontes ouvidas pelo *i* dizem que ficou patente no encontro que o levantamento de restrições e retoma de alguns setores da economia terá de ser gradual e progressivo, acompanhado de uma forte vigilância epidemiológica para detetar precocemente surtos e rastrear contactos de doentes – e a hipótese de serem usadas aplicações para esse efeito não está descartada. Apesar do otimismo, os modelos epidemiológicos apresentados deixaram pouca margem para que seja possível o levantamento de restrições antes de 15 de maio, explicaram ao *i* participantes no encontro.

Ponto assente é que as decisões só serão tomadas no final do mês. Foi Marcelo a revelar que o primeiro-ministro convocou uma nova reunião para 28 de abril e até lá o essencial é cumprir as atuais orientações e o confinamento para estancar ao máximo os contágios: "É cedo para estarmos a falar do que vai ser assunto a decidir no início de maio e por isso haverá uma nova reunião proposta pelo primeiro-ministro a 28 de abril, para fazer o balanço e decidir em relação ao futuro imediato", disse Marcelo Rebelo de Sousa.

**OS NÚMEROS QUE VÃO ACENDER AS LUZINHAS** "É preciso que abril seja bem sucedido para se poder começar a ver várias luzinhas na vida de todos os portugueses", disse o Presidente da República, considerando que há sinais de esperança mas que só no final do mês será visível a esperada luz ao fundo do túnel.

Mais uma vez nem o Presidente e primeiro-ministro divulgaram os cenários que estão a ser analisados pelo Governo. António Costa referiu-se no entanto a "um nível" que é preciso atingir para "que possamos conviver com este vírus de uma forma que seja gerível e controlável e só nesse momento é que poderemos começar a retirar as medidas. E cada vez que retirarmos uma, teremos de ir medindo de forma a garantir que podemos retirar outra sem correr o risco de haver descontrolo. O que não podemos perder é o que já conseguimos e não podermos perder esta visão de longo prazo pois não é previsível que venhamos a dispor de qualquer vacina antes do verão de 2021", afirmou.

Participantes ouvidos pelo *i* explicam que foram apontados indicadores chave: o número de novos casos diários terá de ser reduzido, assim como o balanço de vítimas mortais, um dos indicadores que neste momento ainda não dá sinais de abrandamento. Mas o indicador técnico que permite perceber o nível de controlo da

CORONAVÍRUS

Comércio já tem garantias do Governo de que o fabrico de máscaras sociais será reforçado

MAFALDA GOMES

epidemia é o chamado R0, o chamado número básico de reprodução do vírus. É obtido através o cálculo de quantos contágios surgem a partir de um doente infetado – ou seja o ritmo de propagação do vírus.

Para o início da epidemia, antes de serem implementadas medidas de distanciamento social, os diferentes países têm usado como referência 2,7 casos por cada doente infetado, embora existam diferentes cenários. Baixando-se do patamar de um, significa que tendencialmente se suprime a propagação do vírus e na reunião de terça-feira foi apontado o valor entre 0,7 e 0,8 para o levantamento das restrições – atualmente o R0 está abaixo de 1 mas a preocupação é perceber se os dados estabilizam. E, tal como sugeriu António Costa, será preciso perceber como oscila a cada medida levantada.

No final do encontro, o deputado do PSD Ricardo Baptista Leite defendeu que o levantamento alargado da quarentena só será possível quando for possível identificar e controlar as cadeias de transmissão, como existia no início de março, e que também só no final do mês será possível avaliar se existem condições para retomar as aulas presenciais do 11.º e 12.º ano.

Gabriela Gomes, matemática especialista em epidemiologia que tem estado a fazer a modelação da epidemia, explicou ao *i* que no início de maio dificilmente será aconselhável levantar restrições, uma vez que é expectável que continuem a registar-se no país cerca de 60 novos casos. No final de maio, os casos deverão estar então na casa das unidades, um cenário mais semelhante ao que se registava nos primeiros dias de março. A especialista tem dúvidas ainda assim que seja possível regressar a uma identificação exata das cadeias de transmissão, sobretudo tendo em conta que existe contágio por pessoas sem sintomas. "A transmissão está espalhada na comunidade, muitos casos não dão pistas, é como procurar no escuro. Se tivermos por dia umas poucas unidades de casos, um, dois, três, pode querer dizer que na comunidade temos 10 vezes mais assintomáticos, é difícil estabelecer esse objetivo". Por esse motivo, Gabriela Gomes defende que o regresso à normalidade terá sempre de ser muito gradual com os indicadores permanentemente avaliados.

Pequeno comércio e PME na linha da frente para reabrir, mas com novas regras e máscaras

Levantamento de restrições será progressivo para avaliar impacto nos contágios

**QUEM ABRE PRIMEIRO?** Além da decisão sobre as escolas, no final do mês deverá então haver uma imagem mais clara sobre que setores abrem e quando. No final da reunião do Governo com os parceiros sociais, João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços, defendeu a reabertura do comércio de pequena dimensão, com condições de segurança reforçadas, seguindo-se as pisadas de outros países. "Para isso o Governo tem de garantir que existem no mercado máscaras, luvas, material de desinfeção (...) e um sistema de transporte públicos adequado ao momento que vivemos", disse, revelando que essa garantia foi dada. A mobilização do setor têxtil para o fabrico de máscaras sociais ganhou gás esta semana e a recomendação para o uso de máscaras sociais em espaços públicos fechados deverá manter-se nos próximos meses.

Segundo o *i* apurou, na linha da frente para a reabertura está o comércio mas também PMEs, além da indústria, sempre com medidas de segurança reforçadas e novas regras de lotação dos espaços. Vedados continuarão a estar eventos de massas. Questionado sobre se as luzinhas de maio poderiam ser as do 13 de maio em Fátima, Marcelo insistiu no significado da palavra do dia: "Transição é transição e é incompatível com fenómenos de massa." O santuário já se tinha de resto antecipado e anunciou na semana passada que as celebrações de 12 e 13 de maio este ano serão vividas à distância, sem peregrinos.

## Menos testes na Páscoa

No fim de semana de Páscoa o número de testes feitos no país diminuiu, voltando a ficar abaixo dos 10 mil depois de um recorde de 12 mil no dia 10. Já esta quarta-feira o boletim da DGS revelou um aumento significativo de análises a aguardar resultados, mais cerca de 1600 do que no dia anterior, com mais de 4000 doentes à espera de saber se eram ou não positivos para a covid-19. Este aumento de casos pendentes poderá significar uma subida dos casos confirmados nos próximos dias e vir mais uma vez baralhar a análise da epidemia. O secretário de Estado da Saúde garantiu ontem que Portugal tem agora um *stock* de mais de um milhão de testes. "Continuamos empenhados em garantir que os testes chegam onde são mais necessários e a melhorar o tempo de resposta entre colheita e resultados", disse Lacerda Sales. O país passou esta quarta-feira a barreira dos 18 mil casos e o número de vítimas mortais subiu para 599.

1,50 € // Quinta-feira, 16 abril 2020 // Ano 10 // Diário // Número 3189 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec. : Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

inevitável

# Covid-19. Próxima paragem: caos

Na Linha de Sintra, a supressão de comboios impossibilita que se mantenha o distanciamento social

"Como as carruagens vão cheias, é muito difícil ficar longe das pessoas ou até fazer uma viagem sem tocar em ninguém", queixam-se utentes da CP // PÁGS. 10-13

# JUNTOS VAMOS CONSEGUIR!

Aos Heróis Anónimos, OBRIGADO!

O *i* prossegue hoje a homenagem a todos aqueles milhares de cidadãos anónimos, profissionais de saúde mas não só, que nestes longos dias e semanas de confinamento e combate à pandemia do novo coronavírus se mantêm estoicamente nos seus postos de trabalho, arriscando a sua própria saúde e muitas vezes abdicando da companhia dos seus familiares.

Esta singela homenagem, com um conjunto de reportagens e depoimentos que se iniciou na edição de quinta-feira passada, continuará ainda na edição de amanhã.

A nós juntaram-se neste sentido Obrigado! dezenas de empresas, fundações, associações, bancos, ordens, municípios que, tal como os nossos tão caros leitores, assim apoiam também o projeto jornalístico do jornal *i* e do semanário *SOL*.

JUNTOS VAMOS CONSEGUIR!

OZ ENERGIA — A ENERGIA QUE APROXIMA PORTUGAL
LUSO
galp
pingo doce
DELTA
Guerin
enterprise
KPMG
Montepio Crédito
Renova
mar — Mercado Abastecedor da Região de Lisboa
INTERNATIONAL CLUB OF PORTUGAL
ESTRELA
GERMANO DE SOUSA — CENTRO DE MEDICINA LABORATORIAL
amazing THAILAND
HYUNDAI

## HERÓIS ANÓNIMOS. CARLA NÃO PODE DISTRIBUIR ABRAÇOS AGORA. SÓ CARTAS E ENCOMENDAS

// PÁGS. 14-19

## REABERTURA DO PAÍS SÓ A PARTIR DE 15 DE MAIO E SERÁ MUITO GRADUAL

Pequeno comércio e PME na linha da frente mas com novas regras e de máscara

// PÁGS. 2-3

## Rui Rio envia email a militantes a justificar colaboração com o Governo

// PÁG. 5

## 25 de Abril em versão covid-19. Menos deputados e só alguns convidados

// PÁG. 5

## Trump corta fundos para a Organização Mundial da Saúde

// PÁG. 8

CISION

ID: 86002007

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 25
Cores: Cor
Área: 10,78 x 29,40 cm²
Corte: 1 de 1

POLÍTICA 4.0

# Chamem-lhe Elcano

Voltar a percorrer esta agenda é fundamental para enfrentar os mares turbulentos do Adamastor pandémico.

Carlos Zorrinho

Na sua corajosa e determinada luta por uma resposta coordenada, solidária e justa da União Europeia à pandemia, e tendo em conta a devastação que ela vai provocar na economia dos 27 Estados-membros, António Costa apelou ao lançamento de um plano de recuperação, usando a expressão: "Chamem-lhe Plano Marshall, chamem-lhe von der Leyen, chamem-lhe o que quiserem, mas a Europa tem de ter um plano de recuperação poderoso". Mais recentemente, em entrevista à agência *Lusa*, interrogado sobre se, para adaptar a escola pública portuguesa aos novos desafios tecnológicos, era necessário um "Magalhães 2", o primeiro-ministro explicitou que para criar essas condições é preciso muito mais do que distribuir computadores e *tablets* aos alunos, como, aliás, foi muito mais do que isso o que foi feito no Plano Tecnológico que tive a honra de coordenar, salientando que além dos equipamentos vai haver um "acesso garantido à rede em condições de igualdade em todo o território nacional e em todos os contextos familiares, assim como as ferramentas pedagógicas adequadas".

Sobre o nome a dar ao futuro programa, António Costa respondeu com humor que "para sermos generosos com os nossos vizinhos espanhóis, até podemos dizer que é um programa Elcano, porque completa a viagem iniciada" por Magalhães. Inspiro-me no que António Costa disse sobre o plano de recuperação para a União Europeia para desejar que em relação ao novo programa de capacitação tecnológica lhe chamem Elcano, lhe chamem Vasco da Gama ou lhe chamem o que quiserem, mas que se concretize com a maior celeridade possível, porque urge completar a viagem.

O combate à exclusão social e a garantia universal de acesso às plataformas digitais, combinando competências, redes, equipamentos e conteúdos para toda a sociedade portuguesa, em particular no sistema de ensino, são uma tradução prática e integrada do compromisso do Governo com a transição digital justa que merece todo o apoio.

Há cerca de um ano, como candidato a eurodeputado, numa das sessões de debate promovidas pelo partido que integro, defendi a necessidade de Portugal lançar um plano tecnológico de nova geração a fim de capacitar o país para vencer no quadro da revolução tecnológica em curso, que foi progressivamente tornando obsoletas muitas das soluções implantadas na década passada. A pandemia e os seus impactos aumentaram exponencialmente essa necessidade. Ainda bem que o Governo soube ler os sinais.

Para além do programa-chave para dotar toda a comunidade escolar das ferramentas necessárias a uma aprendizagem adequada aos novos desafios sociais, económicos e tecnológicos, um plano de capacitação integrado tem de mobilizar e apoiar as empresas e promover a modernização das instituições e dos serviços, combatendo a exclusão digital também entre gerações e entre territórios e tornando a proximidade virtual uma alternativa acessível a todos, sempre que a proximidade real não é possível ou razoável.

Tecnologia, conhecimento, inovação, acesso universal e inclusivo: voltar a percorrer esta agenda, no novo contexto de modernidade, é fundamental para enfrentar os mares turbulentos do Adamastor pandémico e navegar com bons ventos até um porto de mais progresso, mais desenvolvimento e mais justiça social.

*Eurodeputado*

CISION

Jornal de Notícias

ID: 86001579

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 10
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 2

RUI OLIVEIRA/GLOBAL IMAGENS

Desde 1 de março, foram testadas mais de 200 mil pessoas. Há mais de um milhão de testes em stock

# Norte recebeu quase metade do novo reforço de 265 mil testes

Região que tem 70% dos novos casos de infetados e 57% dos mortos teve 118 mil kits. INEM fez mil transportes

*Ana Gaspar*
agaspar@jn.pt

**DIAGNÓSTICO** Dos 265 294 testes à Covid-19 distribuídos "esta semana" pelo Ministério da Saúde, 118 776 (44,8%) foram atribuídos à Administração Regional de Saúde do Norte. "Continuamos empenhados em garantir que os testes chegam onde são mais necessários e a melhorar o tempo de resposta entre a colheita e a entrega do resultado", sublinhou ontem o secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales, na conferência de imprensa diária. Esta foi a primeira vez que a tutela fez a discriminação geográfica da distribuição.

Para Lisboa e Vale do Tejo foram 78 778 (29,5%), Centro 27 748 (10,5%), Alentejo 5040 (1,9%), Algarve 9984 (3,8%), Açores também 9984 (3,8%) e Madeira 14 984 (5,7%). Há mais de um milhão (1 034 790) de testes em stock e, desde o dia 1 de março, foram efetuados mais de 200 mil.

Os números revelados ontem mostram que a infeção não dá sinal de abrandar na região. Dos 646 novos casos confirmados, 449 (69,5%) são no Norte. Dos 32 novos óbitos, mais de metade (18) também são na região que conta com 56,6% do total dos que não resistiram à infeção. O concelho do Porto continuava a ser o que contava com mais casos: 9980. Dos dez concelhos com mais infetados, oito são no Norte do país.

No total nacional, em 24 horas, o número de casos subiu para 18 091, mais 3,7% do que na terça-feira. O número de recuperados aumentou para 383 e o de óbitos cresceu para 599.

De acordo com Lacerda Sales, a taxa de letalidade global (número de mortos por infetados) é de 3,3% e, nas faixas etárias acima dos 70 anos, subiu para os 11,7%. O número de doentes internados desceu para 1200 e nos cuidados intensivos para 208. Há 15 909 em tratamento domiciliário.

**3200 COLHEITAS**

De acordo com o governante, desde março, o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) realizou cerca de mil transportes e efetuou mais de 3200 colheitas para análise, no âmbito da Covid-19. "Estas colheitas foram feitas ao domicílio, em lares, junto das forças de segurança, entre outras, e o dispositivo está preparado para testagem nos estabelecimentos prisionais e centros educativos", acrescentou.

Luís Meira, presidente do INEM, destacou a exigência que a pandemia provocou junto dos profissionais do instituto e das suas famílias. Atualmente há 12 profissionais do INEM infetados sem "sintomatologia grave". Desde o início do surto, houve já outros dois profissionais infetados que recuperaram totalmente.

**EMERGÊNCIA**

## Menos 500 chamadas para o INEM

**Em abril, o INEM recebeu menos 500 chamadas por dia do que a média registada antes da pandemia. Dados do INEM mostram que, nos primeiros 14 dias deste mês, a média foi de 3145 telefonemas (menos 14%), nos mesmos dias de 2019 tinham sido 3673. "É importante que as pessoas percebam que podem continuar a contar com o INEM para além da Covid-19. Os cidadãos podem e devem ligar para o INEM em caso de emergência ou de um agravamento do seu estado de saúde", frisou António Lacerda Sales.**

### Estudo sobre a BCG

O subdiretor-geral da Saúde, Diogo Cruz, desvalorizou ensaios e estudos sobre a Covid-19 feitos "em cima do acontecimento". O responsável falava a propósito de um estudo que aponta uma menor mortalidade em países que têm vacinação contra a tuberculose (em Portugal, a BCG). No seu entender, será "redutor" falar de ensaios que comparamos países que têm vacinação com os que não têm. Não tendo em conta, por exemplo, as estratégias de combate adotadas que diferem em cada país.

### Taxa de mortalidade

Portugal está com uma taxa de mortalidade de 5,5 por cem mil habitantes devido à Covid-19, revelou Lacerda Sales, salientando que o valor é inferior aos da maioria dos países europeus. Diogo Cruz adiantou que o país está "com a malha o mais larga possível", sendo consideradas "todas as pessoas que morreram por Covid-19".

**APOIO PSICOLÓGICO**

376

**chamadas para a linha SNS 24 no âmbito do apoio psicológico. Destas, 33 foram realizadas por profissionais de saúde.**

### INEM recebeu 60

O centro de apoio psicológico de intervenção e crise do INEM, que tinha recebido uma diminuição nas chamadas, está a recuperar a média diária de quase 60 chamadas, revelou Luís Meira.

CISION

Jornal de Notícias

ID: 86001579

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 11
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 2 de 2

# Situação em Portugal

Totais (dados do Relatório de Situação, da DGS, de 15 de abril) e variação face ao dia anterior

**18 091** casos confirmados ↑ 3,7%

**599** mortos ↑ 5,6%

**383** recuperados ↑ 10,4%

**1200** internados (208 nos cuidados intensivos) ↓ -2,2%

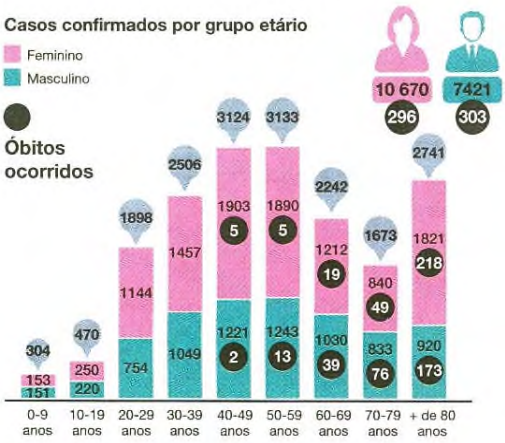
**150 804** suspeitos (desde 1 de janeiro de 2020) ↑ 5,8%

**4060** aguardam resultado laboratorial ↑ 64,1%

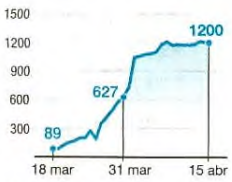
**128 653** casos não confirmados ↑ 4,9%

**26 144** em vigilância ↑ 12,4%

## Casos confirmados por grupo etário

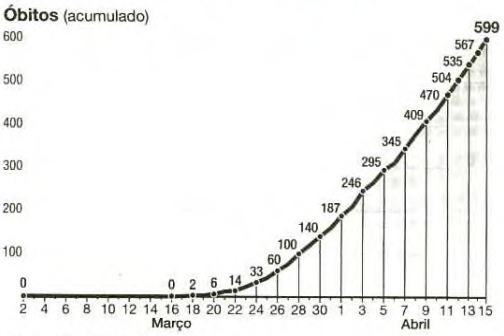



## Número de internados




## Internados em UCI

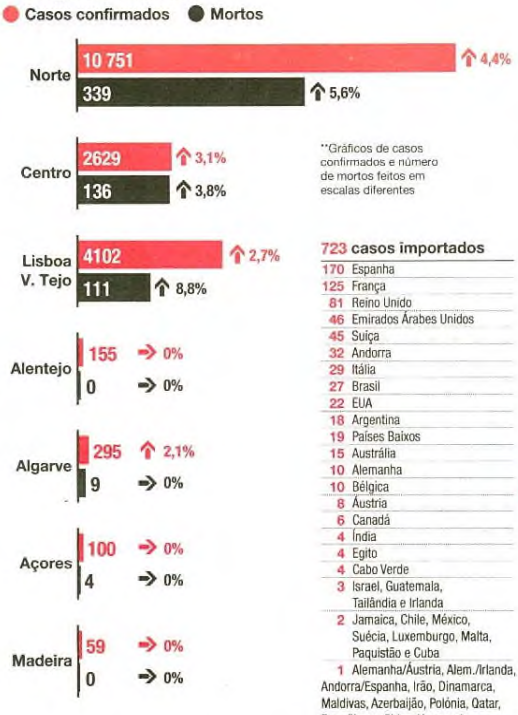
## Óbitos (acumulado)




## Evolução diária de novos casos

FONTE: DGS-RELATÓRIO DE SITUAÇÃO - DADOS ATÉ ÀS 24 HORAS DO DIA 14 DE ABRIL INFOGRAFIA JN

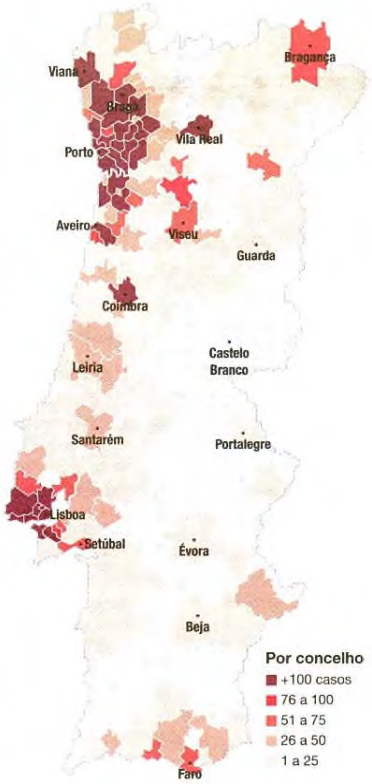
## Por região de residência**




**Gráficos de casos confirmados e número de mortos feitos em escalas diferentes

## 723 casos importados

| | |
|---|---|
| 170 | Espanha |
| 125 | França |
| 81 | Reino Unido |
| 46 | Emirados Árabes Unidos |
| 45 | Suíça |
| 32 | Andorra |
| 29 | Itália |
| 27 | Brasil |
| 22 | EUA |
| 18 | Argentina |
| 19 | Países Baixos |
| 15 | Austrália |
| 10 | Alemanha |
| 10 | Bélgica |
| 8 | Áustria |
| 6 | Canadá |
| 4 | Índia |
| 4 | Egito |
| 4 | Cabo Verde |
| 3 | Israel, Guatemala, Tailândia e Irlanda |
| 2 | Jamaica, Chile, México, Suécia, Luxemburgo, Malta, Paquistão e Cuba |
| 1 | Alemanha/Áustria, Alem./Irlanda, Andorra/Espanha, Irão, Dinamarca, Maldivas, Azerbaijão, Polónia, Qatar, Rep. Checa, China, Venezuela, Indonésia, Noruega, Ucrânia, Marrocos, Turquia, Singapura, Japão e África do Sul |




## Infetados por concelho

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Porto | 980 | Mafra | 59 | Cartaxo | 20 | Reguengos Monsaraz | 8 | Ponte da Barca | 4 |
| Lisboa | 962 | Setúbal | 59 | Chaves | 20 | Tondela | 8 | Porto de Mós | 4 |
| Vila Nova de Gaia | 923 | Albergaria-a-Velha | 56 | Pinhel | 20 | Vimioso | 8 | Sabrosa | 4 |
| Matosinhos | 798 | Moita | 54 | Tábua | 20 | Baião | 7 | Santa Comba Dão | 4 |
| Gondomar | 738 | Resende | 54 | Macedo de Cavaleiros | 19 | Caldas da Rainha | 7 | Sines | 4 |
| Braga | 692 | Faro | 53 | Vieira do Minho | 19 | Carregal do Sal | 7 | Vila Nova de Cerveira | 4 |
| Maia | 672 | Santarém | 53 | Anadia | 18 | Celorico da Beira | 7 | Alfândega da Fé | 3 |
| Valongo | 529 | São João da Madeira | 51 | Serpa | 18 | Grândola | 7 | Almodôvar | 3 |
| Ovar | 455 | Mangualde | 50 | Mirandela | 17 | Moimenta da Beira | 7 | Bombarral | 3 |
| Sintra | 421 | Estarreja | 48 | Alenquer | 16 | Oliveira do Hospital | 7 | Castro Marim | 3 |
| Coimbra | 302 | Loulé | 48 | Guarda | 16 | Peniche | 7 | Chamusca | 3 |
| Santa Maria Feira | 292 | Amarante | 47 | Oliveira do Bairro | 16 | São Pedro do Sul | 7 | Fig. de Castelo Rodrigo | 3 |
| Cascais | 273 | Marco de Canaveses | 47 | Palmela | 16 | Vila Praia da Vitória | 7 | Lagoa (Faro) | 3 |
| Guimarães | 236 | Condeixa-a-Nova | 45 | Sesimbra | 16 | Almeida | 6 | Lagos | 3 |
| Vila Nova de Famalicão | 235 | Espinho | 45 | Trancoso | 15 | Alpiarça | 6 | Murça | 3 |
| Loures | 221 | Arcos de Valdevez | 44 | Figueira da Foz | 14 | Horta | 6 | Óbidos | 3 |
| Aveiro | 203 | Leiria | 44 | Gouveia | 14 | Murtosa | 6 | Pedrógão Grande | 3 |
| Felgueiras | 186 | Montijo | 39 | Mealhada | 14 | Paredes de Coura | 6 | Ponta Delgada | 3 |
| Oeiras | 180 | Águeda | 35 | Montemor-o-Velho | 14 | Santa Cruz | 6 | Portalegre | 3 |
| Paços de Ferreira | 178 | Cantanhede | 34 | V. R. de Santo António | 14 | Terras de Bouro | 6 | São Roque do Pico | 3 |
| Amadora | 175 | Portimão | 32 | Almeirim | 13 | Valença | 6 | Vila Nova da Barquinha | 3 |
| Paredes | 174 | Torres Vedras | 32 | Soure | 13 | Velas | 6 | Vila Nova de Poiares | 3 |
| Vila do Conde | 174 | Pombal | 31 | Vagos | 13 | Alcácer do Sal | 5 | Vila Pouca de Aguiar | 3 |
| Santo Tirso | 173 | Amares | 30 | Marinha Grande | 12 | Carrazeda de Ansiães | 5 | | |
| Odivelas | 146 | Tavira | 30 | Nelas | 12 | Covilhã | 5 | | |
| Almada | 145 | Benavente | 29 | Olhão | 12 | Madalena | 5 | | |
| Vila Real | 143 | Fafe | 29 | Cabeceiras de Basto | 11 | Ponta do Sol | 5 | | |
| Barcelos | 138 | Arouca | 27 | Caminha | 11 | Porto Santo | 5 | | |
| Oliveira de Azeméis | 130 | Funchal | 27 | Rio Maior | 11 | Salvaterra Magos | 5 | | |
| Seixal | 129 | Monção | 27 | Santiago do Cacém | 11 | Sátão | 5 | | |
| Lousada | 128 | Moura | 27 | Alcochete | 10 | Seia | 5 | | |
| Viana do Castelo | 120 | Esposende | 26 | Penacova | 10 | Valpaços | 5 | | |
| Penafiel | 104 | Ourém | 26 | Tomar | 10 | Vila Flor | 5 | | |
| Castro Daire | 99 | Lamego | 25 | Torres Novas | 10 | Abrantes | 4 | | |
| Vila Verde | 92 | Póvoa de Lanhoso | 25 | Vinhais | 10 | Alcanena | 4 | | |
| Trofa | 91 | Vizela | 25 | Beja | 9 | Ansião | 4 | | |
| Ílhavo | 89 | Peso da Régua | 24 | Celorico de Basto | 9 | Arganil | 4 | | |
| Bragança | 87 | Alvaiázere | 23 | Miranda do Corvo | 9 | Azambuja | 4 | | |
| Barreiro | 76 | Melgaço | 23 | Alcobaça | 8 | Batalha | 4 | | |
| Vila Nova de Foz Côa | 72 | Torre de Moncorvo | 23 | Câmara de Lobos | 8 | Cadaval | 4 | | |
| Póvoa de Varzim | 71 | Ponte de Lima | 22 | Castelo de Paiva | 8 | Calheta (Açores) | 4 | | |
| Vila Franca de Xira | 71 | Coruche | 21 | Cinfães | 8 | Elvas | 4 | | |
| Vale de Cambra | 66 | Évora | 21 | Góis | 8 | Figueiró dos Vinhos | 4 | | |
| Viseu | 61 | Sever do Vouga | 21 | Lousã | 8 | Lourinhã | 4 | | |
| Albufeira | 59 | Silves | 21 | Oliveira de Frades | 8 | Miranda do Douro | 4 | | |

**Notas metodológicas**

A informação apresentada refere-se ao total de notificações clínicas no sistema SINAVE, corresponde a 82% dos casos confirmados.

Dados por concelho de ocorrência. Quando o número de casos confirmados é inferior a 3, por motivos de confidencialidade, não são apresentados dados.

CISION

ID: 86001635

Jornal de Notícias

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 15
Cores: Cor
Área: 8,67 x 11,28 cm²
Corte: 1 de 1

# PS quer "valorizar ainda mais" a solidariedade do setor social

**IPSS** O secretário-geral adjunto do PS agradeceu o esforço de funcionários, dirigentes e voluntários das instituições particulares de solidariedade social no combate à Covid-19 e pediu ao setor que "continue a ser o esteio do estado social". "Tudo faremos para valorizar ainda mais este esforço das instituições", disse José Luís Carneiro, ontem, no Centro Social de S. Martinho de Aldoar, no Porto, lembrando o reforço de 59 milhões de euros nos acordos de cooperação feito pelo Governo.

CISION

Jornal de Notícias

ID: 86001601

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 14
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

# Voluntários telefonam aos mais velhos para quebrar isolamento

**Mantêm contacto com pessoas que vivem em aldeias recônditas de Vale de Cambra. Câmara assume preocupação com idosos e exige informação para delinear intervenção**

Maria Carolina e Cecília Rosa com o casal Judite e Germano

Fátima Almeida visita Maria Rosa Vinha

*Catarina Silva*
locais@jn.pt

**DIAGNÓSTICO** Vale de Cambra sentiu, na semana passada, uma subida de casos de Covid-19 no concelho, depois de o número de infetados ter duplicado, na sequência dos testes feitos no lar da Fundação Luiz Bernardo de Almeida, onde foram confirmados 51 idosos com o novo coronavírus. Nas contas da Câmara, há já mais de 100 casos no concelho. A Direção-Geral da Saúde só dá conta de 66.

"O lar desencadeou um crescimento exponencial. É a situação mais premente no concelho. Preparámos uma série de respostas de retaguarda a pensar nas instituições", refere o autarca José Pinheiro. Há já quatro espaços preparados, entre os quais uma unidade hoteleira, com 63 camas ao todo. Sete estão ocupadas por profissionais de instituições de solidariedade social.

O primeiro caso de infeção no concelho, um jovem de 20 anos que tinha estado em Espanha, diagnosticado a 16 de março, é também o primeiro recuperado, anunciou o edil.

José Pinheiro foi um dos autarcas que se indignaram contra a recente decisão do Ministério da Saúde de proibir a divulgação dos números de confirmados pelas entidades regionais. "Agora andamos a mendigar dados. Dados esses que nos permitem delinear estratégias, antecipar intervenções. Temos o direito à informação", defende

**SOLIDARIEDADE**

Pelas ruas de Vale de Cambra há sensibilização diária e até outdoors sobre a Covid-19. E a solidariedade está presente num município muito industrializado. "As nossas empresas já produziram viseiras de proteção e há uma a começar a produzir máscaras", sublinha Pinheiro. O concelho afetou as verbas destinadas a eventos cancelados para apoio social e criou uma linha de emergência para pessoas isoladas.

Em Vale de Cambra, há muitos idosos a viver em aldeias recônditas. Duas vezes por semana, há voluntárias a telefonar-lhes. "Pergunto se estão bem, conto-lhes as notícias da terra, às vezes vezes ralho com eles". Há dois anos que Cecília Casal costuma visitar, com a irmã, o casal Germano e Judite, que vive na freguesia de Junqueira. Fazia isso no âmbito do projeto de voluntariado "Apadrinhamento de Idosos", uma parceria entre Câmara e ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira. As restrições da Covid-19 empurraram esta população para um maior isolamento, mas as 18 voluntárias colmatam essa situação pelo telefone.

**José Pinheiro**
*Pres. CM Vale de Cambra*

**"Temos situações difíceis no concelho, fruto do facto de as pessoas viverem isoladas"**

**FICAM MUITO CONTENTES**

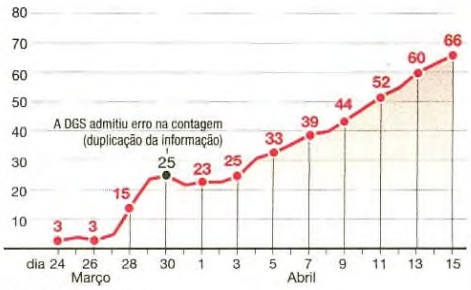
"Eles ficaram muito tristes quando dissemos que não podíamos lá ir", conta Cecília, que resolveu o assunto com a ajuda do telefone. "A senhora está numa cadeira de rodas e ele vê muito mal. Eles não saem de casa e há poucas pessoas ali no lugar. Ficam tão contentes por lhes ligar, basta ouvir-nos para ficarem felizes. E aquela alegria deles também me faz bem a mim", sublinha.

Fátima Almeida também costumava visitar Maria Rosa da Vinha, 83 anos, com outra voluntária. Agora, liga-lhe três vezes por semana. "A senhora esteve hospitalizada e ligo para saber se está melhor. Ela afeiçoou-se muito a nós, já é como família". Fátima tem 68 anos, é voluntária há dois. "A pandemia agrava muito o isolamento. E Vale de Cambra, embora seja uma cidade, tem muito espírito de aldeia", refere.

## Evolução de casos confirmados

Dados só foram disponibilizados a partir de 28 de março

**VALE DE CAMBRA**
Concelho




FONTE: DGS INFOGRAFIA JN

**MEDIDAS**

**Desconto na água**
A Câmara anunciou a isenção do pagamento para consumidores domésticos do primeiro escalão de água, até 5 metros cúbicos durante o mês de março.

**Proteção**
Os Bombeiros de Vale de Cambra revelaram estar com falta de equipamento de proteção e fizeram um apelo à comunidade para a doação de material. A Câmara tem tentado suprir as faltas das instituições locais e encomendou fatos reutilizáveis para os bombeiros.

**Linha de apoio**
A Câmara criou uma linha de emergência social para apoiar a população vulnerável na compra de medicamentos e alimentos e oferece um cabaz alimentar de emergência para cinco dias. Lançou também uma linha gratuita para esclarecer questões ligadas aos animais de estimação.

**Desinfeção**
A Câmara está a fazer a desinfeção de espaços públicos: bermas, jardins, largos, zonas pedonais e praças, bem como contentores de resíduos na cidade. O mesmo processo é assegurado pelas juntas nas freguesias.

**Eventos cancelados**
Além do encerramento de todos os equipamentos públicos, o Município cancelou vários eventos, como as Festas de Santo António, a RunCambra, a Feira da Saúde e o Encontro de Teatro Amador.

CISION

ID: 86001559

Jornal de Notícias

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 8
Cores: Cor
Área: 4,28 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

# Sem apoio do SNS, privados negoceiam com seguros

## Hospitais querem chegar a acordo para comparticipações

**FINANÇAS** A Multicare foi a primeira, mas os hospitais privados esperam que outras seguradoras e subsistemas de saúde incluam a Covid-19 na lista dos atos médicos comparticipados. Será uma alternativa ao pagamento pelo Serviço Nacional de Saúde, que estaria acordado verbalmente, mas não teve espelho na proposta de protocolo apresentada pelo Ministério da Saúde aos privados.

Além de ter chegado a acordo com a Multicare, a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada disse estar disponível para negociar com outras seguradoras da área da saúde. Ontem, a Médis, por exemplo, só comparticipava testes (a 100%), desde que feitos num laboratório da rede e prescrito por um médico, particular ou do Estado.

**ADSE ESTUDA HIPÓTESE**

Os hospitais querem também negociar acordos de comparticipação com subsistemas de saúde, como o SAMS (bancários) ou a ADSE (funcionários públicos). Ao JN, João Proença, do Conselho Geral e de Supervisão do subsistema do Estado, defendeu que os seus beneficiários devem ter "o mesmo tratamento" do que os clientes de seguradoras.

Hoje, a ADSE remete os seus 1,2 milhões de subscritores para as unidades de saúde públicas e não comparticipa testes, tratamentos ou internamentos. "O conselho diretivo está a estudar essa possibilidade ", disse João Proença.

Os privados e a ADSE têm mantido um braço de ferro relativo às tabelas de comparticipação. Deveriam ter sido revistas em março, mas foram prorrogadas até junho. ● ALEXANDRA FIGUEIRA

CISION

ID: 86002197

Jornal de Notícias

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 44
Cores: Cor
Área: 5,55 x 23,02 cm²
Corte: 1 de 1

# Patrões dizem que chegaram "zero" apoios

## Presidente da CIP quer mais liquidez para empresas

**APOIOS** O presidente da CIP criticou o Governo por ter anunciado cerca de 13 mil milhões de euros de apoios destinados às empresas, mas até agora terem chegado "zero", advertindo que há uma urgência de liquidez.

Estas queixas foram feitas por António Saraiva após a reunião de ontem entre as confederações patronais e o primeiro-ministro, António Costa, em São Bento, sobre as condições para o relançamento da economia portuguesa, após ser ultrapassada a fase mais crítica do combate à pandemia de Covid-19.

"Lamentavelmente, têm sido anunciados apoios na ordem dos 13 mil milhões de euros, mas para as empresas zero. Até este momento, para as empresas, zero de apoios. Obviamente, quanto mais o tempo passa, mais a situação é dramática", declarou o presidente da CIP.

António Saraiva referiu que as empresas "necessitam urgentemente de liquidez, de ajuda", acrescentando que "há atrasos que não se entendem. É preciso rapidez e eficácia". António Saraiva defendeu que, em primeiro lugar, deve ser acautelada a saúde pública e, em seguida, proceder-se a uma retoma da atividade económica "inteligente, fatiada e assimétrica, quer em termos regionais, quer em termos da população". Nesse processo de retoma da atividade, o presidente da CIP advertiu que é necessário "logística" ao nível dos transportes públicos e "desfasamento de horários". ●

CISION

negócios

ID: 86001768

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 11
Cores: Preto e Branco
Área: 10,34 x 29,85 cm²
Corte: 1 de 1

# Governo espera economia ao nível de 2015 no final deste ano

**Depois daquele que será "o trimestre mais duro da nossa história económica", o país prepara-se para iniciar o retorno à normalidade.**

O Governo espera que, no final deste ano, os principais indicadores económicos, incluindo o produto interno bruto (PIB), voltem a estar aos níveis de 2015, devido à crise gerada pela pandemia do coronavírus, que representa "o mais difícil teste à liderança" de empresas e países. Contudo, a "fase de transição" já está a ser preparada em Portugal e, já no próximo mês, poderão começar a surgir alguns sinais de retoma económica.

Estas foram algumas das mensagens deixadas por Pedro Siza Vieira, ministro da Economia, que participou na conferência "Liderança à Prova", organizada pelo Negócios. Na abertura da conferência, o governante começou por adiantar que, só em março, segundo as estimativas do Governo, a atividade económica terá registado uma contração de 10%. Em abril, o impacto da pandemia será sentido ainda com maior intensidade.

"Este vai ser o trimestre mais duro da nossa história económica. Abril, provavelmente, vai ser o pior mês de todos os que vamos passar", afirmou o ministro. No conjunto do ano, e uma vez que o retorno à normalidade terá de ser feito de forma gradual, não só em Portugal mas, também, a nível internacional, o resultado não será melhor. "Vamos chegar ao fim de 2020 com o PIB ao nível de 2015. A dívida em percentagem do PIB também deverá regressar aos níveis de 2015 e o mesmo deverá acontecer com a taxa de desemprego", antecipou Siza Vieira.

Portugal registava, em 2015, uma taxa de desemprego de 12,4%, um PIB de cerca de 179 mil milhões de euros e uma dívida pública equivalente a 128,9% do PIB. Já no final do ano passado, o INE estima que o PIB tenha ascendido a 212 mil milhões de euros, enquanto a taxa de desemprego se fixou em 6,5% e a dívida pública era de 118,2% do PIB.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê uma contração de 8% do PIB português e uma taxa de desemprego de 13,9% em 2020. No próximo ano, estima a mesma instituição, a taxa de desemprego deverá recuar para 8,7%. Já a dívida pública deverá aumentar para 135% do PIB este ano, ainda de acordo com as projeções do FMI.

Neste cenário, o ministro da Economia destacou a necessidade de ter "paciência", uma vez que "esta epidemia está aqui para durar", e de "envolver a comunidade" na tomada de decisões. É dessa forma que a "fase de transição", do confinamento para o retorno à normalidade, já está a ser preparada. "O mais importante é construir condições de confiança para a população e as empresas, para que todos possamos voltar a trabalhar e a consumir. Tal como o Governo não mandou as pessoas para casa, foram as pessoas que o fizeram por iniciativa própria, o Governo também não pode, simplesmente, dizer às pessoas para saírem de casa", sublinhou Pedro Siza Vieira.

Assim, espera, a recuperação pode iniciar-se em breve. "Em maio, provavelmente, já vamos ter alguma retoma", antecipou, ressalvando que a evolução da economia depende, para além das medidas que sejam implementadas pelo Executivo, "da confiança dos consumidores, da confiança dos investidores e do que os líderes internacionais vierem a decidir". Neste último ponto, o ministro da Economia reforçou a necessidade de uma estratégia à escala europeia. "O protagonismo da União Europeia vai ser muitíssimo importante para a saída desta crise", afirmou.

RAFAELA BURD RELVAS

CISION

negócios

ID: 86001931

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 17
Cores: Cor
Área: 25,70 x 30,34 cm²
Corte: 1 de 1

# RSI também vai passar a ser dado de forma automática

**Segurança Social vai passar a atribuir esta prestação de combate à pobreza com base numa declaração sob compromisso de honra, à semelhança do que está a ser feito com outros apoios às pessoas e às empresas.**

António Cotrim/Lusa

A ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, esteve ontem no Parlamento.

A Segurança Social vai alterar as regras de atribuição do Rendimento Social de Inserção (RSI), permitindo que esta prestação desenhada para reduzir a intensidade da pobreza seja atribuída com base numa declaração "sob compromisso de honra", à semelhança do que está a acontecer com outros apoios. A intenção foi anunciada pela ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, que também explicou que a fiscalização será feita mais tarde.

"O que estamos a prever é a criação de um canal direto próprio para que as pessoas possam ser atendidas especificamente sobre as questões do RSI", afirmou, na comissão parlamentar do Trabalho. Os documentos que hoje são exigidos para pedir o apoio serão "substituídos por uma declaração sob compromisso de honra à semelhança daquilo que procuramos fazer para todas as medidas de apoio que temos criado", explicou a ministra. As declarações serão validadas "com base na confiança" e serão "naturalmente depois, à posteriori, verificadas".

O objetivo é "eliminar o número de documentos que tem de ser apresentado nesta fase" de forma a "conseguir chegar a mais pessoas de forma mais simples", eliminando barreiras no acesso a uma prestação "que é fundamental na situação em que vivemos", justificou a ministra. Por outro lado, "está também a ser preparada a eliminação da entrevista familiar que hoje em dia é condição para desencadear a própria atribuição do RSI e portanto eliminar isso nesta fase para ser mais simples".

Têm acesso ao RSI as pessoas isoladas cujos rendimentos não ultrapassem os 189,66 euros, segundo regras do orçamento de 2019. O valor pode subir se no agregado houver outro indivíduo maior (132,76 euros) e menor (94,83)

A ministra não explicou exatamente quando é que este processo estará operacional. Tal como referiu, os requisitos de acesso a apoios do Estado têm sido simplificados, quer estejam em causa trabalhadores ou empregadores. Os trabalhadores independentes, por exemplo, estão a submeter pedidos sob compromisso de honra. E o lay-off simplificado, que ontem já abrangia mais de 930 mil trabalhadores, chama-se assim porque também eliminou barreiras burocráticas.

No entanto, há dúvidas em muitos casos sobre quando os pagamentos serão feitos. Na semana passada, o Governo tinha garantido por exemplo que os trabalhadores independentes que apresentassem o requerimento até esta quarta-feira, dia 15, receberiam o apoio ainda este mês, mas questionada pelos deputados sobre em que data é que isso acontecerá a ministra não respondeu. De acordo com Daniel Carapau, dos Precários Inflexíveis, há também inúmeras queixas sobre falhas no sistema informático, que não está a aceitar todos os pedidos. ■

CATARINA ALMEIDA PEREIRA

> **O objetivo é chegar a mais pessoas de forma mais simples.**
> ANA MENDES GODINHO

## Apoios a independentes mais baixos

**Os apoios aos trabalhadores independentes que tiveram quebra de atividade podem afinal ser mais baixos do que o que foi inicialmente anunciado. Há dois escalões mas à partida, quer por quebra de atividade superior a 40% quer por suspensão total de atividade, o apoio seria igual ao valor da remuneração registada como base de incidência contributiva, com o limite máximo de 438 euros, quando o valor da remuneração fosse inferior a 658,22 euros (podendo ser superior no escalão seguinte). Contudo, um diploma publicado na segunda-feira vem agora dizer que quando há quebra de atividade (e não suspensão) o valor do apoio é "multiplicado pela respetiva quebra de faturação, expressa em termos percentuais", tal como noticiou o Eco. Na prática, isto pode reduzir mais os apoios.**

CISION

negocios

ID: 86001751

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 10
Cores: Cor
Área: 25,70 x 31,94 cm²
Corte: 1 de 3



**PEDRO SIZA VIEIRA** MINISTRO DA ECONOMIA

# "País pode beneficiar com relocalização de indústrias"

**A crise está a reconfigurar a economia. Os apoios para a fase de retoma terão de ser desenhados "em função daquelas que forem as tendências", sublinha Pedro Siza Vieira.**

**ANDRÉ VERÍSSIMO**
averissimo@negocios.pt

Os países europeus estão a trabalhar na reabertura da sociedade e da economia nas próximas semanas. Portugal também. Temos é de o fazer sem pôr em causa "a confiança das nossas populações na capacidade de conviverem com o vírus", assinala o ministro da Economia. Os apoios na fase da retoma terão de considerar a reconfiguração da economia e algumas tendências podem representar oportunidades para Portugal. Pedro Siza Vieira diz que a União Europeia se prepara para aprovar uma orientação para a recapitalização ou intervenção do Estado no capital das empresas, que vai determinar como os Estados o vão poder fazer.

**O INE e o Banco de Portugal estrearam na terça-feira um novo inquérito semanal para avaliar o impacto da crise nas empresas. Segundo esse inquérito, 47,6% não usaram ou não planeiam usar as moratórias no crédito e 42,7% dizem o mesmo sobre as linhas de crédito. Isto apesar de a maioria dizer que teve quebras de receitas relevantes. Isto não mostra que as medidas já tomadas não se adequam a um grande número de empresas?**

Uma empresa que não quer recorrer à moratória do crédito é porque de alguma maneira entende que tem a capacidade de ir servindo os compromissos que tem com a banca. Isso significa que esses compromissos não pesam muito na sua tesouraria, ou entende que tem caixa ou capacidade de gerar receitas para servir a dívida. Essa é a melhor das formas de continuar a assegurar a capacidade para a retoma. Em relação às linhas de crédito, e estão operacionais há duas semanas, já há operações aprovadas de 430 milhões de euros.

**Tem sido uma queixa recorrente o facto de estas medidas, num contexto de perda permanente de receita, significarem na prática um aumento do endividamento. Há alguma solução para isto?**

Temos de chegar ao final deste trimestre e avaliar qual foi o impacto, avaliar como é que as empresas se encontram. Os apoios que podemos dar à retoma têm de ser desenhados em função dessa avaliação e em função daquelas que forem as tendências de evolução da economia portuguesa e da economia internacional. Neste momento aquilo que quisemos fazer foram medidas de banda larga que pudessem servir a todos. Nos últimos anos, as empresas reduziram o seu endividamento. Algumas têm margem para absorver este impacto negativo. Mais tarde veremos quais são os apoios à retoma que temos de construir.

**As medidas de reabertura da economia portuguesa vão chegar até ao verão?**

É esse o cenário em que os países europeus estão a trabalhar. Os países europeus estão a trabalhar na reabertura da sociedade e da economia nas próximas semanas. O que precisamos de assegurar é que fazemos essa reabertura de uma forma que não descontrole o número de infeções, não sobrecarregue os serviços públicos, que não ponha em causa quer a saúde pública quer a confiança das nossas populações na capacidade de conviverem com o vírus. Até ao momento, tivemos a capacidade de conter a propagação da economia com a autodisciplina de ficarmos em casa. O próximo passo é muito mais difícil. É termos a autodisciplina para conter a epidemia fora de casa. São hábitos de higiene, são hábitos de distanciamento social, é uma nova organização dos espaços de trabalho e de consumo, que proteja a população. Estarmos fora de casa, mas ainda assim conseguirmos conter a propagação da doença.

**O FMI veio apontar para uma contração de 8% da economia portuguesa este ano. O ministro das Finanças já falou em 10%. Isto significa que serão necessárias mais medidas? Há margem orçamental para o fazer?**

A paciência é uma virtude. Para os empresários, que em virtude de um encerramento ou de uma diminuição grande da procura dos seus produtos e dos seus serviços têm de preservar o valor que construíram ao longo dos anos, as relações com os clientes, os trabalhadores que são um ativo crítico na capacidade de responder às solicitações do mercado. Qual a melhor forma de preservar todos esses ativos é o foco na fase de contenção.

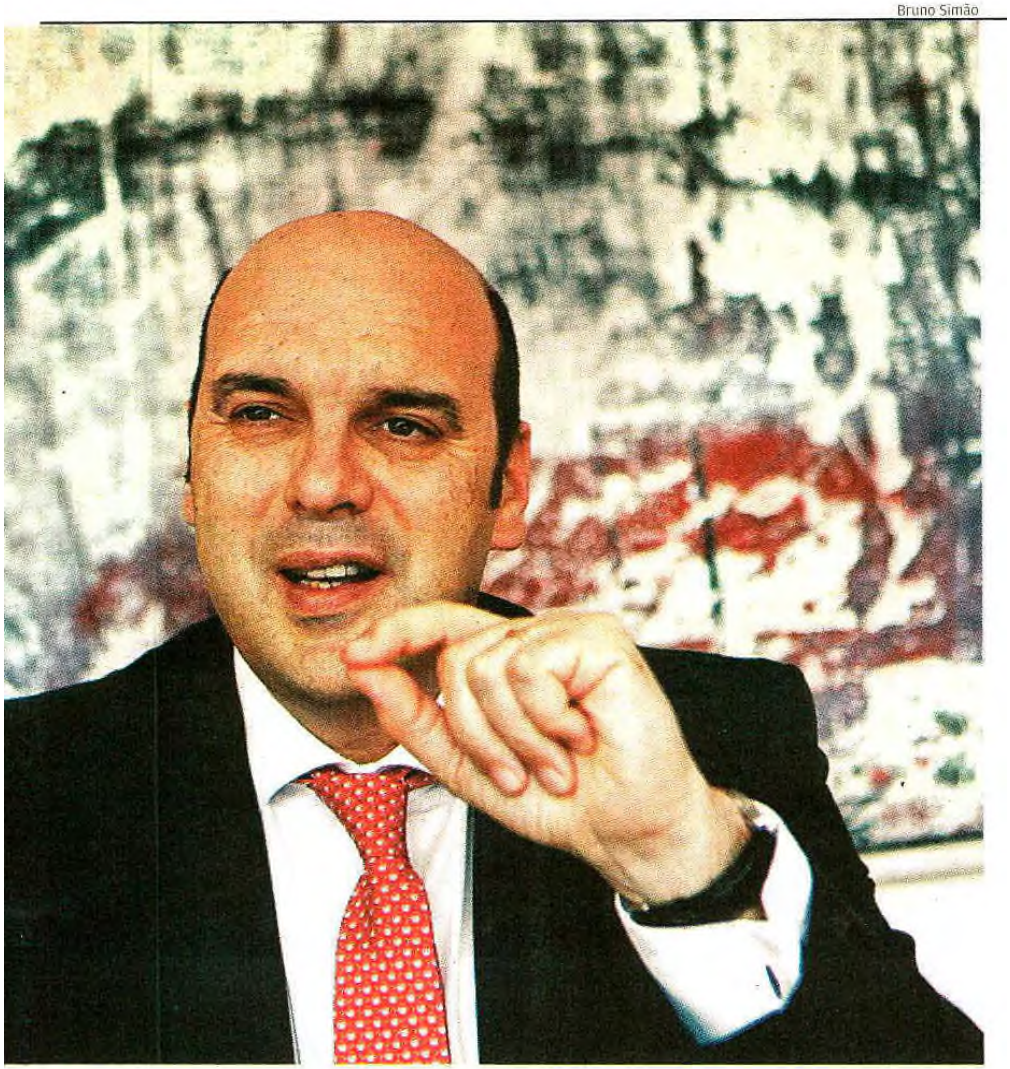
**E depois na retoma?**

Na fase de retoma temos de ver como podemos estimular as atividades mais carenciadas, por exemplo, como é que podemos apoiar uma nova estratégia de posicionamento e relançamento da nossa atividade turística e de restauração? Temos de ver como é que alguns atores industriais se vão posicionar num contexto em que vamos assistir a uma recomposição das cadeias de valor. Um dos efeitos desta crise é que provavelmente as cadeias de valor vão-se reaproximar dos centros de consumo. Este é um efeito que pode beneficiar Portugal que estando na União Europeia tem uma capacidade para relocalização no nosso país de estruturas produtivas que neste momento se encontram noutros locais. Em articulação com aos agentes dos diversos setores, temos de ver qual

**"Linhas de crédito têm operações de 430 milhões aprovadas."**

**"Um dos efeitos desta crise é que provavelmente as cadeias de valor se vão reaproximar dos centros de consumo."**

Bruno Simão



a melhor estratégia de apoio. Não será a altura de começar a fazer apoios em banda larga para setores que ou não poderão necessitar deles ou que, em alguns casos, necessitarão de uma recomposição da sua estratégia.

**A recapitalização das empresas terá de ser uma aposta nessa fase?**

A autonomia financeira média das empresas melhorou nos últimos anos de 30% para 29%. Houve uma desalavancagem grande do tecido empresarial português. É preciso continuar e reforçar esses esforços nos próximos tempos. Há várias ferramentas que nos vão permitir trabalhar à volta disso. Temos, por exemplo, a possibilidade de reprogramação do PT 2020. Vamos ter a possibilidade de alocar fundos entre programas e entre regiões. Vamos ter a capacidade de as despesas que forem efetuadas no próximo ano serem comparticipadas a 100%. Será também muito importante utilizarmos os recursos que temos à disposição para apoiar a requalificação da mão de obra numa altura em que vamos ter alguma destruição de emprego em muitos setores, mas necessidades de qualificação e emprego noutros.

**Um dos instrumentos que têm sido postos em cima da mesa são as nacionalizações. Consegue identificar setores nos quais elas possam ser necessárias?**

A União Europeia prepara-se para aprovar uma orientação para a recapitalização ou intervenção do Estado no capital das empresas, que vai determinar como os Estados o vão poder fazer. São regras relativamente apertadas, que exigem uma remuneração adequada para os capitais públicos, que exigem uma capacidade de intervenção do Estado nas decisões, e portanto têm de ser muito bem ponderadas. Nesse quadro, o Estado não pode prescindir dos instrumentos que tem à sua disposição para preservar empresas que sejam de valor estratégico para o país.

**Muito concretamente, é possível salvar a TAP sem uma nacionalização?**

É um processo que o Estado tem de discutir com a empresa. Se for necessário um afluxo de capital à TAP, é preciso ver de que forma os acionistas estão disponíveis para o fazer, aquilo que o Estado tem de assegurar é que se trouxer capital, se trouxer financiamento à empresa, isso também tem um reflexo na forma como os outros acionistas também intervêm no funcionamento da empresa.

**O Governo admite bloquear aquisições hostis de empresas estratégicas ou que estejam com o seu valor muito depreciado?**

Já existe legislação em Portugal que permite ao Governo bloquear a aquisição de empresas em setores estratégicos por parte de Estados de fora da União Europeia. Essa legislação, até ao momento, parece-nos suficiente para acautelar várias situações. ■

CISION

negocios

ID: 86001751

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 18,83 x 4,18 cm²
Corte: 3 de 3

negocios

negocios.pt

Quinta-feira, 16 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4224 | € 2.50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

# Banca tem "folga" de 8 mil milhões para atacar a crise

**Especialistas** não sabem se esta margem será suficiente | **Novo protocolo** obriga bancos a promover ativamente as linhas de crédito junto das empresas | **Crise** vai provocar uma descida dos "ratings"

**PEDRO SIZA VIEIRA** MINISTRO DA ECONOMIA

## "Portugal pode beneficiar com a relocalização das indústrias"

PRIMEIRA LINHA 4 a 18

Publicidade

BASF
We create chemistry

## Desemprego regista maior subida de sempre

PRIMEIRA LINHA 16

## Covid-19 vai tirar 14 mil milhões aos cofres públicos

PRIMEIRA LINHA 14

**Na biblioteca dos CEO**

## A melhor forma de atravessar as sombras

Pedro Norton, CEO da Finerge, sugere o último livro escrito por Stefan Zweig.

ÚLTIMA 32

**PEDRO CASTRO E ALMEIDA**

## Bancos chegam a acordo para estender moratória ao crédito ao consumo

**ANTÓNIO MEXIA**

## "EDP tem garantido o financiamento para este ano e 60% para 2021"

**RICARDO REIS**

## "Não vai ser possível descartar austeridade em absoluto"

CISION

negocios

ID: 86001834

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 12
Cores: Cor
Área: 25,70 x 32,00 cm²
Corte: 1 de 3

PRIMEIRA LINHA **COVID-19 - CONFERÊNCIA LIDERANÇA À PROVA**

Reprodução

**António Mexia, CEO da EDP, e Pedro Castro e Almeida, líder do Santander Totta, participaram na conferência online "Liderança à Prova".**

# EDP e Santander apelam à união e ao fim da burocracia de Bruxelas

António Mexia garante que a elétrica tem liquidez para enfrentar a crise da covid-19, tendo até já 60% do financiamento garantido para 2021. Já o CEO do Santander Portugal, Pedro Castro e Almeida, deixa o pedido à Comissão Europeia para acabar com as burocracias na provação das linhas de crédito.

**SARA RIBEIRO**
sararibeiro@negocios.pt

Os líderes da EDP e do Santander Portugal não têm dúvidas de que a Europa só vai conseguir ultrapassar a atual crise se houver união. E apelam ainda ao combate da burocracia exigida por Bruxelas de modo que os créditos cheguem os mais rápido possível às empresas e seja possível arrancar para o "novo normal".

Foi assim que António Mexia, presidente executivo da EDP, definiu os tempos que se avizinham. "O novo normal vai ser diferente, não há dúvidas de que o comportamento dos consumidores vai ser diferente", sublinhou o gestor, durante a conferência "Liderança à Prova", organizada pelo Negócios esta quarta-feira. "Não podemos repor com os erros do passado", mas podemos aproveitar para implementar estratégias que assentam num "maior equilíbrio entre o Homem e o planeta. Tem de ser um recomeço juntando cabeça e coração com a solidariedade", apontou, referindo-se a uma maior união e também a um reforço nas apostas de transição energética.

Já o presidente executivo do Santander Totta, Pedro Castro e Almeida, garantiu que os bancos portugueses estão a fazer o papel que lhes é exigido numa situação como esta, que passa por ajudar as empresas a terem liquidez. "Estamos a aprovar os créditos o mais breve possível, mas são processos burocráticos. Infelizmente o processo de aprovação destas linhas em Bruxelas não vai no sentido de urgência necessário", lamentou. "Existem muitos clientes desesperados – de micro , pequenas e médias empresas. E não podemos continuar com estes tempos de espera e burocracias. Apesar dos esforços do Governo, a burocracia de Bruxelas não ajuda", reforçou o gestor.

**24**

**FINANCIAMENTO**
A política de pré-financiamento da EDP garante liquidez à empresa liderada por António Mexia com 18 a 24 meses de avanço.

CISION

negócios

ID: 86001834

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 13
Cores: Cor
Área: 25,70 x 30,12 cm²
Corte: 2 de 3

## Banca com acordo para moratória

**Cerca de 25% do total do crédito à habitação no Santander Totta já aderiu à moratória, revelou o presidente executivo do banco, Pedro Castro e Almeida, durante a conferência "Liderança à Prova", organizada pelo Negócios. O gestor referia-se à moratória que permite às famílias afetadas pela crise da covid-19 suspenderem o pagamento da prestação da casa durante seis meses. Uma medida que foi aprovada a 26 de março, mas que já tinha sido tomada de livre iniciativa pelo banco uma semana antes, sublinhou o gestor. Quanto à moratória privada que está a ser trabalhada pelos bancos, e que vai ser apresentada no final da semana, o líder do Santander revelou que já há acordo em relação às novas medidas. Esta moratória "vai bastante mais longe" face às medidas atuais, passando a ser incluído, por exemplo, o crédito pessoal mas também segundas habitações, adiantou.**

### EDP confiante

Durante a sua intervenção, o líder da elétrica mostrou-se confiante de que a empresa está preparada para ultrapassar a crise epidémica. "A EDP tem uma política de risco" que assenta no "pré-financiamento", ou seja, assegura liquidez "com 18 a 24 meses de avanço". Razão pela qual, apesar de sublinhar que "nunca ninguém está preparado" para situações deste género, a elétrica nacional estava preparada em termos de financiamento", tendo já assegurado o montante necessário para 2020 e 60% para 2021.

Quanto ao papel dos líderes nacionais, nomeadamente do Governo, na gestão desta crise, António Mexia dá melhor nota aos políticos nacionais do que aos internacionais. E aplaude as "chamadas de atenção" do primeiro-ministro, António Costa, "da não aceitação de comportamento de outros países", mostrando que "não se trata de uma crise isolada", comentou durante a mesma conferência transmitida online. ■

# Empresas querem regresso à atividade em maio

Os responsáveis das confederações empresariais estiveram reunidos com o Governo, esta quarta-feira, para discutir o relançamento da economia, após o confinamento da população devido à pandemia do coronavírus. Para que o regresso possa ser feito dentro da "normalidade possível", os empresários esperam uma retoma "gradual" a partir de maio e propõem medidas como o diferimento de horários laborais ou a redução da capacidade máxima dos estabelecimentos turísticos.

As propostas foram apresentadas por António Saraiva, presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), e Francisco Calheiros, presidente da Confederação do Turismo de Portugal (CTP), que, no final da reunião com o Governo, participaram na conferência "Liderança à Prova", organizada pelo Negócios.

"O relançamento da economia será feito de forma gradual e assimétrico, quer em termos das várias regiões do país quer em termos dos setores de atividade", começou por dizer António Saraiva. Seja como for, acrescentou, este relançamento tem de acontecer em breve, sob pena de danos irreversíveis. "Não podemos ganhar a batalha da pandemia e, depois, percebermos que estamos mortos por falta da economia", afirmou.

Entre as medidas propostas, para além da disponibilização de equipamentos de proteção como máscaras e luvas e da transformação dos espaços de trabalho, para permitir o distanciamento social que continuará a ser necessário, o presidente da CIP propõe o diferimento dos horários de trabalho, para que passe a existir um número reduzido de trabalhadores, em simultâneo, no mesmo espaço.

No caso específico do turismo, acrescentou Francisco Calheiros, deverão ser impostos limites à capacidade máxima dos hotéis e de outros estabelecimentos, como restaurantes, para minimizar os riscos de contágio. "Há que ser muito criativo, temos de pensar a forma como faremos este regresso", resumiu o presidente da CTP.

Ainda em relação ao turismo, a recuperação terá de passar pelo mercado interno, que representa cerca de 30% do setor, já que a procura internacional deverá registar quebras acentuadas. Qualquer que seja a estratégia, e por mais rápida que seja a retoma, "não vamos ter o verão que tivemos no ano passado", garantiu Francisco Calheiros. ■

RAFAELA BURD RELVAS

O diferimento de horários é uma das propostas das confederações.

# "Não vai ser possível descartar austeridade em absoluto"

O economista Ricardo Reis defendeu que não é possível descartar a austeridade em absoluto, considerando que isso vai depender da evolução das taxas de juro da dívida pública portuguesa nos próximos tempos.

"Obviamente, não vamos poder descartar a austeridade em absoluto", afirmou Ricardo Reis, professor da London School of Economics (LSE), quando questionado sobre a posição do Governo, que tem reiterado que não será necessária austeridade depois da crise causada pela covid-19.

"Portugal entrou neste ano com uma dívida pública de 118% do PIB. Este ano, a economia vai cair 8% e os apoios públicos com a covid-19 pesam aproximadamente 3% do PIB. Aritmeticamente, sem que nada aconteça, já estamos com uma dívida pública de 130% do PIB", afirmou.

A dívida pública "vai subir muito e vai ter de ser gerida", disse Ricardo Reis. "Isso é inevitável. Não vai ser culpa do Governo, nem do Ministério das Finanças, mas vai acontecer", assegurou.

No entanto, isso não significa necessariamente que essa dívida não é gerível, porque, ao contrário do que aconteceu na crise das dívidas soberanas, o "choque atual é simétrico". Ou seja, países como a Alemanha, que foram capazes de se endividar mais para responder à pandemia da covid-19, também vão ver a dívida pública subir também mais do que outros países.

"Nestas circunstâncias, o BCE e as autoridades financeiras europeias vão fazer o que se tem de fazer quando tem de se gerir uma grande dívida pública: que é manter as taxas de juro baixas", afirmou.

Por isso, ao "nível do euro a dívida vai ser gerível", considerou Ricardo Reis. Portugal não vai pagar taxas de juro de 4% ou de 5% como em 2013, como aconteceu na anterior crise, mas algo em torno de 1%. "Em termos de peso no Orçamento do Estado os 130% não me assustam, são geríveis", defendeu.

Mas com um senão: "desde que façamos parte da Europa". Ou seja, desde que Portugal beneficie das mesmas taxas de juro de que a Alemanha.

"A partir do momento em que haja mais fragmentação, ou seja, em que haja dúvidas no mercado sobre Portugal e Itália, que haja falhas políticas ou atitudes irrefletidas na Europa que façam com que nos isolemos, e se as taxas de juro descolarem da média do centro da Europa, aí teremos uma austeridade e um colapso como em 2009", alertou o economista. ■

SUSANA PAULA

> **Aritmeticamente, sem que nada aconteça, já estamos com uma dívida pública de 130% do PIB [...] a dívida pública vai subir muito e vai ter de ser gerida.**
>
> **Se as taxas de juro [de Portugal] descolarem da média do centro da Europa, aí teremos uma austeridade e um colapso como em 2009.**
>
> RICARDO REIS
> Economista e professor da LSE

CISION

negocios

ID: 86001834

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 20,00 x 15,90 cm²
Corte: 3 de 3

negocios

negocios.pt

Quinta-feira, 16 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4224 | € 2.50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

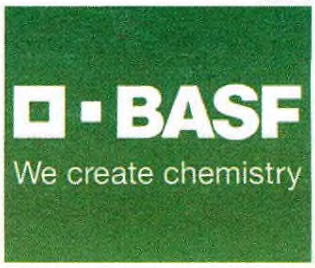
# Banca tem "folga" de 8 mil milhões para atacar a crise

**Especialistas** não sabem se esta margem será suficiente | **Novo protocolo** obriga bancos a promover ativamente as linhas de crédito junto das empresas | **Crise** vai provocar uma descida dos "ratings"

**PEDRO SIZA VIEIRA** MINISTRO DA ECONOMIA

## "Portugal pode beneficiar com a relocalização das indústrias"

Publicidade




## A LIDERANÇA À PROVA EM TEMPOS DE PANDEMIA

PRIMEIRA LINHA 4 a 18

**PEDRO CASTRO E ALMEIDA**

### Bancos chegam a acordo para estender moratória ao crédito ao consumo

**ANTÓNIO MEXIA**

### "EDP tem garantido o financiamento para este ano e 60% para 2021"

**RICARDO REIS**

### "Não vai ser possível descartar austeridade em absoluto"

## Desemprego regista maior subida de sempre

PRIMEIRA LINHA 16

## Covid-19 vai tirar 14 mil milhões aos cofres públicos

PRIMEIRA LINHA 14

**Na biblioteca dos CEO**

## A melhor forma de atravessar as sombras

Pedro Norton, CEO da Finerge, sugere o último livro escrito por Stefan Zweig.

ÚLTIMA 32

CISION

ID: 86002624

Público

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 26
Cores: Cor
Área: 25,70 x 29,34 cm²
Corte: 1 de 3

# Cotadas fazem AG à distância mas poucas recuam nos dividendos

Pandemia transforma as AG em encontros virtuais, mas os riscos para a actividade económica não alteraram os planos para dividendos de muitas cotadas do PSI-20. Decisão cabe aos accionistas, dizem

**Empresas**
Ana Brito

A necessidade de adaptação aos tempos de pandemia chega a todos os sectores e circunstâncias e as assembleias gerais (AG) das empresas do PSI-20 não são excepção. Muitas serão feitas à distância, outras foram adiadas e algumas – poucas – deixaram cair da ordem de trabalhos o ponto relativo à distribuição de dividendos, devido à incerteza associada à crise sanitária.

Não é o caso da EDP. A eléctrica realiza hoje a sua AG anual, na data prevista, mas "exclusivamente através de meios telemáticos, e a proposta de pagar 19 cêntimos por cada acção (num total de 695 milhões de euros) mantém-se. Compete aos accionistas "a tomada de uma decisão sobre o tema", disse fonte da empresa ao PÚBLICO.

O tema esteve ontem na agenda política, com Catarina Martins, do Bloco de Esquerda (BE), a sublinhar que "não é aceitável que amanhã [hoje] a assembleia geral da EDP se prepare para distribuir dividendos de quase 700 milhões de euros que pagavam dez anos de tarifa social", quando o alargamento da medida foi chumbado na semana passada no Parlamento.

A AG irá realizar-se via plataforma digital (ironicamente, apenas uns dias depois de a EDP ter sido alvo de um grave ataque informático), em que os accionistas inscritos poderão assistir à transmissão em directo ao vídeo e ao áudio da reunião.

Hoje teria sido também a data de realização da AG da Jerónimo Martins, se a crise de saúde pública não tivesse aparecido no caminho. A dona do Pingo Doce não conseguiu convencer a maioria dos accionistas a participar no encontro com votos enviados por *email* e, no início deste mês, optou por adiá-lo para uma data ainda a definir. Tem, no entanto, como limite para realização da AG o dia 30 de Junho, fixado pelo Decreto-Lei 10-A/2020, que introduziu medidas excepcionais e temporárias relacionadas com a pandemia (será também este o caso da Corticeira Amorim e da Ibersol, que desconvocaram as respectivas AG). O comunicado da empresa controlada pela família Soares dos Santos nada refere sobre alterações às propostas apresentadas à AG – incluindo a de distribuição de dividendos, que passa pelo pagamento de 216,8 milhões de euros, ou 34,5 cêntimos por acção.

No caso da Galp, a AG mantém-se para 24 de Abril, mas o encontro também será virtual. A administração recomenda aos accionistas (onde se inclui o Estado, que tem 7,48% do capital através da Parpública) que aprovem a distribuição de 318 milhões de euros em dividendos de 2019 (para cumprir um valor global de 580 milhões de euros, ou 70 cêntimos por acção, já que os dividendos são pagos em duas fases).

Devido à pandemia, a Galp já anunciou um plano de corte de custos e investimentos. Mas a proposta sobre os dividendos está feita e "refere-se aos resultados da empresa no exercício de 2019". Agora, cabe aos accionistas "tomar uma decisão", frisou fonte oficial ao PÚBLICO. Também a petrolífera já está na mira do BE, tendo Catarina Martins apelado ao Governo para travar esta distribuição de parte dos lucros.

Tal como a Galp, a REN, que irá realizar a reunião no dia 7 de Maio, através de meios à distância, coloca a decisão de distribuição de dividendos nas mãos dos accionistas. "A proposta do conselho [de administração] está apresentada" (são 17,1 cêntimos por título ou 114 milhões de euros) e a aprovação do dividendo será "um dos pontos a votação na AG", disse fonte da empresa.

## Supervisores recomendam contenção

As propostas sobre a distribuição dos resultados das empresas são validadas pelos seus conselhos de administração, onde estão representados os maiores accionistas. Mas a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) já veio chamar a atenção para a qualidade da informação que deverá chegar a todos os accionistas, perante o "grau de incerteza" sobre a evolução da actividade económica e "resiliência financeira e operacional" das empresas.

Reconhecendo a complexidade das "actuais circunstâncias" e o "contexto de risco acrescido", a entidade supervisora quer que as cotadas expliquem bem aos investidores as decisões "com impacto na conservação de uma estrutura de financiamento sólida e resiliente". Aqui incluem-se as propostas de distribuição de dividendos e de recompra de acções, exemplifica.

A CMVM não chega ao ponto do Banco de Portugal, que no início do mês "decidiu recomendar às instituições de crédito menos significativas sujeitas à sua supervisão a não distribuição de dividendos" dos exercícios de 2019 e 2020, mas sublinha que estas decisões "devem ser cuidadosamente ponderadas e claramente enquadradas e justificadas perante os desafios e riscos de médio prazo de cada emitente".

Também a ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões recomendou às empresas do sector que retenham lucros para evitar situações de descapitalização.

No caso da Sonae SGPS (grupo proprietário do PÚBLICO), o encontro de accionistas está marcado para dia 30 de Abril. A AG, que também decorrerá por meios telemáticos, deverá votar a distribuição de um

EDP de António Mexia realiza hoje a assembleia geral de accionistas. Nos de Miguel Almeida (em cima à direit

> **Não é aceitável que amanhã [hoje] a assembleia geral da EDP se prepare para distribuir dividendos de quase 700 milhões de euros que pagavam dez anos de tarifa social**
>
> **Catarina Martins**
> Coordenadora do BE

**30**

**de Junho é a data-limite para a realização das assembleias gerais de accionistas sobre as contas de 2019, fixada por decreto-lei como medida excepcional da covid-19**

NUNO FERREIRA SANTOS

DANIEL ROCHA

RICARDO CAMPOS

**a) adiou reunião e Galp de Gomes da Silva tem prevista AG para 24 de Abril**

dividendo global de 92,6 milhões de euros (4,63 cêntimos por acção). Ao contrário da SGPS, a Sonae Capital (que é igualmente controlada pela Efanor, *holding* da família Azevedo), suspendeu a repartição de dividendos que havia anunciado: 15 milhões de euros, ou seis cêntimos por acção. O "elevado grau de incerteza que caracteriza o momento actual" explica a decisão. Assim se assegura o "reforço da liquidez e capacidade de resposta numa conjuntura em que a resiliência é fundamental", diz a empresa, prometendo reavaliar o assunto quando houver "maior visibilidade sobre o futuro".

## BCP deu o pontapé de saída

O BCP foi a primeira empresa do PSI-20 a anunciar a suspensão do dividendo, no final de Março, em linha com as recomendações do Banco Central Europeu, que apelou a que a prioridade das instituições financeiras seja o apoio às economias e não a remuneração dos accionistas.

Com AG marcada para dia 20 de Maio, o banco anunciou um reforço do balanço com 133,9 milhões de euros para fazer face "aos potenciais impactos e à incerteza associada à situação de pandemia" e prometeu retomar a distribuição de dividendos "uma vez ultrapassada a crise".

O BPI acabou finalmente por recuar na sua intenção de distribuir dividendos ao Caixabank, juntando assim também ao Santander e, em especial, à Caixa Geral de Depósitos, que anulou a anunciada entrega dos resultados positivos ao Estado.

A remuneração accionista também fica em *stand-by* na Novabase, que tinha intenção de entregar 85 cêntimos por acção, através de uma operação de redução de capital que libertaria cerca de 26,7 milhões de euros. Com AG marcada para dia 12 de Maio, a tecnológica mudou os planos pelo "contexto de grande incerteza". O compromisso de distribuir 1,5 euros por acção entre 2019/2023 mantém-se, mas fica adiado para garantir resiliência financeira e competitividade "durante e depois da pandemia".

> **[Decisões como] as propostas de distribuição de dividendos e recompra de acções devem ser cuidadosamente ponderadas e claramente enquadradas e justificadas**
>
> **CMVM**

A incógnita sobre o que aí vem foi também a razão invocada pelos CTT para congelarem o dividendo de 2019: "Impõe-se ao conselho de administração desenvolver todos os esforços" para evitar nesta fase "medidas de descapitalização abusivas". A proposta de distribuição aos accionistas de 11 cêntimos por acção (16,5 milhões de euros) fica sem efeito para que a empresa esteja preparada "para fazer face aos potenciais impactos" da pandemia. Os CTT desconvocaram a reunião presencial do próximo dia 29, pelo que os accionistas poderão acompanhar o encontro através de um sistema de visualização e comunicação à distância.

Há excepções nesta vaga de AG exclusivamente virtuais. A Semapa e a Navigator (que é detida em 69% pela primeira), cujas AG estão marcadas para 29 e 28 de Maio, respectivamente, recomendam aos accionistas a votação por meios à distância, mas admitem encontros presenciais "se à data se verificarem condições legais e de saúde pública".

Propõem-se "adoptar as medidas apropriadas para conter a disseminação" da covid-19, como "o distanciamento de lugares dos participantes, a ausência do serviço de *catering* e a desinfecção de materiais e instalações utilizados".

A Navigator vai distribuir aos accionistas 99 milhões de euros (13,9 cêntimos por acção), enquanto a Semapa (controlada pela família Queiroz Pereira) distribuirá cerca de dez milhões (12,5 cêntimos por acção).

A Altri convocou a AG para a sede, no Porto, mas, "neste contexto especialmente adverso", pede aos accionistas que privilegiem o voto por correspondência postal ou electrónica. Em qualquer caso, diz que no dia 30 de Abril assegurará o distanciamento de lugares e a desinfecção de materiais e instalações. Irá votar-se a distribuição de 61,5 milhões de euros em dividendos (30 cêntimos por acção).

## O caso bicudo da Nos

No PSI-20 há duas empresas que realizaram as suas assembleias gerais ainda antes do final de Março – a Pharol e a EDP Renováveis (que aprovou um dividendo de 69,8 milhões de euros, ou 8 cêntimos por acção) –, e há uma outra que ainda não comunicou qualquer data para o encontro. A Mota-Engil está "a avaliar o momento e a forma mais adequada para a sua ocorrência em função do momento que vivemos", disse fonte oficial da empresa. Quanto à decisão sobre a distribuição de dividendos, "será anunciada em devido tempo", acrescentou.

E depois há o caso da Nos. A operadora controlada conjuntamente pela Sonae (via Sonaecom) e pela empresária Isabel dos Santos, através de uma sociedade chamada Zopt (que tem 52,15% do capital), chegou a ter a AG agendada também para hoje, dia 16.

Porém, agora que se viu apanhada no fogo cruzado dos litígios entre Isabel dos Santos e a justiça angolana, não há data em perspectiva. A AG da Nos "está a ser tratada nos termos da lei e de acordo com as recomendações da CMVM, tendo em conta a situação excepcional em que vivemos", disse fonte da empresa, ainda antes de se saber que o Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa arrestou preventivamente 26,075% do seu capital social, no âmbito da cooperação com as autoridades angolanas. Trata-se de uma participação correspondente a metade das acções que a Zopt detém na Nos, que ficam impedidas de receber dividendos.

Mas, como o arresto foi feito na Nos e não na Zopt, a Sonaecom apanha por tabela. Quando a operadora distribuir dividendos, a Zopt só irá receber metade daquilo a que teria direito em circunstâncias normais (que seriam cerca de 74 milhões de euros, relativos a 27,8 cêntimos por acção) e, nessa medida, a Sonaecom terá de repartir com Isabel dos Santos o seu quinhão.

Num comunicado de 4 de Abril, a Sonaecom sublinhou que a decisão do tribunal "é passível de afectar o regular funcionamento" da AG da Nos e garantiu que "promoverá as diligências adequadas junto das autoridades judiciais" para levantar o arresto.

ana.brito@publico.pt

CISION

ID: 86002624

Público

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 6,12 x 5,05 cm²
Corte: 3 de 3

**Edição Lisboa** • Ano XXXI • n.º 10.949 • 1,30€ • Quinta-feira, 16 de Abril de 2020 • **Director:** Manuel Carvalho **Adjuntos:** Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro **Directora de Arte:** Sónia Matos

Público

15 DE ABRIL
**2.000.000**

2 DE ABRIL
**1.013.157**

## Rio critica quem se aproveita politicamente da crise

Vice-presidente diz não abdicar de "um escrutínio democrático" **p21**

## PSI-20: maioria das empresas vai distribuir dividendos

Riscos para a actividade económica não alteram planos das cotadas **p26/27**

Rubem Fonseca

## Morreu quem amava a língua portuguesa

Um dos mais importantes escritores brasileiros faleceu no Rio de Janeiro, aos 94 anos **p30/31**

1 DE FEVEREIRO
**12.038**

# Covid-19
# Infectados sem vigilância obrigatória por telemóvel

Isolamento em Portugal caiu de 79% para 56% em dois dias • Estudo aponta falhas na vigilância dos profissionais de saúde • Gian Maria Milesi-Ferretti, do FMI: "O peso do turismo penaliza previsões para Portugal" • Trump estrangula a Organização Mundial de Saúde • A Análise de Jorge Almeida Fernandes

**Destaque, 2 a 15 e Editorial • Acompanhe em publico.pt/coronavirus**

ISNN-0872-1548

CISION
ID: 86002603
Público
16-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral
Pág: 20
Cores: Cor
Área: 25,70 x 30,05 cm²
Corte: 1 de 1

# PS celebra 47 anos com conferência e debates nas redes sociais

Obrigada a festejar o aniversário do partido em confinamento, a direcção socialista saltou para as redes sociais. Os convidados vão de Manuel Alegre a Arons de Carvalho. Costa e César também entram na festa

**Aniversário**
São José Almeida

O PS prepara-se para assinalar os seus 47 anos, que se celebram no próximo domingo, 19 de Abril, apenas com iniciativas transmitida nas redes sociais Facebook, Twitter e Instagram já a partir de amanhã. As sessões incluem uma conferência sobre "Populismo *vs.* democracia", dois debates dos Diálogos entre Gerações e mensagens de vários dirigentes.

Não querendo deixar de assinalar a data, a direcção socialista adaptou a festa de anos do partido à nova realidade de estado de emergência e de pandemia que o país vive, situação que impede iniciativas presenciais, explicou ao PÚBLICO o secretário-geral adjunto, José Luís Carneiro.

Apesar do desafio que representa organizar três dias (17, 18 e 19 de Abril) de iniciativas, todas a decorrer digitalmente e com os participantes em suas casas, o "número dois" do Partido Socialista mostrou-se convicto de que os meios digitais vão resultar e ter impacto. Isto, porque este partido tem cerca de cem mil seguidores no Facebook, entre 25 e 30 mil no Twitter e entre 15 e 20 mil no Instragram.

### Costa e César em gravação

No dia do aniversário, domingo, a emissão nas redes sociais começa às 10h com uma declaração previamente gravada pelo presidente do PS, Carlos César. Outro momento institucional das comemorações desse dia é a intervenção gravada pelo secretário-geral e primeiro-ministro, António Costa, que será transmitida durante a tarde.

Mas os momentos institucionais ao nível da direcção máxima do PS começam já amanhã, com uma intervenção do secretário-geral adjunto, José Luís Carneiro. Este será, aliás, o momento do arranque das comemorações. No dia seguinte, a intervenção institucional será feita pela líder parlamentar, Ana Catarina Mendonça Mendes, que ocupava o cargo de secretária-geral adjunta nos últimos actos eleitorais.

NELSON GARRIDO

**Partido Socialista celebra o 47.º aniversário em plena fase de isolamento social**

## Carneiro elogia "a responsabilidade da liderança"

Dirigente socialista recorda construção da democracia em Portugal

O secretário-geral adjunto do PS, José Luís Carneiro, salienta o papel que o Governo de António Costa tem tido no combate à pandemia da covid-19 em Portugal, ao afirmar ao PÚBLICO: "Mais uma vez, [no Partido Socialista] temos a responsabilidade da liderança num momento decisivo para o país."

Assumindo que a celebração do 47.º aniversário "será diferente", por se realizar apenas através de redes sociais e sem cerimónias presenciais, Carneiro considera que a festa de anos dos socialistas "tem, em si, a marca de que, mais uma vez, a sociedade tem no PS a grande força de referência do presente e de projecção no futuro".

O "número dois" do partido sublinha que, "em várias épocas, o PS liderou o Governo" e, por vezes, "em momentos críticos, como 1975-1976, momento crucial em que o PS teve de travar a degradação da democracia portuguesa". E lembra que, "já nesse processo de transição, Portugal foi olhado como o despertar das novas democracias, como o modelo que inspirou outras transições democráticas".

Fazendo o paralelo com o presente, Carneiro advoga que o "mesmo aconteceu nos últimos anos", considerando que "o PS foi determinante para conduzir o país no percurso para vencer as dificuldades da crise" das dívidas soberanas em 2011. Indo mais longe, o secretário-geral adjunto do PS defende: "E hoje, com toda a crise que vivemos, Portugal é assinalado como uma referência [no combate à pandemia] pela imprensa internacional."

Daí que garanta que "celebrar o 47.º aniversário do PS é o mesmo que celebrar a construção e preservação da democracia" em Portugal, mas também uma forma de "valorizar a memória como inspiração do presente e alicerce do futuro", já que "o PS é um partido que, vindo da clandestinidade, tem uma história de construção da liberdade".

**S.J.A.**

No domingo à tarde realiza-se a conferência digital *online* Populismo *vs.* Democracia com a participação à distância do historiador António Costa Pinto, coordenador do Instituto de Ciências Sociais (ICS); da investigadora em Ciência Política Marina Costa Lobo, investigadora principal também do ICS; do economista político Carlos Jalali, director do programa de doutoramentos em Ciência Política da Universidade de Aveiro; e do especialista em Ciência Política José Santana Pereira, investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. A conferência conta ainda com a participação de João Marecos, do *site* Os Truques da Imprensa Portuguesa, e é moderada pelo jornalista Filipe Santos Costa.

### Arons e Alegre com jovens

Mas logo amanhã, dia 17 de Abril, realiza-se a primeira sessão do Diálogo entre Gerações, iniciativa que, como o PÚBLICO noticiou, porá em debate personalidades de referência do PS, com mais idade, e pessoas mais novas. Assim a primeira sessão será protagonizada pelo fundador e primeiro secretário-geral da JS, Arons de Carvalho, e a actual líder da JS, Maria Begonha, moderada pela deputada Rosário Gamboa.

Depois de amanhã, a segunda sessão do Diálogo entre Gerações conta com a presença do ex-candidato presidencial Manuel Alegre, da escritora Filipa Martins e da estudante de Medicina Filipa Maia. A moderação será feita por Guilherme W. d'Oliveira Martins, ex-secretário de Estado das Infra-estruturas (entre 2015 e 2019).

Ao longo de todo o mês de Abril, o PS tem promovido, através de *posts* nas três redes sociais, uma campanha sobre 47 opções políticas e governativas tomadas pelos socialistas que marcaram a democracia portuguesa e o país.

Esta campanha dá seguimento a uma iniciativa que foi lançada no ano de 2018, para assinalar o 45.º aniversário do partido, mas foi entretanto actualizada com os últimos dois anos.

sao.jose.almeida@publico.pt

CISION

ID: 86002443

Público

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 8
Cores: Cor
Área: 16,16 x 24,42 cm²
Corte: 1 de 1

# Governo promete acesso ao superior "o mais justo possível"

Clara Viana

**Secretário de Estado diz que decisão de cancelar exames do secundário para melhoria da nota pode vir a ser mitigada por outras vias**

O secretário de Estado adjunto e da Educação, João Costa, revelou ontem que o Governo está a estudar "soluções com o objectivo de se conseguir ter um concurso de acesso ao ensino superior o mais justo possível". Entrevistado pelo Fórum Estudante, João Costa especificou que este trabalho está a ser desenvolvido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) visando dar resposta aos alunos que receiam ser prejudicados no acesso ao ensino superior por ter sido cancelada a realização de exames que se destinem a melhoria das notas.

Em resposta ao PÚBLICO, o MCTES limitou-se a informar que já pediu à Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES) "uma análise de todos os pedidos de esclarecimento, para depois serem feitos, se necessário, ajustamentos aos regulamentos de acesso" e "ser emitida uma nota à imprensa". "Todos os esclarecimentos serão atempadamente e devidamente prestados", adianta o gabinete de Manuel Heitor.

O facto de esta medida ter sido adoptada "não significa que não impacte outras [que venham a ser tomadas] para garantir uma maior equidade" no concurso de acesso ao ensino superior deste ano, referiu João Costa, que no entanto deixou este alerta: "Ter a expectativa de que tudo corre de forma igual é ilusório" dado o período de excepção em que se está a viver.

Das medidas para a educação em época de pandemia consta o facto de os exames nacionais só virem a ser realizados quando funcionam como provas de ingresso para o curso escolhido pelos alunos, não contando por isso para o cálculo da sua média final do secundário. A realização dos exames que se destinam a melhoria das notas ou à aprovação numa disciplina foram cancelados. Estas medidas estão já consagradas num decreto-lei publicado esta semana e não haverá mexidas, frisou João Costa.

DANIEL ROCHA

**Foram publicadas na semana passada novas regras de exames**

**João Costa revelou que o Ministério da Ciência e Ensino Superior está a preparar novas medidas para que não haja alunos prejudicados**

Para os alunos dos cursos científico-humanísticos, os exames nacionais pesam, habitualmente, duas vezes no apuramento da média de acesso ao ensino superior. Contam uma primeira vez para a classificação final das disciplinas em que há prova nacional, com um peso de 30%. A restante nota resulta da média de frequência nos dois ou três anos que durou essa "cadeira". Depois, a mesma prova conta uma segunda vez no caso de ser também prova de ingresso – ou específica – exigida pelo curso superior a que o estudante deseja concorrer. Nesse caso, o exame nacional passa a pesar 35% a 50% da média de acesso. Este ano, fruto das medidas de contenção da covid-19, apenas vale esta segunda componente.

Respondendo a dúvidas dos alunos sobre o ensino profissional, o secretário de Estado adiantou que a formação em contexto de trabalho (estágio no final do curso) pode ser "substituída por prática simulada", uma forma reconhecida a nível europeu. E que também a Prova de Aptidão Profissional, exigida para a conclusão dos cursos profissionais, poderá "ser feita à distância".

Quanto ao concurso especial de acesso ao superior para os alunos dos cursos profissionais, já legislado, João Costa referiu que "a intenção dos [seus] colegas do MCTES é que aconteça já este ano". O MCTES já tinha adiantado que estão a "desenvolver-se mecanismos para esse efeito".

cviana@publico.pt

CISION

ID: 86002466

Público

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 9
Cores: Cor
Área: 11,07 x 24,74 cm²
Corte: 1 de 1

# Quem está em *layoff* pode afinal trabalhar sem limitações

Victor Ferreira

Ao contrário do que indicou na semana passada, o Governo vai afinal permitir a acumulação de trabalho com *layoff* em qualquer sector de actividade. Mas só em cinco sectores se poderá ficar com um rendimento mensal total sem a limitação dos dois terços (2/3) imposto pelas regras do *layoff* simplificado, que afecta 938 mil portugueses, segundo dados revelados pelo Ministério do Trabalho ontem, sobretudo em empresas (96%) até 50 trabalhadores e no sector do alojamento, restauração e turismo.

No final do Conselho de Ministros da semana passada, o Governo dizia que tinha aprovado medidas para "assegurar que as pessoas em regime de redução do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho podem exercer actividade remunerada desde que nas áreas da produção alimentar, apoio social, saúde, logística e distribuição".

Deixou portanto a ideia de que o trabalho alternativo ao *layoff* estaria limitado àqueles cinco sectores. Mas no Decreto-Lei n.º 14-F/2020, publicado na segunda-feira, 13 de Abril, em *Diário da República*, e que faz diversas alterações legislativas a leis publicadas nas últimas semanas para acudir à crise empresarial suscitada pela pandemia de covid-19, o executivo deixou cair qualquer restrição sectorial.

Ao invés, prefere valorizar aqueles cinco sectores, introduzindo uma discriminação positiva, estabelecendo que "não se aplica, excepcionalmente, (...) [a] eventual redução da compensação retributiva, caso a referida actividade se exerça nas áreas do apoio social, saúde, produção alimentar, logística e distribuição". Por outras palavras, quem estiver em *layoff*, seja por suspensão do contrato ou pela redução de horário, pode acumular os dois terços do salário ou da compensação retributiva a que tem direito com a remuneração que vier a auferir com o trabalho alternativo, desde que seja numa daquelas cinco áreas de actividade.

A regra geral do *layoff* simplificado impõe que cada trabalhador afectado fica a ganhar 2/3 do salário-base ilíquido, com um mínimo de 635 euros e um tecto de 1905 euros.

voferreira@publico.pt

BARBARA RAQUEL MOREIRA

**Crise já colocou perto de um milhão de portugueses em *layoff***

CISION

ID: 86002463

Público

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 9
Cores: Cor
Área: 16,02 x 24,87 cm²
Corte: 1 de 1

# Recibos verdes com quebras ainda sem formulário para o apoio

Pedro Crisóstomo

**Suporte aos recibos verdes com reduções a partir de 40% na facturação será proporcional a essa descida. Segurança Social fiscaliza**

ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

**Apoio decidido pela ministra do Trabalho já sofreu várias alterações**

A Segurança Social já recebeu 145 mil pedidos de apoio extraordinário de trabalhadores independentes, mas, até agora, só o puderam fazer aqueles que se encontram em paragem total da actividade. Até ontem à tarde, os trabalhadores que enfrentam quebras na facturação iguais ou superiores a 40% não conseguiam apresentar o requerimento na página da Segurança Social Directa porque esse formulário digital ainda não estava disponível.

A questão é problemática para muitos que se encontram nesta situação de perda abrupta ou acentuada de clientes, projectos ou encomendas, porque, para receberem a primeira verba da Segurança Social ainda neste mês de Abril, seria preciso submeter o pedido até ontem e essa possibilidade foi-lhes vedada.

Embora a lei preveja que o apoio é pago "a partir do mês seguinte ao da apresentação do requerimento", o Governo abriu uma excepção relativamente à primeira vaga, prometendo entregar ainda em Abril os valores correspondentes aos requerimentos desta primeira quinzena (pois, como não disponibilizou as fichas em Março, as pessoas só puderam começar a submeter os pedidos desde dia 1, o que faria derrapar os pagamentos para Maio).

Só que, agora, é nessa circunstância que se encontram os trabalhadores a recibos verdes, empresários em nome individual e os sócios-gerentes de empresas que enfrentam grandes reduções de actividade, pois não puderam fazê-lo até 15 de Abril, embora a lei lhes abra essa possibilidade desde o dia 7 de Abril.

A lei entrou em vigor nesse dia, por isso, os pedidos "com fundamento nesta redução da facturação apenas passaram a poder ser formulados a partir" desse dia, explica a advogada de direito laboral Sofia Monge, da Carlos Pinto de Abreu & Associados. A questão é que, desde dia 7 até ontem, quem estava nesta situação continuava sem o poder fazer. E em teoria, se um pedido tivesse sido formulado a 7 de Abril seria considerada a quebra de actividade a partir de 8 de Março, afirma a advogada.

Resta saber se o Governo, por causa de um problema logístico que não é imputável aos cidadãos, também abre uma excepção idêntica à que decidiu criar para quem enfrenta uma paragem total. O PÚBLICO procurou obter uma explicação do secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, mas não obteve resposta até ao fecho desta edição.

## Apoio de contabilistas

À luz da lei, o apoio existe para quem tenha uma quebra igual ou superior a 40% na facturação nos 30 dias anteriores ao do pedido submetido na Segurança Social (face à média mensal dos dois meses anteriores a esse período, face ao período homólogo ou à média dos meses em actividade para quem a iniciou há menos de 12 meses).

Quem está a facturar menos tem de fazer o pedido "conjuntamente com certidão de contabilista" a atestar essa quebra, o que também obrigará muitos trabalhadores a procurar um destes profissionais (se houver uma paragem da actividade, aí, basta uma declaração do próprio ou do "contabilista certificado no caso de trabalhadores independentes no regime de contabilidade organizada"). Depois, ao longo de um ano, a Segurança Social poderá fiscalizar essas situações com base nas informações do fisco e, se encontrar irregularidades, obriga um trabalhador a repor as quantias recebidas indevidamente.

Há uma outra novidade: o valor financeiro a pagar pela Segurança Social para quem está com uma redução na actividade será "multiplicado pela respectiva quebra de facturação, expressa em termos percentuais", o que significa que será proporcional à descida declarada, com os limites previstos (o tecto será de 438 euros ou 635 euros).

pedro.crisostomo@publico.pt

CISION

ID: 86002447

Público

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 8
Cores: Cor
Área: 11,00 x 24,87 cm²
Corte: 1 de 1

# Nova Telescola também vai estar na Internet

Samuel Silva

A nova Telescola vai para o ar na segunda-feira e, depois de serem emitidos no canal RTP Memória diariamente, os seus conteúdos vão estar disponíveis na Internet. A RTP criou uma plataforma *online* e uma aplicação para telemóveis e *tablets*, em que será possível rever cada um dos programas. Assim, mais ecrãs dentro de uma mesma casa estão em condições de acompanhar as sessões e os professores podem recuperar as matérias depois de estas terem sido exibidas.

A disponibilização dos conteúdos do #EstudoEmCasa, o nome da nova Telescola, na Internet foi anunciada ontem pelo director da RTP Memória, na apresentação do novo formato, que começa a ser emitido na segunda-feira e será um complemento ao trabalho à distância que os professores do ensino básico vão continuar a fazer até ao final do ano lectivo, devido à pandemia de covid-19.

A emissão linear na RTP Memória continua a ser o formato primordial para a emissão das aulas, mas esses conteúdos vão estar disponíveis, posteriormente, numa plataforma *online* exclusiva para o #EstudoEmCasa, com os conteúdos organizados por disciplina, mas que assenta na mesma mecânica do RTP Play. Os mesmos conteúdos serão também disponibilizados numa aplicação móvel para telemóvel e *tablet*.

**Aulas pela televisão arrancam segunda e na net também**

Para responder ao período de confinamento dos alunos até ao 10.º ano, que se prolongará até ao final do ano lectivo, o canal público de televisão reforçou também os conteúdos destinados a crianças em idade pré-escolar na RTP2 e disponibilizou novos programas na plataforma RTP Ensina, lançada em 2014, e que reúne conteúdos educativos em vídeo, áudio e infografias divididos por matérias.

Na sessão de apresentação do #EstudoEmCasa, ontem, o primeiro-ministro, António Costa, valorizou que esta iniciativa não quer "relembrar a velha Telescola", mas "criar uma escola do tempo de hoje, com conteúdos de hoje e com as tecnologias de hoje". Na ocasião, reforçou a promessa de "no início do próximo ano lectivo" ser assegurada a "universalidade do acesso digital, quer de rede quer de conteúdos" a todos os alunos do ensino básico e secundário.

O essencial sobre a nova Telescola já era conhecido desde a semana passada. As aulas pela televisão destinam-se aos alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade, serão transmitidas entre as 9h e as 17h50 de segunda a sexta-feira pela RTP Memória, estando as manhãs geralmente reservadas aos mais novos e as tardes aos do 3.º ciclo. As sessões terão 30 minutos em vez dos 45 ou 90 minutos habituais nas escolas, e não faltará a Educação Física, apesar de os conteúdos serem transmitidos pela televisão.

samuel.silva@publico.pt

CISION

ID: 86002219

VISÃO

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 76
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 1 de 4

FOCAR

"O tempo é muito lento para os que esperam, muito rápido para os que temem, muito longo para os que sofrem, muito curto para os que festejam"

**William Shakespeare**
Poeta e dramaturgo inglês (1564-1616)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# A política volta dentro de momentos

Eutanásia, revisões constitucionais, legislação laboral, fusão de polícias, proteção de animais, inquérito às fraudes de Pedrógão – com a Covid-19, a agenda parlamentar ficou em *standby*. Os partidos esperam por uma nova normalidade

OCTÁVIO LOUSADA OLIVEIRA E PEDRO RAÍNHO

CISION

ID: 86002219

VISÃO

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 77
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 2 de 4

**Meio gás** Só um quinto dos deputados tem participado nos plenários – e, mesmo assim, Ferro Rodrigues foi criticado

JOSÉ CARLOS CARVALHO

Vazio (ou com clareiras gigantes), monotemático e sem perspetivas sobre o regresso à normalidade. É este o estado do Parlamento desde que Portugal, à semelhança da maior parte dos países, ficou "suspenso" pelo surto de Covid-19. De há um mês a esta parte, só um quinto dos deputados participa nos plenários, que têm servido apenas para acompanhamento e prestação de contas sobre as medidas de combate ao vírus. Um sem-número de propostas foi engavetado, uma série de discussões ficou em banho-maria e até comissões de inquérito ou ideias de revisão constitucional foram empurradas para as calendas gregas.

"Esta situação não foi criada por opção política, há uma coisa invisível que está a destruir vidas e que mudou as nossas vidas para sempre", vaticina a líder da bancada do PS. Ana Catarina Mendes já sente as consequências diretas do coronavíurs nos corredores de São Bento. "O Parlamento está a funcionar nos mínimos e, tal como o Governo, está concentrado essencialmente no combate à pandemia." A agenda desta semana é, aliás, paradigmática do momento que se vive: da audição do governador do Banco de Portugal às dos ministros das Finanças, do Trabalho, da Agricultura e da Cultura, passando pela do presidente do conselho de administração da TAP e chegando às petições admitidas pelo Parlamento – tudo, sem exceção, afunila num único assunto. Tudo na vida da casa da democracia é, por estes dias, Covid-19.

"Enquanto se mantiver o problema de saúde pública, isso continuará a ocupar grande parte das atenções do País e da Assembleia da República, não só na resposta aos problemas de saúde pública mas também nos problemas económicos e sociais", admite João Oliveira. Mesmo assim, o líder da bancada parlamentar do PCP faz uma ressalva. É que, assinala, ainda que o País viva durante mais algumas semanas sob calamidade pública, e embora possa ser preciso responder a problemas prementes, "o Parlamento não está impedido de fazer qualquer discussão". E se, no imediato, os diplomas do Executivo ultrapassam as propostas dos partidos – veja-se o que aconteceu com dezenas de projetos

CISION
ID: 86002219
VISÃO
16-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral
Pág: 78
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 3 de 4



adiados uma semana para que se votasse a renovação do estado de emergência –, à esquerda, não se dão por perdidas batalhas antigas.

**ESQUERDA NÃO LARGA VELHAS BANDEIRAS**

Começando pela revisão da lei laboral, passando pelo debate sobre a habitação, a ação social escolar, o cálculo de compensações pelo fim dos contratos de trabalho e a defesa da produção nacional agroalimentar, todas essas propostas (algumas já votadas, outras prestes a serem apresentadas) recuperam a vida à luz da nova realidade. "Todas as medidas que apresentámos no anterior quadro ganham uma importância redobrada e podem ter de ser revistas quanto à forma e ao momento de concretização, porque o quadro económico e social é completamente diferente", sublinha João Oliveira. A palavra de ordem é adaptar, não é abdicar. "Será necessário, em maio, para ainda haver tempo útil, fazer um levantamento dos processos legislativos em curso nas várias comissões parlamentares, para saber o que é urgente votar em julho, garantindo o cumprimento dessa urgência", defende o comunista. "Não damos nada por perdido nem por ganho", assegura, por seu lado, Pedro Filipe Soares, do BE.

Depois de se sentirem "completamente ultrapassados" pela necessidade de uma resposta imediata à pandemia, os deputados do BE começaram já a olhar para o dia a seguir ao choque provocado por uma situação que, a todos os níveis, foi absolutamente nova e inesperada. Mas também do Bloco surgem sinais de que terá de haver mais vida além (ou depois) da crise sanitária. "As dinâmicas [de resposta ao novo coronavírus] são absorventes, mas não totalitárias", assinala o líder da bancada bloquista. Também o BE quer deixar passar a vaga atual para definir passos seguintes. "O que já foi discutido em plenário está em fase avançada e, quando as comissões retomarem a normalidade, é de esperar que esses projetos entrem nos trabalhos." A grande dúvida é: quando? E, aí, ninguém ousa dar respostas assertivas.

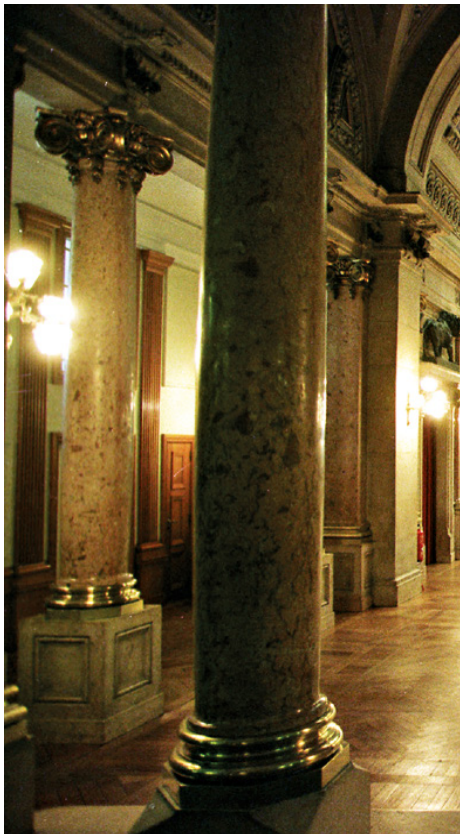
"Quem se arriscar a fazer previsões neste momento não está a falar verdade", garante Ana Catarina Mendes. A líder da bancada socialista prefere a "prudência" a saltos opinativos no escuro. O espírito é generalizado. "Sinceramente, não sou capaz de dar uma resposta" sobre quando será possível um regresso à normalidade, assume João Oliveira. "Muito previsível" só a garantia de que os efeitos da pandemia vão "perdurar no tempo". O País pode ir dando passos, mas o regresso à realidade de há dois meses "não é para amanhã", avisa o deputado comunista. Pedro Filipe Soares prefere falar numa "nova normalidade", dentro e fora do hemiciclo.

**PAN APERTA "TRANSFERÊNCIA" DE CENTENO**

Em nome do PAN, Inês Sousa Real destaca as "várias iniciativas que já estavam agendadas e que ficaram para trás". Como exemplos, a líder parlamentar aponta o pacote de reforço da transparência no exercício de cargos políticos, que incluía "a declaração dos deputados de filiação ou pertença a organizações secretas como a maçonaria ou a Opus Dei". A par disso, o partido pretendia apertar a malha ao *lobbying* e à pegada legislativa, "à semelhança do que acontece no Parlamento Europeu".

A deputada revela que o PAN tinha a "intenção" de propor mudanças nas regras de nomeação do governador do Banco de Portugal, para evitar transições controversas como a que tem sido apontada a Mário Centeno. "À mulher de César não basta ser séria...", vinca Inês Sousa Real, que refere ainda outros projetos, como um que visa pôr fim ao financiamento da tauromaquia com dinheiro público (estes já agendados). Nas comissões, estavam diplomas para reforço das molduras penais dos crimes cometidos contra animais de companhia – "É com preocupação que vemos que o processo [em torno dos cães de João Moura] ficou parado", ilustra – e para as alargar a crimes contra outros animais (como no abate clandestino de gado).

De momento, salienta a líder da bancada do PAN, as audições relacionadas com a Covid-19 sobrepõem-se a tudo. Por isso, pede a António Costa "que responda na mesma moeda" e "não avance com matérias que não sejam consensuais", como o aeroporto do Montijo ou a linha circular do Metro de Lisboa.



**25 de Abril** A conferência de líderes decidiu esta semana que as comemorações da Revolução serão minimalistas

"TODOS OS PARTIDOS VÃO TER DE FAZER RESET. NÃO VAMOS EXIGIR MUNDOS E FUNDOS, QUE SABEMOS SEREM IMPOSSÍVEIS"
TELMO CORREIA, CDS

**JUSTIÇA, POLÍCIAS E SNS: AS CAUSAS DA DIREITA**

À direita, Telmo Correia sintetiza o estado da arte. "Todos os partidos vão ter de fazer *reset*. Não vamos exigir mundos e fundos, que sabemos serem impossíveis neste momento", afirma o líder da bancada do CDS, partido apanhado em processo de reorganização interno quando o País ficou imerso na crise sanitária. "Muitas matérias apresentadas ou por apresentar ficaram condicionadas", assume. O partido, adianta, tinha em carteira propostas em diferentes áreas: da agricultura (sobre a situação de seca) ao combate à corrupção, passando pela fiscalidade ou pela Saúde (um pacote para valorização e melhoria dos cuidados paliativos, que "cruzava" com o tema da eutanásia e do

CISION
ID: 86002219
VISÃO
16-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral
Pág: 79
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 4 de 4

JOSÉ OLIVEIRA

EDUARDO GAGEIRO

testamento vital). Mais: estavam preparados diplomas destinados às forças de segurança – "o aumento significativo dos salários, se calhar, não vai ser possível", lamenta – e uma proposta de revisão do estatuto do combatente.

Além disso, indica Telmo Correia, o CDS estava "a ponderar um projeto de revisão constitucional". "A parte de leão seria centrada nas questões das incompatibilidades de juízes, na alteração dos conselhos superiores, com maior responsabilização do Presidente da República, dentro do respeito pelo princípio da separação de poderes", clarifica. E os centristas pretendiam ainda apresentar uma proposta para a criação de um documento na Justiça semelhante ao Relatório Anual de Segurança Interna.

Já o presidente e deputado único do Chega conforma-se com a interrupção do processo de revisão da Lei Fundamental. "Não fazia sentido discutir isto com o País em estado de emergência", justifica André Ventura, notando que ficam em *standby* as ideias de prisão perpétua, de castração química dos pedófilos e de redução para 100 do número de deputados.

Para depois da pandemia, antecipa o também candidatado a Presidente da República, "um dos trunfos" do Chega é uma iniciativa que, sendo aprovada, fundiria a PSP, a PJ, a GNR e, "eventualmente", ainda o SEF e a ASAE. A terminar, Ventura dá uma alfinetada ao PSD a propósito da comissão de inquérito às fraudes na reconstrução de Pedrógão Grande (também pendente): "Foi mais um daqueles casos em que quando são outros a propor o Parlamento já acha que se deve fazer..."

Por sua vez, João Cotrim de Figueiredo conta que a Iniciativa Liberal (IL) se preparava para avançar com uma proposta "muito completa" para reformar o Serviço Nacional de Saúde. "Ia ser uma coisa em grande, acompanhada de uma série de sessões públicas", adianta. De que magnitude? "Tinha de envolver uma nova lei de bases. Sei que a atual tem pouco tempo, mas teria de ser...", responde. A proposta pressuporia "maior envolvimento dos prestadores de cuidados de saúde privados" e "maior liberdade de escolha para os utentes". Haveria, indica o presidente da IL, "um novo modelo com vários subsistemas autónomos, não só a ADSE, que concorreriam entre si".

Estava ainda a ser afinado o pacote Descomplicar Portugal, orientado para pequenas e médias empresas, empresários individuais e profissionais liberais. E, outra novidade, a IL iria bater-se pela constituição de uma comissão eventual sobre a corrupção. Os liberais pretendiam que se "passasse em revista o que foi feito e falado nas últimas décadas". A tese é simples: "Andamos há 30 anos a falar de corrupção e pouco ou nada mudou, sobretudo por ação de forças ocultas ou dos interesses de alguém..."

Quando a Covid-19 der descanso aos portugueses, a atividade parlamentar promete recuperar intensidade. Resta saber se será antes do verão ou se todos estes dossiers serão guardados para animar a *rentrée*. Talvez até apareçam em força mais para a frente e condicionem a campanha presidencial do próximo ano... visao@visao.pt

"O PARLAMENTO ESTÁ A FUNCIONAR NOS MÍNIMOS E CONCENTRADO NO COMBATE À PANDEMIA. (...) QUEM ARRISCAR FAZER PREVISÕES NÃO ESTÁ A FALAR VERDADE"

**ANA CATARINA MENDES, PS**

CISION

ID: 86001586

CORREIO da manhã

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 15,65 x 15,96 cm²
Corte: 1 de 2

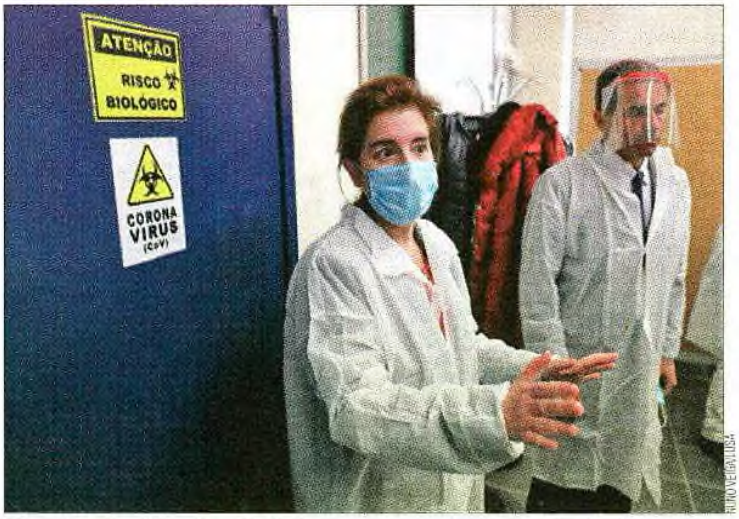
# Dois mil desempregados por dia desde 1 de abril

**APOIO** Segurança Social atende 24 mil chamadas de contribuintes para esclarecer dúvidas

O desemprego está a crescer ao ritmo de dois mil novos inscritos por dia. Os números foram revelados ontem pela ministra do Trabalho na comissão parlamentar. Ana Mendes Godinho revelou que, no final de março, existiam 321 mil desempregados e, até ao dia 14 de abril, o número tinha aumentado para os 353 mil. A governante defendeu que "layoff simplificado está a servir para defender os postos de trabalho".

Para além daquele indicador, a ministra adiantou ainda que 171 mil pais que foram obrigados a ficar em casa a cuidar dos filhos estão a receber apoio, bem como 145 mil trabalhadores independentes. O Governo estuda a simplificação da renovação do Rendimento Social de Inserção (RSI) e, segundo a ministra, até ontem cinco mil beneficiários viram aquela prestação ser renovada automaticamente.

Ana Mendes Godinho revelou ainda aos deputados que a linha telefónica da Segurança Social dedicada ao esclarecimento de dúvidas recebe, diariamente, 24 mil chamadas. Na questão dos lares, anunciou a contratação de mais 1420 funcionários e revelou que, no universo de 2520 lares, já foram evacuados 17 estabelecimentos. ● M.A.G.




**Ministra Ana Mendes Godinho** tem acompanhado situação dos lares

## 1420 FUNCIONÁRIOS RECRUTADOS PARA TRABALHAR EM LARES

CISION

ID: 86001586

CORREIO da manhã

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 25,70 x 21,24 cm²
Corte: 2 de 2

SÁBADO NÃO PERCA
Máscara grátis com o seu CM
PARCERIA CM E FUNDAÇÃO EDP
P.11

QUINTA-FEIRA 16/04/2020 | DIÁRIO | € 1,20 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DIR.-GERAIS EDIT. ADJS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DIR.-ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

SEIXAL P.34
MATA COM GARRAFA PARA ROUBAR A PENSÃO

ESPECIAL DE 28 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA P.4 A 31 E 38

# PREÇO DAS MÁSCARAS E DO ÁLCOOL DISPARA ATÉ 1500 %

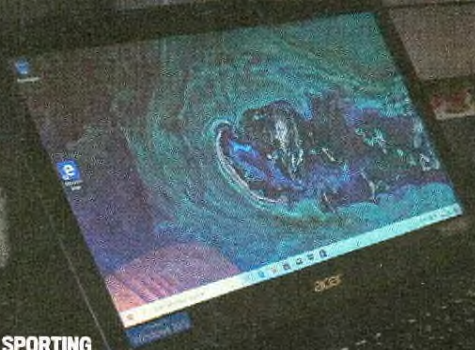
INFLAÇÃO BRUTAL EM BENS DE PROTEÇÃO CONTRA O VÍRUS

**5,5** MILHÕES DE PORTUGUESES DEPENDEM DO ESTADO

599 MORTOS
18 091 INFETADOS
383 CURADOS

SPORTING FALHA PAGAMENTO DE RÚBEN AMORIM AO SP. BRAGA

MARCELO CONFIRMA 13 DE MAIO EM FÁTIMA SEM PEREGRINOS



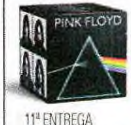
DIAMANTINO GANHA COMPUTADOR

BENEMÉRITO OFERECE EQUIPAMENTO APÓS VER REPORTAGEM DO CM/CMTV

PAULO NUNES DOS SANTOS

PUB

PINK FLOYD



11ª ENTREGA
HOJE NAS BANCAS
THE PIPER AT THE GATES OF DAWN
POR APENAS 9,99€

VIDAS P.44 E 45
Cristina ACUSADA DE COPIAR SAPATOS

Apresentadora responde com ameaça de processo por difamação

ALJEZUR P.36
Apanha 16 anos por homicídio em praia

LOURES P.37
Penas pesadas para agressores de agentes da PSP

ÍLHAVO P.48
Reformada ateia fogo a carro de ex

FUTEBOL P.41
DRAGÃO EVITA CORTES COM FOCO NO TÍTULO

FC PORTO QUER JOGADORES MOTIVADOS

PUB

TERMÓMETRO DA CRISE
Hotelaria

## MEDIDAS INSUFICIENTES

A Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA) considera que as medidas do Governo para apoiar as empresas "são insuficientes e ficam muito aquém" das necessidades turísticas e empresariais.

## "FUNDO PERDIDO"

"Governo não pode descartar a hipótese de conceder financiamentos a fundo perdido para o setor do turismo, sem o que este não poderá ser competitivo aquando do reinício de uma recuperação que se prevê lenta, progressiva e muito prolongada", sustenta a AHETA.

## SALÁRIOS EM ATRASO

A associação diz que "já existem empresas com salários em atraso, porque não podem aceder ao layoff nem às linhas de crédito, por não terem a situação fiscal regularizada com o Fisco e Segurança Social, sendo forçadas a despedimentos coletivos e à extinção de postos de trabalho".

## DINHEIRO PARA 2 MESES

Para a AHETA, é necessário que os pagamentos do Estado cheguem na data prometida, ou seja em 28 de abril, recordando que as empresas do setor hoteleiro "só poderão suportar os 30% dos 66% dos vencimentos dos trabalhadores durante cerca de dois meses".

## MAIS&MENOS

PORTUGAL FINANCIA-SE

### JUROS MAIS ALTOS

Portugal colocou ontem 1250 milhões de euros, montante abaixo do máximo anunciado, em Bilhetes do Tesouro a três e a 11 meses, a taxas de juros superiores, tendo no prazo mais longo passado para terreno positivo, foi ontem anunciado pelo IGCP, que gere a dívida pública do País.

MINAS DA PANASQUEIRA

### DEVOLVER CORTES

A Autoridade para as Condições do Trabalho notificou as Minas da Panasqueira, na Covilhã, a devolver o valor descontado nos salários dos mineiros que participaram num plenário a 17 de março, anunciou o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira. Os trabalhadores que viram o vencimento diminuído "serão reembolsados", diz o sindicato.

CISION

ID: 86001663

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 6
Cores: Cor
Área: 18,81 x 29,00 cm²
Corte: 1 de 1

Ana Mendes Godinho revelou que ACT fez mais de 900 ações inspetivas em março

MIGUEL SILVA

# Layoff. Mais de 930 mil trabalhadores estão abrangidos

Ministra do Trabalho disse também que cerca de 145 mil trabalhadores independentes já acederam ao apoio extraordinário.

SÓNIA PERES PINTO
*sonia.pinto@ionline.pt*

Já há mais de 930 mil trabalhadores abrangidos pelo regime de *layoff* simplificado. O número foi avançado pela ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, que esteve a ser ouvida ontem, no Parlamento, na sequência de um requerimento apresentado pelo grupo parlamentar do PSD sobre as respostas sociais do Governo no âmbito da pandemia da doença covid-19.

"Neste momento, o *layoff* simplificado já atingiu os 931 mil trabalhadores, que viram os seus postos de trabalho mantidos. É conseguido, de alguma forma, que o *layoff* simplificado esteja a servir como almofada para manter os postos de trabalho durante esta fase que atravessamos", disse a governante.

Ana Mendes Godinho disse também que cerca de 145 mil trabalhadores independentes já acederam ao apoio extraordinário criado também no âmbito das medidas de resposta à crise provocada pelo novo coronavírus.

A ministra do Trabalho revelou igualmente que cerca de 171 mil pais já tiveram acesso ao apoio criado para os trabalhadores que tiveram de faltar ao trabalho, no final de março, para cuidar dos filhos (até aos 12 anos), cujas escolas foram encerradas, no final do segundo período escolar.

Em relação ao desemprego, Ana Mendes Godinho adiantou que, em termos acumulados, Portugal tem atualmente 353 mil pessoas nessa situação quando, em março, o número atingia as 321 mil – um número que, de acordo com a mesma, mostra que "o mecanismo de *layoff* está a conseguir absorver uma grande parte da manutenção dos postos de trabalho". Este aumento é o maior desde pelo menos 2003, último ano para o qual o IEFP disponibiliza dados.

**ACT REFORÇA** A governante disse também que, em março, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) realizou mais de 900 ações inspetivas relacionadas com a crise provocada pela pandemia de covid-19.

De acordo com o deputado José Soeiro, o Bloco de Esquerda recebeu mais de mil denúncias, desde despedimentos de trabalhadores precários, imposição unilateral de gozo de férias e recusas de teletrabalho ou desrespeito pelas normas de proteção. "É fundamental o reforço da ACT", disse o deputado, referindo que no campo laboral é esta autoridade que tem de responder, pelo que "estar no terreno é uma prioridade".

Do total de 939 ações inspetivas, segundo Ana Mendes Godinho, 26% estavam relacionadas com fiscalização de férias ou faltas, 20% com cessação de contratos de trabalho e 20% com processos de *layoff*.

O Governo anunciou recentemente que a ACT vai ficar com meios reforçados para identificar despedimentos coletivos ilegais, uma vez que a DGERT – Direção-Geral do Emprego e Relações do Trabalho lhe vai enviar informação sobre despedimentos coletivos que lhe são comunicados.

Segundo o ministério, este é um "mecanismo de reforço dos poderes" da ACT, uma vez que "poderá identificar rapidamente todos os despedimentos coletivos com indícios de não estarem de acordo com a lei e que sejam sinalizados por denúncia de trabalhadores, sindicatos ou outros meios".

No início de abril foi revelado que os inspetores da ACT terão poderes para suspender despedimentos quando haja indícios de ilegalidades, evitando abusos cometidos por entidades patronais na vigência do estado de emergência para combater a covid-19.

*Portugal*

# Dependência do turismo dificulta retoma

**ALERTA**
O diretor do Departamento Europeu do Fundo Monetário Internacional (FMI), Poul Thomsen, disse que a dependência do turismo e dos serviços e as baixas poupanças das pequenas e médias empresas podem ser um problema para Portugal no contexto da pandemia de covid-19.

**FATORES**
"A dependência do turismo, a dependência do setor dos serviços, e pequenas e médias empresas que têm 'almofadas' financeiras limitadas e, por isso, podem ser mais fortemente afetadas no curto prazo" foram os principais fatores elencados por Thomsen.

**RECESSÃO**
O FMI prevê uma recessão de 8,0% da economia portuguesa e uma taxa de desemprego de 13,9% em 2020, segundo as Perspetivas Económicas Mundiais. Após o primeiro excedente orçamental da democracia, as contas públicas vão voltar ao "vermelho": défice de 7,1% e dívida pública a atingir 135%.

**CONFINAMENTO**
A economia da zona euro deverá ter uma recessão de 7,5% e a taxa de desemprego deverá subir para os 10,4%. O FMI estima que a economia mundial sofra uma recessão de 3% em 2020.

CISION

Jornal de Notícias

ID: 86001538

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 6
Cores: Cor
Área: 25,50 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 3

# Mais de 32 mil pessoas perderam o emprego em apenas 15 dias

**Lay-off abrange mais de 900 mil trabalhadores de um total de 66 mil empresas que pediram esse recurso**

## Já 145 mil independentes solicitaram ajuda por redução da atividade

*Maria Caetano*
maria.s.caetano@dinheirovivo.pt

**TRABALHO** Só nas duas primeiras semanas de abril contaram-se mais 32 mil desempregados face ao final de março, de acordo com dados apresentados ontem no Parlamento pela ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho. O número de inscritos nos centros de emprego estava, até anteontem, em 353 mil indivíduos sem trabalho.

Na passada semana, o Governo tinha dado conta juntos dos parceiros sociais de um aumento diário de desempregados inscritos na ordem dos quatro mil, tendência que, a manter-se, deverá resultar num crescimento em abril do número de pessoas sem trabalho para mais do dobro dos novos registados em março.

Ouvida na Comissão Parlamentar do Trabalho e da Segurança Social, a ministra deu também conta do número de trabalhadores abrangidos até aqui pelos pedidos de acesso a lay-off simplificado por parte de empresas. Até anteontem, seriam 66 mil empresas, tinha adiantado já o Governo. Ana Mendes Godinho detalhou ontem que o universo abrangido é de 938 mil trabalhadores, sem esclarecer, contudo, qual é o número de funcionários efetivamente colocados em lay-off no âmbito desses pedidos.

### HOTELARIA LIDERA

Em anterior ocasião, a ministra tinha dado conta de que o número de trabalhadores abrangidos que vem sendo divulgado diz respeito ao número total de trabalhadores nas empresas que fizeram os pedidos, e não àqueles que efetivamente ficam com contrato suspenso ou redução de horário.

De entre os pedidos feitos pelas empresas até aqui, 96% foram apresentados por empresas com até 50 trabalhadores. A percentagem de pedidos por empresas com até dez trabalhadores atinge os 79%, avançou também a ministra, a dar conta de que alojamento e restauração lideram pedidos para suspensão ou redução da prestação do trabalho, seguida do comércio. Os números do Ministério do Trabalho incluem ainda 1300 pedidos de lay-off apresentados por instituições particulares de solidariedade social.

### RECIBOS VERDES TAMBÉM

Por parte dos trabalhadores independentes, o número de pedidos de apoio por redução da atividade atinge já os 145 mil. Os deputados quiseram saber valores médios de apoio e números de pedidos indeferidos, numa altura em que permanece por explicitar por via legal a base de incidência para cálculo. A ministra do Trabalho avançou não ter conhecimento de pedidos indeferidos, sem dar conta de valores. Defendeu também que a portaria esperada "não constitui qualquer condição de eficácia para que a medida seja implementada".

Os esclarecimentos, indicou, estão a ser dados aos beneficiário, preferencialmente através das perguntas e respostas publicadas no site da Segurança Social e através de uma linha de apoio que estará a receber 24 mil chamadas diárias.

### ACT À ESPERA DE REFORÇO

Outro dos dados atualizados foi o do número de ações realizadas pelos inspetores da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) durante a pandemia, num dia em que esteve em curso uma ação nacional inspetiva junto das empresas. De acordo com Ana Mendes Godinho, a ACT realizou em março 939 ações inspetivas.

Mas o reforço do organismo ainda não ocorreu. A ministra do Trabalho deu conta de que o despacho de requisição está a ser ultimado e indicou que vai permitir não apenas chamar inspetores à ACT, mas também técnicos superiores para apoiar a instrução de processos contraordenacionais na área laboral.

**CASOS**

**IKEA**
**Remuneração-base paga na totalidade**
A IKEA Portugal anunciou ter aderido ao lay-off simplificado desde 13 de abril, mas com pagamento da totalidade das remunerações-base.

**Arriva**
**Transportadora aplica a 68%**
O grupo de transportes de passageiros Arriva colocou em lay-off 68% dos 1500 colaboradores

**Estoril Sol**
**Casinos fechados a quanto obrigadas**
Os três casinos do grupo Estoril Sol encerraram e entraram em lay-off.

**Autoeuropa**
**Salários garantidos no seu todo**
A Volkswagen suspendeu a produção na fábrica da Autoeuropa devido à pandemia no dia 17 de março. Tenciona reabrir de forma gradual a partir de 20 de abril e recorrer ao lay-off para os trabalhadores que não regressem ao trabalho nessa data, mas garante a totalidade das remunerações.

**Sporting**
**Abrangidos 86% dos funcionários**
O Sporting recorreu ao lay-off para 86% dos funcionários do clube, durante um mês.

CISION

Jornal de Notícias

ID: 86001538

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 7
Cores: Cor
Área: 8,62 x 30,00 cm²
Corte: 2 de 3

ARQUIVO

A TAP avançou com um processo de lay-off para 90% dos seus trabalhadores e com a redução do período normal de trabalho em 20% para os restantes

## Exemplos de apoios na Europa

**França**

**Horário reduzido incentivado**

Em França, são altamente incentivados os horários reduzidos no contexto de fechos parciais de empresas. Os empregados recebem um subsídio equivalente a 70% do salário bruto (84% do líquido) ou a 100% no caso de quem aufere salário mínimo. É um lay-off que abrange cerca de 800 mil trabalhadores neste momento.

**Espanha**

**Horas perdidas terão de ser repostas**

Os trabalhadores espanhóis afetados pelo encerramento de atividades não essenciais recebem o salário completo pago pela empresa durante este período de suspensão e terão de compensar, até ao final do ano, as horas de trabalho perdidas. Existe um vasto programa de incentivo à digitalização das empresas para facilitar o teletrabalho.

**Alemanha**

**Apoio direto e comparticipação no lay-off**

O Governo alemão criou um apoio direto, até 15 mil euros, aos trabalhadores independentes e a pequenas empresas (até dez funcionários). Há fortes incentivos ao lay-off, regime no qual a Segurança Social cobre 100% das contribuições relativas a horas perdidas e paga 60% da perda no salário bruto resultante da redução de horário.

CISION

ID: 86001538

Jornal de Notícias

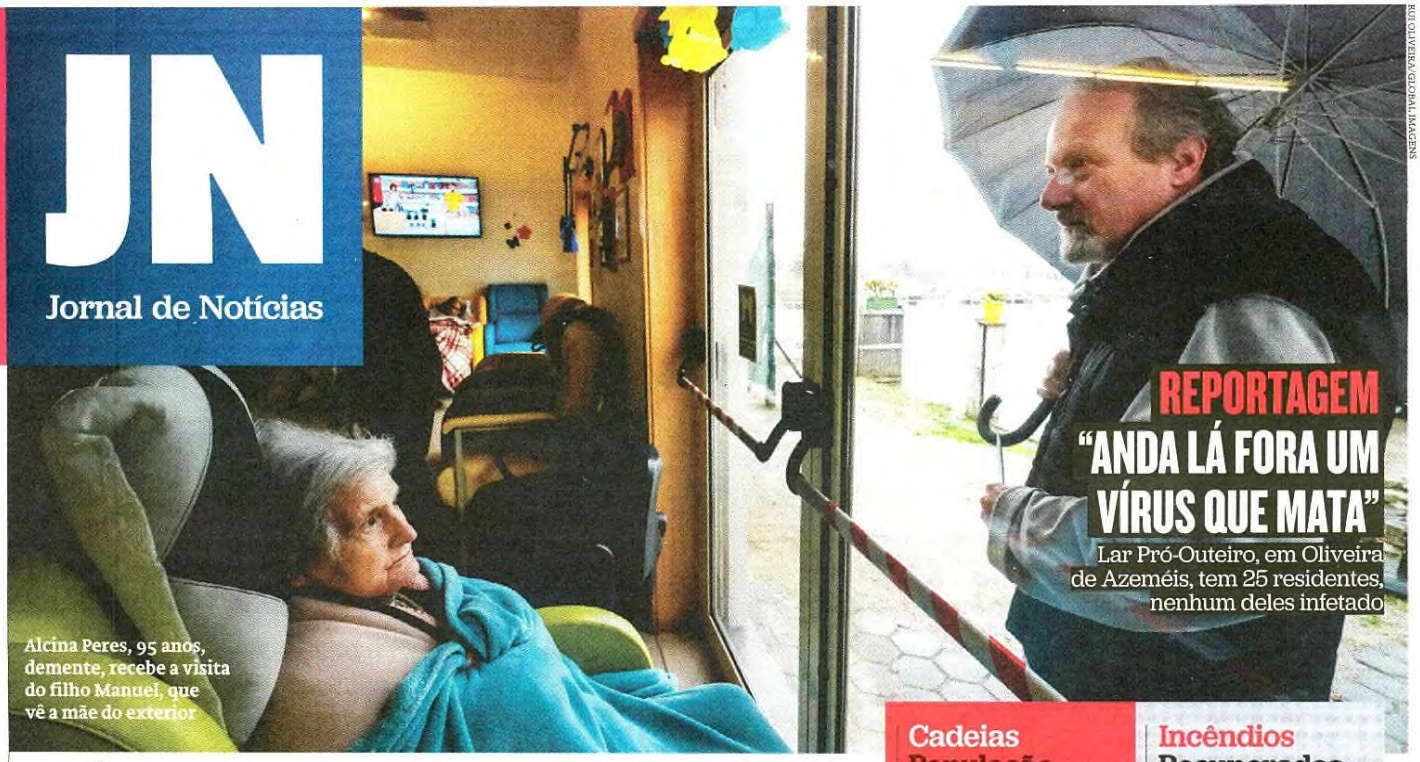
16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 15,58 x 1,33 cm²
Corte: 3 de 3

jn.pt Diário. Ano 132. N.º 320. Preço: 1,20€ Quinta-feira 16 de abril de 2020 Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimentel

JN
Jornal de Notícias



RUI OLIVEIRA/GLOBAL IMAGENS

Alcina Peres, 95 anos, demente, recebe a visita do filho Manuel, que vê a mãe do exterior

REPORTAGEM

## "ANDA LÁ FORA UM VÍRUS QUE MATA"

Lar Pró-Outeiro, em Oliveira de Azeméis, tem 25 residentes, nenhum deles infetado

# CÂMARAS COMPRAM MILHARES DE TESTES SEM EFICÁCIA NA DETEÇÃO DE COVID

**Prevenção** Análises serológicas avaliam imunidade mas não despistam a doença **Emergência** Restrições à circulação e aos negócios até maio **Trabalho** 32 mil pessoas perderam emprego em duas semanas **Férias** Agências pedem tempo para devolver dinheiro aos clientes P. 4 a 21

**BALANÇO 599 MORTOS 18 091 INFETADOS 383 CURADOS**

**Cadeias**
População prisional é das mais velhas da Europa

Relatório destaca que há um guarda para três detidos P. 24

**Incêndios**
Recuperados rios de 57 concelhos P. 22

**Alerta**
Repressão aumenta na Europa P. 31

**Rúben Amorim**
Leões falham pagamentos ao Braga P. 41

**Porto**
Estudantes estrangeiros optaram por ficar ainda que isolados P. 29

PUBLICIDADE

QUEREMOS ABRIR
50 NOVAS AGÊNCIAS
até o final de 2020
Faça parte da nossa rede!
1º Franchising de compra de OURO EM PORTUGAL
808 256 737
INFO@VALORES.PT
WWW.VALORES.PT
GRUPO Valores

PUBLICIDADE

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA.
CONTACTOS NO INTERIOR

[revistas + suplementos] [jornal] [digital]

NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!
ASSINE O JORNAL DE NOTÍCIAS

CISION

ID: 86001773

Jornal de Notícias

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 23
Cores: Cor
Área: 4,40 x 9,51 cm²
Corte: 1 de 1

# Insolvências aumentaram 4% no primeiro trimestre

**EMPRESAS** O número de empresas insolventes em Portugal aumentou 4% no primeiro trimestre face a igual período do ano passado, totalizando 658, com potencial impacto de mais de 5100 postos de trabalho, segundo dados divulgados pela seguradora Cosec. A seguradora acrescenta que cerca de 68% do número de postos de trabalho em risco estão concentrados nas micro e nas pequenas empresas, afetando mais os serviços.

CISION

Jornal de Notícias

ID: 86001658

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 16
Cores: Cor
Área: 8,50 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

# Funcionários de escolas vão ajudar idosos

## Trabalhadores da Administração Pública reforçarão resposta onde for necessário

*Alexandra Inácio*
alexandra.inacio@jn.pt

**RESPOSTA** Com as escolas fechadas há funcionários não docentes que vão ser colocados em centros de acolhimento criados pelas autarquias para apoiar lares. A medida não se cinge aos não docentes, mas a todos os trabalhadores da administração pública central e local, confirmou ontem a ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão. O objetivo é reforçar a resposta onde há falhas.

Alexandra Leitão garantiu à RTP que não serão chamados funcionários que pertençam a grupos de risco (doentes ou com 60 ou mais anos).

**TRANSFERÊNCIA SEM AVAL**

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas, garante que já houve reuniões com trabalhadores na Amadora e Odivelas. Este último município desmente o encontro e garante que não está previsto não docentes cumprirem serviço nos três centros de acolhimento criados para eventuais evacuações de lares. No concelho foi substituída uma equipa de apoio domiciliário de uma IPSS, através da bolsa de pessoas em lay-off ou desempregadas.

Desde a semana passada que as autarquias têm de substituir falhas de funcionários em estruturas essenciais como lares. Na Amadora, as duas unidades de acolhimento foram criadas nos pavilhões das escolas Cardoso Lopes e Miguel Torga. São estruturas de retaguarda, por exemplo, para acolher idosos com ou sem Covid-19 e ajudar a conter a propagação. Também podem servir de acolhimento temporário no caso de desinfeção dos lares. Refeições, higienização e assistência médica estão asseguradas e as unidades funcionarão "se assim for necessário", apurou o JN.

A transferência de trabalhadores da administração central para a local não requer o consentimento dos trabalhadores. Esse aval só é necessário no caso de serem colocados a prestar apoio em entidades privadas, explicou Alexandra Leitão. Os salários serão assegurados pelos serviços de origem. ●

**DISCURSO DIRETO**

**Alexandra Leitão**
*Ministra Administração Pública*

**"A Administração Pública está a contribuir para o esforço coletivo neste quadro excecional em que estamos. O Estado terá de ser o motor importante de desenvolvimento"**

RUI OLIVEIRA / GLOBAL IMAGENS

Amadora e Odivelas criaram centros de acolhimento

CISION

ID: 86002215

Jornal de Notícias

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 44
Cores: Cor
Área: 3,78 x 8,38 cm²
Corte: 1 de 1

# Morre esmagado contra parede

**VILA REAL** Um homem morreu na sequência de um acidente que o deixou encarcerado entre um veículo e uma parede na aldeia de Tuisendes, concelho de Vila Real. Tratou-se de um acidente de trabalho que ocorreu quando um homem, na casa dos 40 anos, tentou parar a viatura que terá começado a andar e ficou preso entre a cabina e a parede de uma casa.

CISION

negócios

ID: 86001915

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 16
Cores: Cor
Área: 25,70 x 32,00 cm²
Corte: 1 de 2



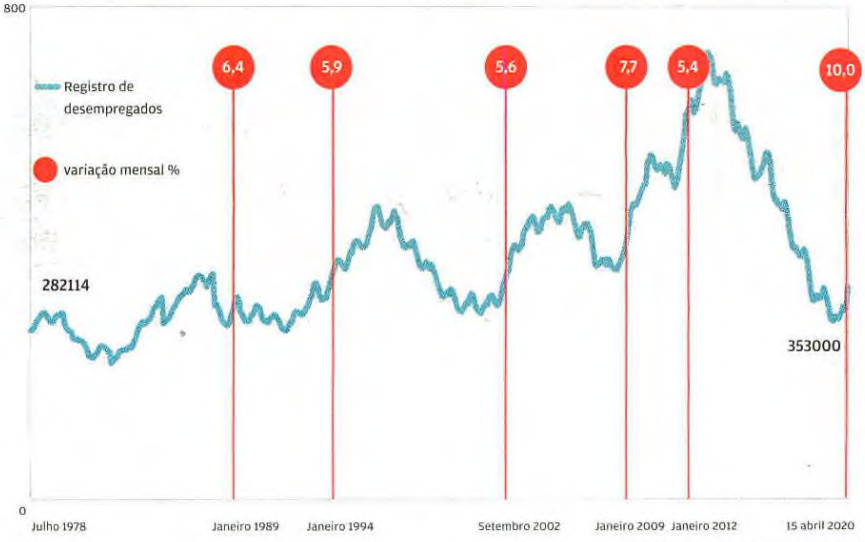
# Desemprego regista a maior subida de sempre

**O número de inscritos nos centros de emprego subiu 10% nos primeiros 15 dias de abril face ao final de março. Este aumento percentual supera qualquer outro mês inteiro desde 1978. Abril será também o pior mês de sempre em termos absolutos.**

**SUSANA PAULA**
susanapaula@negocios.pt
**CATARINA ALMEIDA PEREIRA**
catarinapereira@negocios.pt

**INSCRITOS NO CENTRO DE EMPREGO SOBEM 10% PARA 353 MIL**
Variação mensal do registo de desempregados no IEFP, em valor absoluto e em percentagem

A 15 de abril, eram 353 mil os desempregados inscritos no IEFP, mais 10% do que no final de março. Em duas semanas, o mês de abril já ultrapassou as variações mensais registadas desde o início da série. Última subida mensal mais elevada tinha sido registada em janeiro de 2009, depois da falência da Lehmon Brothers.




Fonte: Banco de Portugal com base no IEFP

O número de desempregados inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) cresceu 10% em duas semanas, para 353 mil. Embora o número de inscritos ainda esteja longe dos máximos verificados no pico da crise anterior, esta é a subida mais alta de sempre.

No final de março, eram 321 mil os desempregados inscritos no IEFP, a 15 de abril o número de inscritos subiu para 353 mil. Estes dados, divulgados ontem pela ministra do Trabalho, revelam que em duas semanas o número de desempregados subiu 10% face ao final de março. Segundo os dados do IEFP, que são publicados pelo Banco de Portugal, a subida do número de desempregados até agora já é a maior desde o início da série, em 1978.

Mesmo durante a última crise, o total de desempregados inscritos no final de cada mês não subiu de forma tão acentuada. Entre 2008 e 2013, o 'stock' de inscritos no IEFP cresceu a um ritmo mensal abaixo dos 5% e de forma gradual, o que distingue o impacto abrupto no emprego das medidas de restrição para travar o surto do novo coronavírus. Há meia dúzia de exceções, com taxas acima desse valor mas que ficam sempre abaixo do crescimento de 10% verificado agora (o recorde anterior era de 7,7% e foi registado em janeiro de 2009).

No entanto, o total de desempregados parte agora de um ponto de partida mais baixo: eram 321 mil em fevereiro deste ano; em dezembro de 2008 já estavam inscritas 416 mil pessoas nos centros de emprego. Na crise anterior, o desemprego foi aumentando gradualmente ao longo de alguns anos até atingir o máximo de 740 mil inscritos, em janeiro de 2013.

## 32 mil novos desempregados nos centros de emprego

Agora, houve mais 32 mil pessoas a inscrever-se nos centros de emprego, só na primeira metade de abril. Este aumento também está no "top 3" da série; só em janeiro de 2010 e de 2012 houve aumentos superiores no número de desempregados inscritos (de 35 mil e 32.500). Por isso, é provável que o conjunto de abril venha a apresentar o maior subida de sempre também em número de desempregados.

Além disso, desde o início do surto da covid-19 em Portugal (o primeiro caso foi detetado a 2 de março) inscreveram-se nos centros de emprego mais 37.438 pessoas (um aumento de 11,8%).

**Para a ministra do Trabalho, o lay-off está a atenuar a subida do desemprego.**

Na opinião da ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, estes números mostram que "o mecanismo de lay-off simplificado está a conseguir absorver uma grande parte da manutenção dos postos de trabalho". Segundo Ana Mendes Godinho, o lay-off simplificado já atingiu 931 mil trabalhadores. As regras impedem que haja despedimentos coletivos ou por extinção de posto de trabalho até 60 dias após o apoio.

## Países renovam recordes

Portugal parece juntar-se assim aos países que, com a economia em 'stand-by' por causa da pandemia, vêm renovados vários máximos históricos de desemprego. Espanha teve, em março, a maior subida de desempregados num só mês da sua história. O número de desempregados inscritos nos serviços públicos de emprego espanhóis aumentou em 302.265, alcançando um total de 3,54 milhões.

Nos EUA, como foi revelado no início de abril, foram mais de 6,6 milhões de americanos a preencher os pedidos de subsídio de desemprego numa semana, o valor mais alto de sempre - e por uma larga diferença.

Os dados vão no mesmo sentido em outros países, como França, Reino Unido ou Irlanda, por exemplo. A Organização Mundial de Trabalho (OIT) estima que 25 milhões de pessoas percam o seu trabalho por causa da pandemia do novo coronavírus. ■

## Funcionários públicos no privado

**Os funcionários públicos podem ser chamados para trabalhar para o setor privado, mas têm de dar acordo, enquanto podem ser trocados da Administração Central para a Local não necessitando de dar consentimento, segundo a ministra da Modernização do Estado. No âmbito da pandemia covid-19, os trabalhadores da Função Pública com menos de 60 anos e que não estejam em situação de risco podem vir a ser chamados para trabalhar na Administração Local, segundo avançou à Lusa a ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública. Segundo a ministra, o despacho publicado na segunda-feira "permite que existam vasos comunicantes entre a Administração Central e Local" de forma a "maximizar o aproveitamento dos recursos humanos da Administração Pública no seu todo, seja central ou local".**

CISION

negocios

ID: 86001915

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Economia, Negócios e.

Pág: 1
Cores: Preto e Branco
Área: 5,70 x 4,46 cm²
Corte: 2 de 2

negocios

negocios.pt

Quinta-feira, 16 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4224 | € 2.50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

# Banca tem "folga" de 8 mil milhões para atacar a crise

**Especialistas** não sabem se esta margem será suficiente | **Novo protocolo** obriga bancos a promover ativamente as linhas de crédito junto das empresas | **Crise** vai provocar uma descida dos "ratings"

**PEDRO SIZA VIEIRA** MINISTRO DA ECONOMIA

## "Portugal pode beneficiar com a relocalização das indústrias"

PRIMEIRA LINHA 4 a 18

Publicidade

BASF
We create chemistry

## Desemprego regista maior subida de sempre

PRIMEIRA LINHA 16

## Covid-19 vai tirar 14 mil milhões aos cofres públicos

PRIMEIRA LINHA 14

**Na biblioteca dos CEO**

## A melhor forma de atravessar as sombras

Pedro Norton, CEO da Finerge, sugere o último livro escrito por Stefan Zweig.

ÚLTIMA 32

**PEDRO CASTRO E ALMEIDA**

## Bancos chegam a acordo para estender moratória ao crédito ao consumo

**ANTÓNIO MEXIA**

## "EDP tem garantido o financiamento para este ano e 60% para 2021"

**RICARDO REIS**

## "Não vai ser possível descartar austeridade em absoluto"

**Desemprego atinge 353 mil pessoas em Portugal**

O travão na economia já se faz sentir no mercado laboral, com o total do desemprego registado nos centros de emprego a subir para 353 mil, segundo dados à data de terça-feira. Havia 315 mil desempregados no final de Fevereiro e 321 mil em Março.

CISION

ID: 86002619

Público

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 23
Cores: Cor
Área: 5,48 x 29,60 cm²
Corte: 1 de 1

# Funcionários não serão despedidos, diz ministério

## Educação

O Ministério da Educação garantiu ontem que "não tem previsto dispensar qualquer trabalhador não-docente no final do actual ano lectivo", reagindo deste modo a uma denúncia da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais de que está a preparar uma vaga de "despedimentos de larga escala em escolas da rede pública".

Nesta denúncia, que foi noticiada terça-feira pelo PÚBLICO, a federação avançava que estava em causa o "despedimento de 2500 trabalhadores não-docentes das escolas da rede pública, cujos contratos a termo deveriam terminar a 31 de Agosto". E que seriam agora prorrogados no âmbito das medidas de excepção adoptadas para combater a pandemia, quando "estes trabalhadores já deveriam ter celebrado os seus contratos sem termo", especificava a federação.

Na sua nota, o ministério frisa que "a prorrogação de contratos a termo resolutivo, prevista no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 14-G/2020, visa apenas ajustar o *terminus* do actual calendário escolar aprovado por este diploma legal", que estabelece quais as "medidas excepcionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da covid-19".

A denúncia tinha partido da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

O ministério lembra que desde 2016 tem prorrogado "sucessivamente todos os contratos a termo de pessoal não-docente, enquanto decorriam os procedimentos PREVPAP [Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública], que tinham como objectivo a vinculação permanente na Administração Pública de mais de 4000 trabalhadores não-docentes".

E adianta também que o Orçamento do Estado para 2020 "determina uma nova revisão da 'portaria dos rácios' [que estabelece o número de funcionários por escola], o que implicará um aumento significativo do número de trabalhadores não-docentes ao serviço nas escolas públicas portuguesas". **PÚBLICO**

CISION

SÁBADO

ID: 86001776

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 34
Cores: Cor
Área: 18,00 x 25,30 cm²
Corte: 1 de 16

**COVID-19.** OS DRAMAS QUE ESTÃO A ACONTECER NO MUNDO DO TRABALHO

# GUIA PARA PROTEGER O SEU EMPREGO

CISION

SÁBADO

ID: 86001776

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 35
Cores: Cor
Área: 18,00 x 25,30 cm²
Corte: 2 de 16

Sabe o que fazer se o seu contrato de trabalho estiver em perigo? E como deve resistir à pressão ou conseguir o melhor acordo? Se é um falso recibo verde ou contratado a prazo, também tem armas nesta crise. Saiba como. Por **Bruno Faria Lopes**

**Atenção**
Portugal pode estar a entrar numa crise sem precedentes no mercado de trabalho. Mas não se esqueça que também pode estar nas suas mãos a proteção do emprego

CISION

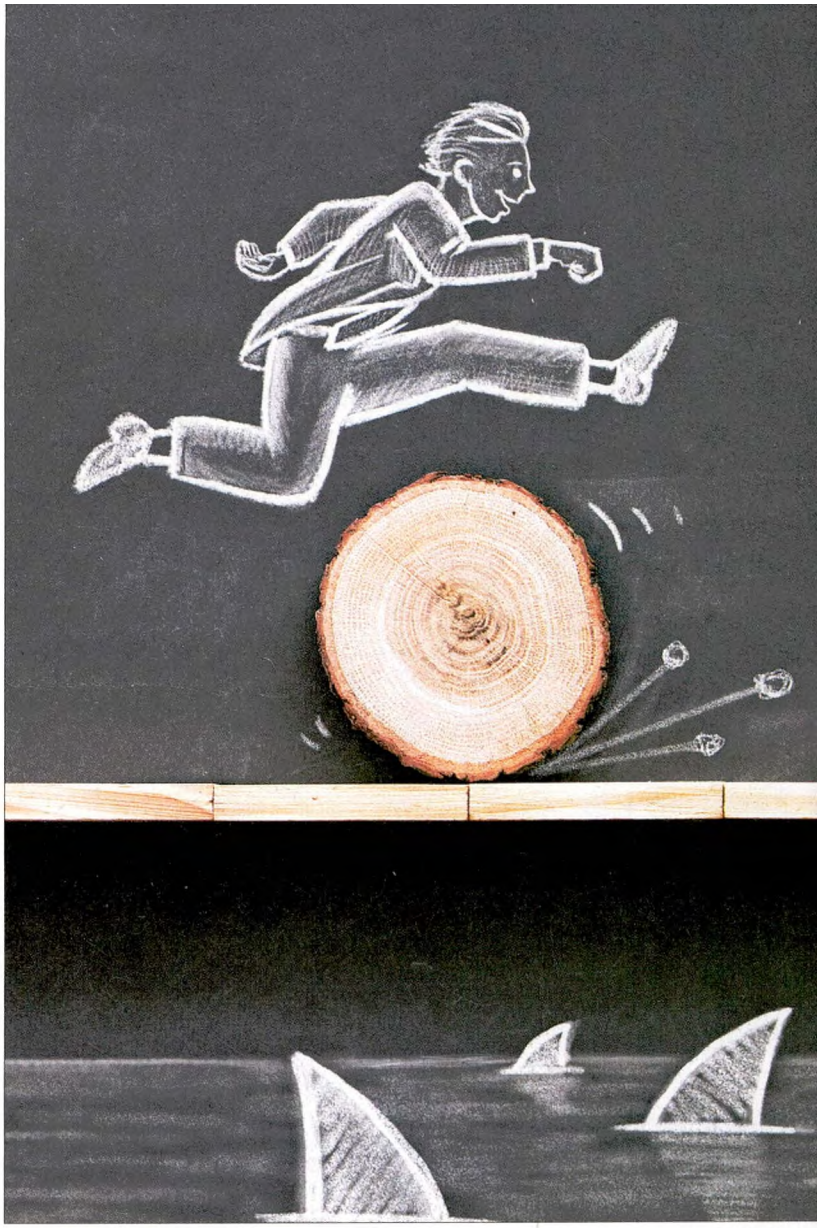
SÁBADO

ID: 86001776 16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 36
Cores: Cor
Área: 18,00 x 25,30 cm²
Corte: 3 de 16





Prepare-se para a crise do emprego que vai suceder à crise da saúde provocada pela Covid-19

Estas são águas não navegadas: um choque brutal e repentino na economia, uma crise de saúde pública que traz incerteza sobre o futuro a seguir ao confinamento, leis de exceção ainda por testar no terreno, empregadores sob forte pressão financeira, tribunais sem funcionar e instituições como a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) sem atendimento presencial. "Os trabalhadores estão altamente desprotegidos", afirma à **SÁBADO** Miguel Correia da Silva, advogado com 20 anos de prática no ramo laboral. A incerteza legal existe também para muitas empresas, lembra.

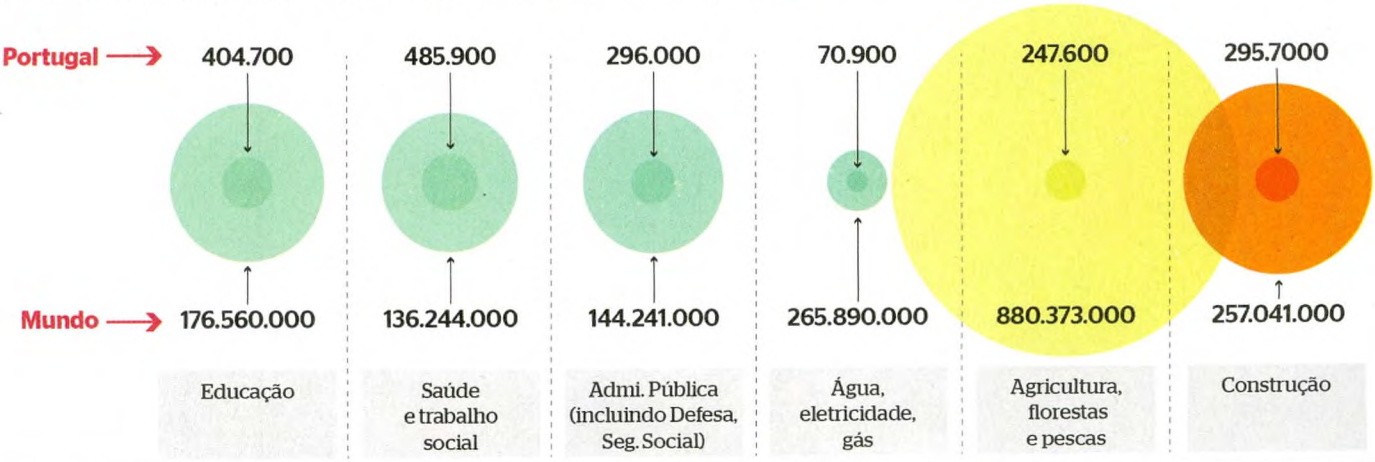
Neste contexto, a letra da lei colide com a pressão para manter o emprego num mercado de trabalho que não se adivinha fácil. Em quase todas as vertentes abaixo analisadas há o que a lei diz e o que os empregadores tentam impor – a estratégia a seguir nem sempre é a mesma. Em algumas frentes, como na pressão para rescindir por mútuo acordo, é preciso bater o pé de forma clara; noutras, como as férias ou o teletrabalho,

NA PRESSÃO PARA RESCINDIR POR MÚTUO ACORDO É PRECISO BATER O PÉ DE FORMA CLARA

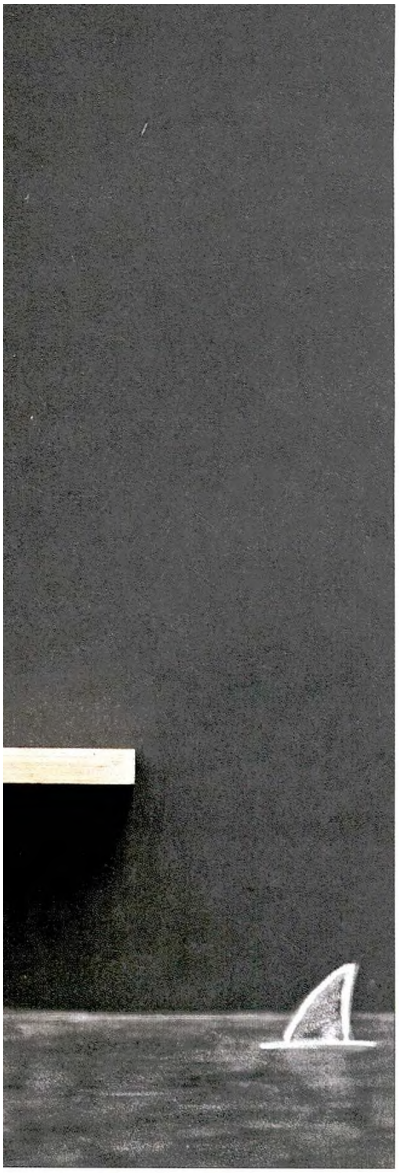
## Mais de dois milhões em setores com risco alto

Cruzando o impacto global estimado pela Organização Mundial do Trabalho e os dados do INE para Portugal tem-se uma ideia do dano potencial no emprego

**Valores correspondem ao número de empregos em Portugal (4.º trim. 2019) e no mundo**




**Fonte** Organização Mundial do Trabalho, INE, US Department of Labour, Segurança Social, *Jornal de Negócios*



pode ser mais recomendável saber como comprar tempo.

Para os falsos contratados a prazo e os falsos recibos verdes – cujo empregador não tem justificação cabal para recorrer a tal flexibilidade –, este é o tempo para contestar a cessação do vínculo de forma clara: a lei permite-o e, para muitos empregadores, o risco de despedir em massa estas pessoas tornou-se mais elevado. A **SÁBADO** isolou alguns dos pontos principais nas relações de trabalho em tempo de pandemia e procurou dar algumas pistas. Consulte-os abaixo.

## LAY-OFF

### HORAS A MAIS? TEM BAZUCA NA MÃO

Quem está em *lay-off* na versão com horário reduzido recebe uma carta do empregador que define o número de horas a trabalhar e, em princípio, o horário de trabalho. Há casos em que as horas são organizadas não em torno de um horário, mas por equipas e em turnos, por exemplo. No fim do mês, as horas devem ser as que estão na carta. Os advogados ouvidos pela **SÁBADO** não têm dúvidas, contudo, de que em vários casos haverá pressão para as pessoas em horário reduzido trabalharem mais horas do que o definido no *lay-off*. Pedro da Quitéria Faria, responsável pelo departamento de direito laboral da Antas da Cunha Ecija & Associados, nota que esta pressão será mais provável nos casos de teletrabalho, onde não se "pica o ponto".

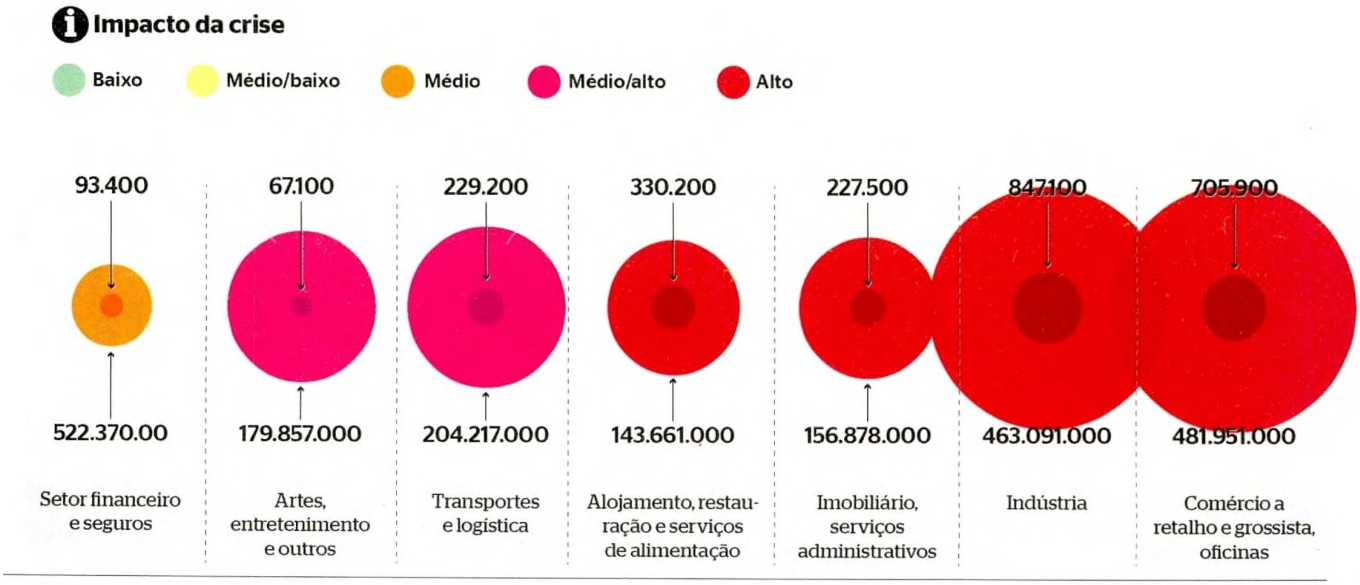
PARA OS FALSOS CONTRATADOS A PRAZO E PARA OS QUE ESTÃO A RECIBO VERDE ESTE É O TEMPO DE CONTESTAR

**Novas leis**

Nas últimas semanas, o Governo publicou legislação que nem sempre é conhecida pelos trabalhadores. Informe-se

Perante esta exigência há poder do lado do trabalhador. Uma empresa que tira mais horas do que o suposto de um trabalhador, pago na maioria pela Segurança Social, está a cometer fraude ao regime de *lay-off*, prejudicando a Segurança Social e o próprio trabalhador (que recebe menos). Como a Segurança Social está a fazer um esforço brutal de apoio financeiro, é razoável esperar que as queixas de fraude motivem inspeções que podem ditar a devolução dos apoios do Estado às empresas.

Mas qual é a melhor forma de usar este poder? A resposta não é linear. Contestar as horas pode colocá-lo em rota de colisão com o empregador – para quem já planeava sair ou tem muitos anos na empresa, a perspetiva de uma saída por mútuo acordo mais à




R.S.

CISION

SÁBADO

ID: 86001776

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 38
Cores: Cor
Área: 18,00 x 25,30 cm²
Corte: 5 de 16

frente pode não ser assustadora (é muito mais difícil hoje despedir com uma alegada justa causa frágil criada por retaliação a uma queixa na ACT ou na Segurança Social por abuso, sublinha Pedro da Quitéria Faria).

Este é um caso em que a decisão tem de ser pensada até ao fim. "O trabalhador tem uma bazuca nas mãos", diz Miguel Correia da Silva. Uma queixa à Segurança Social ou à ACT pode demorar tempo a surtir efeito, mas quando acontecer será realizada uma inspeção a todos os trabalhadores em *lay-off* – quanto maior a fraude, maior o valor que a empresa terá de devolver (por cada trabalhador em condição irregular ou mesmo na sua globalidade) e maior o rombo financeiro numa altura delicada. É um ciclo perverso, mas real. "A pessoa tem de pensar em si, nos seus colegas e na empresa", aconselha Quitéria Faria.

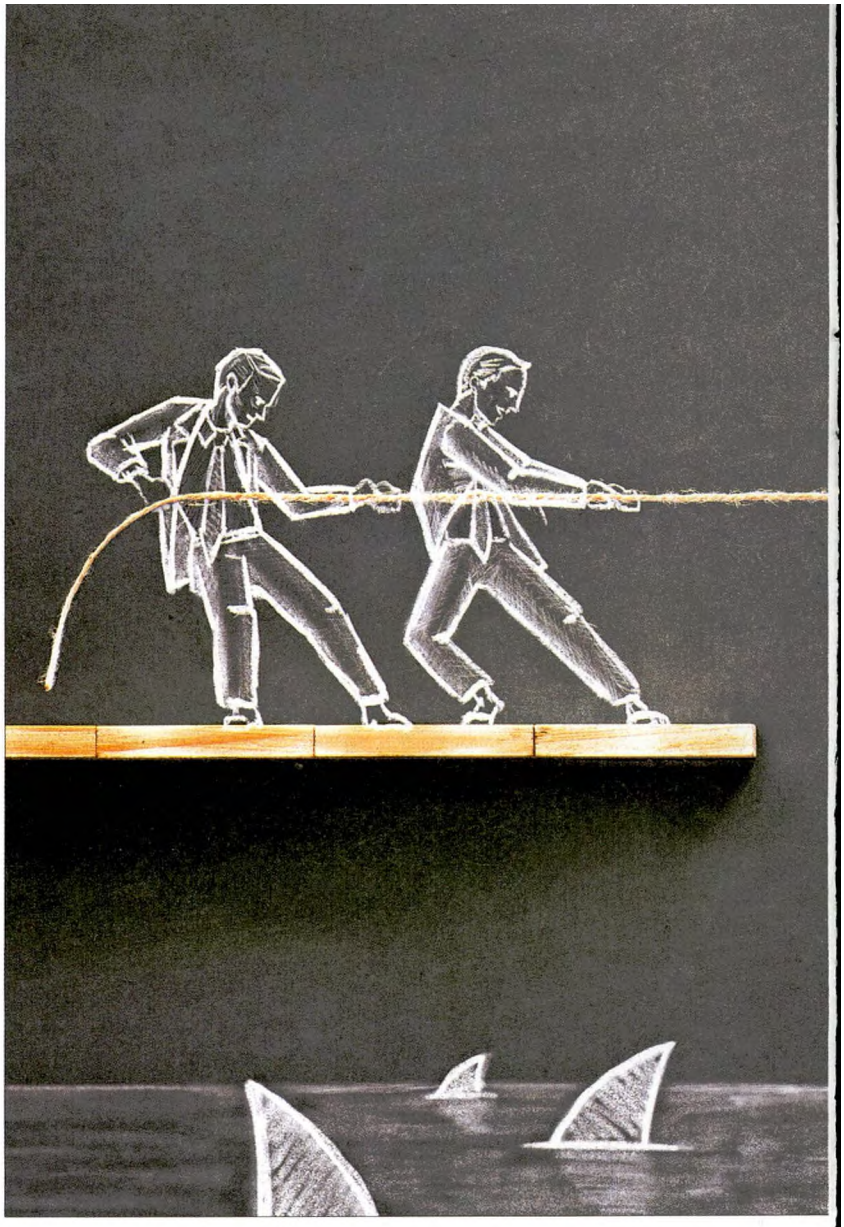
O confronto via denúncia pode fazer sentido dependendo do tipo de empresa e do incentivo do trabalhador, mas não fará sentido em todos os casos. Uma alternativa pode passar por cumprir as horas e procurar assegurar prova do número de horas trabalhadas, aponta Correia da Silva. Este registo (por exemplo, através de *emails* dirigidos à chefia direta ou à entidade empregadora) é importante para defender direitos mais à frente. Se constatar que a empresa é viável poderá negociar com o empregador e, caso seja necessário, ir pela via mais dura (ACT, etc.). Se a empresa for para insolvência, a prova dessas horas servirá para constituir um crédito a pagar pela empresa ou pelo Fundo de Garantia Salarial.

## TELETRABALHO

### NAVEGAR NA ZONA CINZENTA

A Lei 2-B/2020, que regulamenta a prorrogação do estado de emergência, define como obrigatório o regime de teletrabalho para todo o tipo de vínculo "sempre que as funções em causa o permitam". Para sua defesa, o trabalhador deve comunicar por escrito que quer trabalhar a partir de casa e o empregador tem de aceitar. Se o empregador aceita que as funções são compatíveis com o teletrabalho este poderá manter-se ao longo do horizonte da pandemia – será difícil, num regresso gradual à normalidade, mas ainda com o problema de saúde pública por resolver, inverter a posição e obrigar ao trabalho presencial.

Mas podem surgir problemas, seja quando não é claro que as funções em causa são totalmente compatíveis com o teletrabalho ou quando o empregador considera que esse direito não se coloca e pressiona para o trabalho presencial. "O trabalhador que não está de acordo tem o direito de resistência", aponta Miguel Correia da Silva. Este direito pode passar por uma resistência inicial sem partir a corda, sugere o advogado: pedir por escrito uma fundamentação da empresa sobre por que razão o trabalho não pode ser feito em casa; e perguntar, num segundo momento, qual é o plano de saúde e proteção da empresa em vigor na pandemia. A violação da obrigatoriedade pode, no fim da linha, levar a uma denúncia às autoridades de saúde caso o empregador não respeite a obrigação de teletrabalho e não haja um plano de



Um braço de ferro poderá ocorrer com o patrão: não tenha receio e aguente a pressão

### Números em Portugal

**642.000**

Trabalhadores em *layoff* até 6 de abril

**4.098**

Número de desempregados por dia nos centros de emprego

"O TRABALHADOR QUE NÃO ESTÁ DE ACORDO TEM O DIREITO DE RESISTÊNCIA", DIZ O ADVOGADO MIGUEL CORREIA

CISION

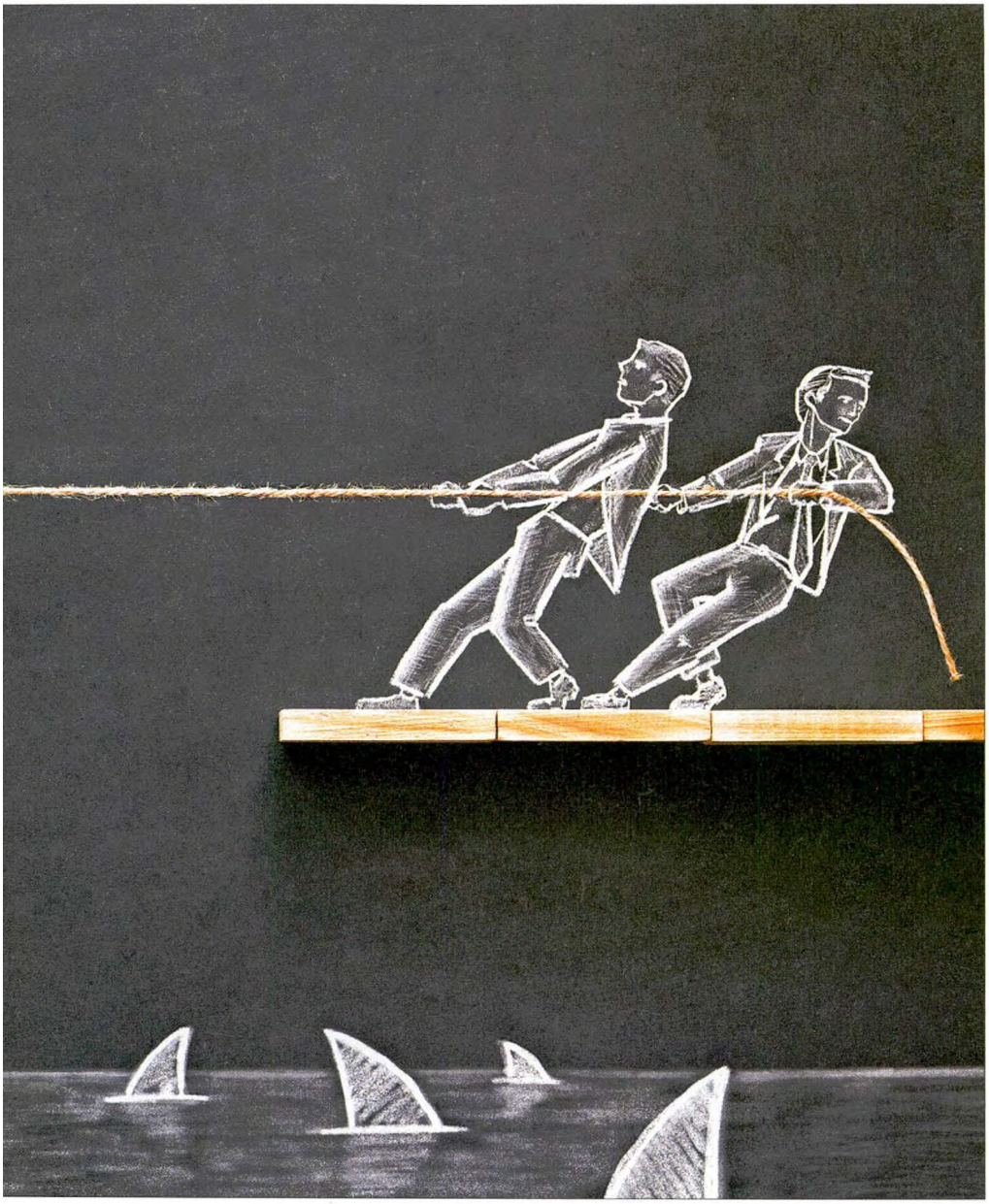
SÁBADO

ID: 86001776

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 39
Cores: Cor
Área: 18,00 x 25,30 cm²
Corte: 6 de 16



## Teletrabalho e filhos

### Como se concilia com a assistência à família

**Se um dos pais** estiver em teletrabalho, o outro não pode usufruir do regime excecional de assistência à família, que **justifica as faltas do trabalhador** e põe a Segurança Social a pagar metade de dois terços da remuneração base - tem sido esta a interpretação da lei recente. "Se assim for, a injustiça da medida é flagrante", criticam Filipe Lamelas e Ana Alves da Silva, do *think tank* CoLabor. "Mesmo que se perceba a racionalidade económica deste mecanismo, no sentido de permitir ao Estado uma economia de despesa nesta medida para a poder alocar a outras necessidades igualmente prementes, a regra carece de razoabilidade no que toca à conciliação entre o trabalho profissional e a prestação de cuidados às crianças", apontam, lembrando "a dedicação tanto mais exclusiva quanto menor a idade das crianças e maior o seu número no agregado" e o facto de as pessoas continuarem a ser avaliadas no trabalho.

saúde e material de proteção, que as empresas têm hoje grande dificuldade em encontrar.

Nos casos de pessoas sem hipótese de recorrer ao teletrabalho – como operários fabris ou trabalhadores de supermercados – a recusa em trabalhar presencialmente deve fundar-se na ausência das medidas de segurança (distanciamento, equipamento de proteção, etc.). Caso contrário, mesmo em desacordo – e se não pertencer a grupos de risco sujeitos a dever especial de proteção como diabéticos, portadores de doença autoimune ou respiratória crónica, por exemplo – o trabalhador deve comparecer, sob pena de lhe serem marcadas faltas.

## PRECÁRIOS

### AS ARMAS DOS FALSOS CONTRATADOS A PRAZO...

Imaginemos por um minuto que todos os contratos a prazo têm uma justificação válida: o trabalhador foi contratado a prazo numa fase de pico sazonal na procura ou para substituir alguém de baixa por maternidade, para dar dois exemplos. Neste caso o empregador pode deixar caducar o contrato – já o podia fazer antes da pandemia e continua a poder fazê-lo perante o corte brutal na atividade. Pode não ser bonito, mas é legal e coloca estes trabalhadores na linha da frente do choque económico.

O problema é que "os contratos a prazo são a maior batota do País", afirma Miguel Correia da Silva. A Constituição consagra o direito à segurança no emprego e, por isso, os motivos para uma exceção a essa segurança – o contrato a prazo – precisam de estar muito bem fundamentados pela empresa. Na experiência do advogado "a larga maioria dos contratos tem fundamento nulo" – são uma estratégia de precarização por parte da empresa – e para estas pessoas "o poder reivindicativo é maior do que parece", sublinha.

Esta é uma opinião consensual entre os advogados ouvidos

CISION

SÁBADO

ID: 86001776

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 40
Cores: Cor
Área: 18,00 x 25,30 cm²
Corte: 7 de 16

## Prazos a respeitar

### É proibido despedir antes do fim de todos os contratos

**"Os contratos** de trabalho a termo que tenham a sua duração especificada não podem caducar antes da data prevista para o seu termo", apontam Filipe Lamelas e Ana Alves da Silva, do CoLabor. "Isso constitui um despedimento ilícito e, como tal, **o empregador poderá ser condenado a pagar todas as retribuições** até ao fim do contrato, sem prejuízo de outras indemnizações decorrentes dessa cessação ilícita", explicam. Esta proibição inclui também os contratos de trabalho temporário.

pela SÁBADO, que choca com a falta de consciência – ou falta de meios – de muitos destes trabalhadores sobre as armas que têm nesta fase de pandemia. Correia da Silva nota que apenas uma pequena parte dos trabalhadores vai para tribunal e que as empresas gerem o risco.

"Os trabalhadores a termo que vejam o seu contrato caducar por verificação do termo e considerem que o motivo que levou à sua contratação é inexistente, insuficiente ou falso, ou que verifiquem a preterição de alguns requisitos formais na celebração do contrato, podem recorrer aos serviços com competência fiscalizadora e inspetiva do Ministério do Trabalho (a Autoridade para as Condições no Trabalho), sem prejuízo de poderem intentar a respetiva ação judicial, exigindo ao empregador a sua integração como trabalhadores permanentes e sem a perda de quaisquer direitos", escrevem Filipe Lamelas e Ana Alves da Silva numa nota publicada pelo *think tank* CoLabor, dedicado ao trabalho e à proteção social.

A queixa à ACT, se for considerada válida, leva à conversão do contrato a prazo em contrato sem termo. A alternativa de optar por um advogado para perceber da solidez do motivo justificativo da contratação permite chegar à empresa e dizer que o motivo é ilegal e que, como tal, o despedimento é também ilícito. A via judicial, embora leve tempo, tem relevância para as empresas que tenham recorrido a apoios como o *lay-off* – se perderem o processo, como acontece tipicamente neste tipo de ação, a decisão retroage à data de celebração do contrato a termo o que significa que, enquanto tinha um *lay-off*, a empresa não manteve o nível de emprego, tendo de devolver os apoios (e de pagar os salários do trabalhador ao longo dos anos que o processo levou).

Perante este cenário, o recurso à ACT ou à via judicial pode ter mais do que um efeito. Para os técnicos do CoLabor pode servir de "elemento dissuasor da intenção do empregador de fazer caducar os contratos a termo". Miguel Correia da Silva e Pedro da Quitéria Faria falam no incentivo que a empresa tem em negociar com o trabalhador para evitar a ação judicial – pode significar saída com acordo financeiro. No caso de pessoas com trabalho temporário estas regras de defesa são igualmente válidas.

## Mais de um milhão com vínculo precário

A sangria começa nos vínculos mais frágeis: trabalhadores a prazo e a recibo verde

**3.251.600**
Trabalhadores por conta de outrem sem termo

**807.100**
Trabalhadores por conta própria

**706.600**
Trabalhadores por conta de outrem a prazo

SE TIVER SUCESSO NA QUEIXA FEITA À ACT, O CONTRATO A PRAZO TRANSFORMA-SE EM CONTRATO SEM TERMO

## Preservar o trabalho

### Lembre-se: são precisos dois para o tango da rescisão

**A pressão** para rescindir por mútuo acordo é outra das realidades com que alguns trabalhadores podem ter de lidar por estes dias. Independentemente da pressão colocada pelo empregador lembre-se que é uma proposta e que "são precisos dois para dançar o tango", diz o advogado Miguel Correia da Silva. Salvo casos em que já tivesse planos para sair ou em que tenha muitos anos de casa - e interesse em sair - o incentivo será para preservar o posto de trabalho. Aqui não há meia medida: **ou assina o acordo ou não assina**. Sair com um acordo "por dá cá aquela palha" é algo que Correia da Silva desaconselha, mesmo perante um cenário de risco de insolvência. Bater o pé pode valer a pena - mas pode também significar outros abusos e pressões a seguir. Há que estar preparado e resistir.

## ...E AS ARMAS DOS FALSOS RECIBOS VERDES

No caso dos trabalhadores independentes a exposição à paralisação económica é também enorme – e, tal como os contratos a prazo, a prevalência de "falsos recibos verdes" é grande, apontam os advogados ouvidos pela SÁBADO. Estes são essencialmente trabalhadores da empresa – que cumprem ordens de superiores

CISION

SÁBADO

ID: 86001776

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 41
Cores: Cor
Área: 18,00 x 25,30 cm²
Corte: 8 de 16

hierárquicos, que trabalham no local e no horário designados pelas chefias, que recebem uma quantia certa periódica e trabalham com equipamentos da empresa – e não prestadores de serviços orientados para um resultado específico. Basta que dois dos "indícios de presunção de laboralidade" atrás referidos se verifiquem para o trabalhador ter razão.

Também nestes casos o poder negocial é maior do que à partida poderia parecer: recolher todos os documentos relativos à relação de trabalho, optar pela ACT ou pelo advogado para avaliar a verdadeira natureza da relação laboral e avançar com uma ação judicial por despedimento ilícito. Os incentivos do empregador apanhado nesta situação são os referidos mais acima: evitar um resultado desfavorável em tribunal, que pode ditar uma indemnização pesada (incluindo salários dos anos em que dura o processo judicial) e potencial devolução dos apoios financeiros concedidos durante a pandemia, que pressupõem o não despedimento ilícito.

## FÉRIAS NÃO CONCORDA? NÃO RESPONDA

O recurso aos dias de férias dos trabalhadores foi uma das primeiras respostas de várias empresas à paralisação, até pelo incentivo que a primeira legislação de emergência sobre *lay-off* dava (só era possível prolongar o *lay-off* depois dos primeiros 30 dias se os dias de férias fossem esgotados; o Governo entretanto corrigiu isso).

Há duas situações em que as empresas podem pôr os trabalhadores de férias em março e em abril. A primeira é no caso de terem dias de férias do ano anterior por gozar. Uma advogada da área laboral na região centro do País, que preferiu não ser identificada, explica que muitas empresas fizeram um apanhado dos dias por tirar e aproveitaram-nos – por lei estes têm de ser gozados até 30 de abril deste ano. "Várias empresas têm casos destes, com cinco e mais dias por tirar", especifica a advogada.

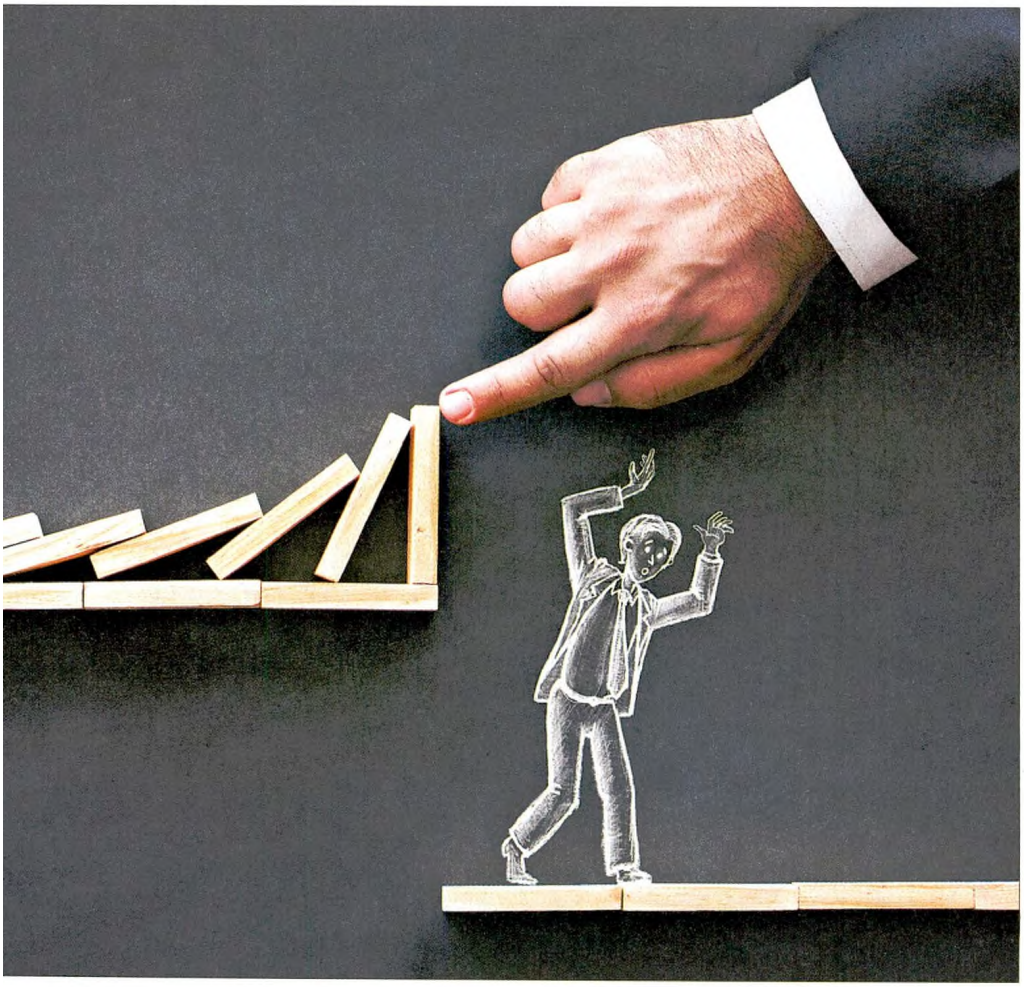
A segunda situação é o mútuo acordo: sem acordo do trabalhador, o empregador não pode dispor unilateralmente dos seus dias de férias fora das datas previstas na lei, entre 1 de maio e 31 de outubro. O turismo e a restauração são exceções: aqui a obrigação da marcação de férias entre maio e outubro abrange só 25% dos dias a que tem direito, ou seja, o empregador pode forçar férias em março e abril.

E se o trabalhador não quiser tirar férias? Envolver a ACT é uma via, mas de resultado duvidoso: a ACT pode demorar a agir, quando o fizer vai ser uma intrusão geradora de animosidade (o mesmo para uma recusa frontal do trabalhador) e mesmo que seja aplicada uma multa a empresa terá incentivo para chutar para canto (recorrendo) e adiar essa despesa.

Uma via possível é cumprir o que o empregador determina, mas sem aceitar expressamente. Miguel Correia da Silva, sócio da Correia da Silva & Associados, aconselha a pessoa a não responder ou a responder apenas com um "registado". A falta de aceitação expressa permite cumprir a imposição de férias e salvaguardar margem de reação para mais à frente, quando houver maior clareza sobre como estará a empresa depois desta turbulência. Nessa altura terá mais margem para discutir os dias de férias com o empregador, negociando e podendo levar o caso até ao fim, a tribunal (a obstrução ilegal do gozo de férias pode resultar no pagamento do triplo da retribuição correspondente ao período não gozado).

**SÓ HÁ DUAS SITUAÇÕES EM QUE AS EMPRESAS PODEM COLOCAR OS TRABALHADORES DE FÉRIAS EM ABRIL**

**A melhor forma de se proteger é denunciar sempre que achar que os seus direitos laborais estão a ser violados**



CISION

SÁBADO

ID: 86001776

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 42
Cores: Cor
Área: 18,00 x 25,30 cm²
Corte: 9 de 16

ESTADO DE SÍTIO NO MUNDO LABORAL

# OS DRAMAS DE QUEM ESTÁ A FICAR SEM TRABALHO

**H&M, Fnac, Groundforce e Continental já ganharam milhões, mas agora não tiveram contemplações. O cenário é aterrador nas grandes e nas pequenas empresas: contratados a prazo despedidos, funcionários em *lay-off* e até patrões que simplesmente desapareceram.** Por **Margarida Davim**

Os números são esmagadores. Na primeira semana de abril, houve 4.098 novos desempregados por dia, o dobro do que aconteceu em igual período no ano passado. Em seis dias, já havia 35 despedimentos coletivos (cinco vezes mais do que em 2019), que se somam aos 59 do mês de março. E, no início do mês, contavam-se 40 mil empresas e 642 mil trabalhadores em *lay-off*. Mas se as estatísticas impressionam, são os casos particu- lares que mostram como esta realidade é mesmo dura.

João, um analista de sistema brasileiro de 38 anos que não quis ser identificado, estava há 10 meses na consultora KCS IT quando a vida mudou de um dia para o outro. Tinha acabado de comprar um apartamento no Porto, "ganhava bem" e estava a negociar um aumento depois de duas avaliações positivas do cliente em que a empresa o tinha posto a trabalhar. Com o estado de emergência veio o primeiro sobressalto. "O meu cliente congelou o processo", conta à SÁBADO o informático, que uma semana depois se viu despedido em período experimental. Como tinha estado cinco meses a recibos verdes na empresa antes de ser contratado, foi dispensado sem qualquer indemnização. Pior: os meses de desconto não lhe dão direito a subsídio de desemprego.

**Continental**

**€1,2 mil milhões**

Mesmo com vendas desta ordem em 2019, o grupo dispensou 400 contratados a prazo

Na mesma semana, a mulher, que trabalhava num centro comercial do Porto na cadeia de restaurantes Noori, foi despedida. "Estamos os dois sem emprego e temos uma filha." A revolta é grande e tem um alvo. "É uma empresa que em 2018 deu um lucro de 11,5 milhões e em 2019 foram 16,4 milhões. Sempre elogiaram o meu trabalho. Não dava para aguentar o meu salário três meses?", questiona, explicando que só na KCS IT Porto terão sido dispensados "20 a 25 trabalhadores e 80% são brasileiros". Para já, o apoio com que João conta é a moratória para o empréstimo à habitação, isso vai-lhe garantir seis meses sem pagar a prestação da casa.

Grandes e lucrativas empresas puseram em casa muitos milhares de funcionários a serem pagos pelo Estado

JOÃO FOI DESPEDIDO NO PERÍODO EXPERIMENTAL. ANTES TINHA ESTADO NA EMPRESA A RECIBOS VERDES

Fátima Soares, operária têxtil de 57 anos, também já sabe que não vai ter direito a subsídio de desemprego. Tem 32 anos de descontos, a maior parte dos quais na indústria, mas descobriu que os dois anos que trabalhou na Azulsingelo não estavam todos descontados na Se-

CISION

SÁBADO

ID: 86001776

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 43
Cores: Cor
Área: 18,00 x 25,30 cm²
Corte: 10 de 16

**H&M**

**€176 milhões lucros**

O grupo sueco, apesar dos lucros de 2019, mandou 826 trabalhadores para *lay-off*

EPA

gurança Social. "A minha grande revolta é não ter direito a nada", diz à **SÁBADO** sem saber o que fazer. A empresa já estava numa "situação complicada" e as operárias não receberam sequer os últimos dois meses. "Os tecidos vinham de fora, as fronteiras já estavam fechadas em fevereiro e não havia *stock* para fazer cortes." A declaração de estado de emergência ditou o despedimento coletivo na empresa de Penafiel que vivia das exportações. O futuro de Fátima é uma incógnita: "Vou aos supermercados e peço para trabalhar na caixa ou na reposição, mas até agora nada."

LUSA

O deputado do BE, José Soeiro, já recolheu centenas de casos de "precários despachados"

**Serralves**

Todos os trabalhadores a recibos verdes foram dispensados. Muitos trabalhavam há décadas quase em exclusivo para a Fundação

**ACT em teletrabalho**

"Estamos com dificuldades em falar com a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). Mandamos pedidos, mas não há respostas até à data", garante à **SÁBADO** Maria das Dores Gomes, da CGTP. Também o sindicalista António Baião diz que na zona centro, sempre que tenta contactar a ACT, recebe "um *email* automático de resposta" e mais nada. "A ACT está em teletrabalho", reitera a secretária-geral da CGTP, Isabel Camarinha. "A ACT está reduzida a um *email* e a um número de telefone", diz José Soeiro, do Bloco de Esquerda, alertando para a sensação de "impunidade nas empresas".

**Groundforce**

**€11 milhões em dividendos**

Distribuiu este valor aos sócios em 2019 e mandou para *lay-off* 2.400 trabalhadores

Com 47 anos, Isabel Rua trabalhava há 25 anos na Camipão, uma empresa de Caminha com oito padarias e uma fábrica. "O gerente avisou à tarde que no dia seguinte não ia abrir" a loja onde Isabel trabalhava. O estado de emergência já tinha sido declarado e a venda era feita ao postigo, "mas todo o pão que tinha vendia". Apesar disso, "já havia salários em atraso" e o patrão tentava financiar-se junto da banca quando anunciou que "ia fechar temporariamente". "Desde aí nunca mais disse nada", garante Isabel, que tenta agora através do sindicato pedir a suspensão do contrato de trabalho para pelo menos ter direito ao subsídio de desemprego.

Os 60 trabalhadores da Camipão só receberam meio mês de janeiro, por isso, quando um dos colegas viu o patrão a retirar da fábrica uma máquina, montaram uma vigília para garantir que não saía mais nada. Passaram a fazer turnos de quatro horas, dois a dois, dentro de carros à porta da panificadora. Numa empresa com quase 50 anos e famílias inteiras a trabalhar lá há décadas, a situação é dramática. "A Câmara de Caminha reuniu connosco para ajudar com alimentos e para pagar rendas em atraso." Falta chegar a resposta da Segurança Social ao pedido de desemprego, mas isso "pode demorar um mês ou mês e meio" e, entretanto, todos os dias há contas para pagar.

Como Isabel, muitos outros trabalhadores foram para casa achando que o encerramento seria temporário e estão desde essa altura sem receber. António Baião, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, diz que essa é a situação de quase todos os restauran- tes da Bairrada. "Alguns estão em *lay-off*, noutros não há nada. Não têm

sequer papéis para o desemprego. Vão pedir a suspensão do contrato de trabalho através do sindicato na ACT. Mas são pelo menos dois meses sem receber nada. Em março e abril não terão rendimentos."

O problema, explica o sindicalista, é que para muitas micro e pequenas empresas será quase impossível aceder ao *lay-off* simplificado criado pelo Governo. "Muitas dessas empresas têm dívidas ao Estado e não podem recorrer a esse apoio", explica, afirmando que a fuga aos impostos nos restaurantes agrava agora toda a situação. "Mais de 50% dos rendimentos do setor são de caixa aberta. É difícil comprovar a quebra de 40% [exigida para aceder a este apoio]". E há ainda outro problema: "Pequenos cafés e restaurantes com dois ou três funcionários não vão pedir o *lay-off* porque até pagar 30% do salário para eles vai ser um dilema." António Baião está convencido de que muitos dos restaurantes "nunca mais voltam a abrir".

**PSA**

**€8,6 milhões lucros**

Tem mil trabalhadores em *lay-off*. Deu lucros em 2018 e, em 2019, a produção bateu recordes

D.R.

1 Peugeot/Citroën de Mangualde avançou para o *lay-off*

2 A líder da CGTP, Isabel Camarinha, critica as medidas do Governo

### Turismo e restauração afetados

Maria das Dores Gomes, da Federação de Sindicatos da Hotelaria e Turismo, descreve "uma situação muito difícil" no setor. "O que verificamos é um abuso enorme. Os contratados a termo foram os primeiros a serem mandados embora antes de as empresas recorrerem ao *lay-off* e muitos ainda nem têm descontos para receber o subsídio." Mas nem os efetivos escaparam. "Houve trabalhadores forçados a demitir-se. Isto, passou-se particularmente em restaurantes", assegura, explicando que alguns patrões estão a convencer as pessoas de que "o melhor é chegar a acordo" para sair com indemnização e há casos em que os funcionários assinam a rescisão sem perceber que isso os vai impedir de ter o subsídio de desemprego.

A declaração de estado de emergência forçou o encerramento de muitos bares, cafés e restaurantes e ainda que alguns funcionem em regime de *takeaway*, o setor da restauração e do turismo é um dos mais afetados e representa quase um quinto das empresas que pediram para aceder ao *lay-off*.

Já os *lay-offs* na indústria serão bem menos, segundo os dados oficiais – 9,3%. Mas aí o volume de trabalhadores é grande e muitas dessas empresas são de um setor que vinha a somar lucros e a bater recordes de produção nos últimos anos, a indústria automóvel. "O *lay-off* é desnecessário em multinacionais que tiveram grandes lucros", acusa Rogério Silva, da Federação da Indústria da CGTP, notando que "ainda não tinha passado um mês" e já gigantes do setor automóvel pediam este apoio do Estado. O sindicalista fala num "processo de pilhagem patronal" dos recursos públicos e defende que "as empresas sejam chamadas a pagar uma taxa adicional para fazer face a isto".

**Autoeuropa**

**€186 mil milhões**

Apesar das receitas de 2019, recorreu ao *lay-off*, mas paga a totalidade da remuneração aos trabalhadores

É este o cenário aqui como em outros setores até com ligações a dinheiros do Estado. "As amas não falam, têm medo." Por isso, Romana Sousa, da APRA (Associação dos Profissionais do Regime de Amas), fala por elas. Conta que já há IPSS "a ameaçar que fecham a creche familiar", o regime em que as amas recebem as crianças em casa. E pelo menos quatro amas de Cascais receberam a carta de despedimento, "apesar de estarem em

teletrabalho, mandando vídeos com histórias e atividades" para os meninos. "Foram despedidas a partir do dia 1 de abril. Mas a instituição já recebeu do Estado o valor para pagar abril", nota Romana Sousa, que tem conhecimento de uma IPSS de Sintra que cortou 50% do vencimento das amas. "O Estado garantiu o pagamento. Não faz sentido não pagar. Para onde vai o dinheiro?", questiona.

Seja em pequenos setores como este ou na lucrativa indústria, o PCP acha que há empresários que aproveitam a onda da pandemia. "Em boa parte das situações as empresas poderiam suportar sem dificuldades esta quebra", diz João Frazão, que tem coordenado o *email* de recolha de denúncias laborais. "Férias forçadas, retirada de direitos e alteração de horários" estão no topo das queixas que chegam aos comunistas, que estão preocupados com as consequências que a perda de rendimentos dos trabalhadores terá a longo prazo. "Tudo o que se fizer para criar dificuldades na economia é pago não apenas no imediato, mas também no futuro. Rendimentos que não estão disponíveis não vão ajudar a dar o salto de que a economia precisa depois do surto", avisa João Frazão.

Raquel Azevedo tem 35 anos e trabalha no *call centre* da Armatis LC no Porto. Foi uma das trabalhadoras que pararam de atender chamadas como forma de protesto pela falta de condições de proteção num local que tem cerca de 400 pessoas em apenas dois pisos e contou pelo menos 13 infetados com Covid-19. Os trabalhadores já tinham chamado a PSP, que se recusou a entrar sem mandato da ACT. Mas depois de uma queixa "à Direção-Geral da Saúde, à ACT e à Proteção Civil", a Polícia acabou por agir e a empresa "finalmente" passou a teletrabalho. A solução, conta Raquel à **SÁBADO**, não é ainda perfeita: "Há casos de casais a trabalhar no mesmo horário com filhos de 2 anos" e com a obrigação de cumprir objetivos para ganharem pelo menos 1.000 euros.

Só em 10 dias, José Soeiro, deputado do BE, recolheu 800 denúncias, que abrangem um universo de 80 mil trabalhadores, de "precários despachados" a funcionários sem condições de proteção no trabalho ou sem acesso ao teletrabalho, apesar de este ser obrigatório sempre que é possível. Soeiro critica o processo de *lay-off*, que diz ser "uma mina" para empresas, que além de só terem de pagar um terço dos vencimentos (o Estado paga outro terço), veem reduzida a contribuição patronal para a Segurança Social e recebem um salário mínimo por cada trabalhador no mês em que voltarem a laborar.

**Petrogal**

**€315 milhões em dividendos**

Dispensou 80 trabalhadores da manutenção da refinaria de Sines em *outsourcing*

JOÃO MIGUEL RODRIGUES

3 A Petrogal é das mais lucrativas empresas nacionais

4 Há denúncias sobre a atuação laboral da Fnac

ISABEL CAMARINHA, DA CGTP, ACHA QUE OS TRABALHADORES ESTÃO DESPROTEGIDOS

INÊS GOMES LOURENÇO

**Fnac**

**€114 milhões lucros**

*Lay-off* para 1.600 dos 1.800 trabalhadores. A CGTP diz que empresa criou banco ilegal de horas negativo

### "Panóplia de ilegalidades"

"Vai haver uma transferência do Orçamento de Estado para a compensação retributiva, mas não se diz de onde vem o dinheiro da redução da contribuição patronal nem o apoio de um salário mínimo por trabalhador", nota, temendo que essa fatura possa ir parar à Segurança Social. "Deve haver apoios, mas com contrapartidas", defende, lembrando que em Itália "houve uma proibição dos despedimentos com efeitos retroativos ao início do estado de emergência".

Isabel Camarinha, secretária-geral da CGTP, defende também a proibição dos despedimentos e a retribuição total para quem está em *lay-off*. "Numa situação extraordinária devia haver uma solução extraordinária", argumenta, criticando o Governo por "estar a deixar os trabalhadores muito desprotegidos" ao mesmo tempo que apoia grandes empresas. "A pressão para ir de férias e aceitar licenças sem vencimento, para mudar horários e dias de descanso ou aumentar o horário" fazem, segundo Isabel Camarinha, parte de "uma panóplia de ilegalidades" que se têm cometido por estes dias que exigiam maior esforço de fiscalização pela Inspeção do Trabalho.

CISION

SÁBADO

ID: 86001776

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 46
Cores: Cor
Área: 18,00 x 25,30 cm²
Corte: 13 de 16

**Miguel Peres**
Negociou com o senhorio a renda e alargou as entregas ao domicílio do Pigmeu para bens de mercearia. Testou num fim de semana com a família e depois avançou

NEGÓCIOS QUE SOBREVIVEM EM CADEIA

# O EXEMPLO DOS QUE EVITAM DESPEDIR

**Miguel deixou de servir refeições e passou a vender cabazes, entregues por Emanuel, com produtos biológicos como os vinhos que Sílvia vai buscar a António, que encomenda rolhas à fábrica de Luísa, que utiliza os camiões de Celestino para exportar. Nenhum quer falhar aos seus funcionários – para não faltar aos outros.** Por **Sara Capelo**

Emanuel "Manu" Balman, 32 anos, é um espírito inquieto. Motorista da Uber, decidiu parar de transportar clientes a 8 de março, quando ainda não tinha sido imposto o isolamento social. "Vivo com a minha mãe e o meu irmão na aldeia e não vale a pena estar a pô-la em risco", pensou. Nos primeiros 14 dias, geriu as poupanças, aproveitou os produtos da horta em Rio Maior. E até poupou nas portagens para Lisboa.

Mas a imposição foi-se alargando e tinha de voltar à estrada. Tem lido nos grupos de WhatsApp dos motoristas da Uber que há quem esteja a fazer apenas 35 euros por dia. Tinha de encontrar outra atividade.

Lembrou-se então que, com a pandemia, Miguel Peres e a equipa do restaurante Pigmeu tinham transformado o negócio e estavam mais dedicados à venda de produtos de mercearia. "Conheço Lisboa, tenho licença e faço entregas a um preço agradável para os dois ganharmos." Vai a Lisboa às quartas e aos sábados. De luvas, "sempre com máscara e proteção no rosto", telefona aos clientes antes de parar o carro para evitar tocar às campainhas. "Estando a fazer entregas sinto-me muito mais seguro, vou ter com as pessoas que não saem de casa, porque estão de quarentena."

Nos outros dias, prepara o terreno com a motoenxada. "Plantámos favas, ervilhas." E teve outra ideia: passar a entregar cabazes. "Vou ter de mudar de negócio. O transporte de pessoas não vai voltar ao que era." Até já pesquisou na Internet carrinhas que substituam o seu carro de cinco lugares a gasóleo. "Lá para junho" venderá a sua produção "100%" biológica para estes cabazes. "Tem de entrar dinheiro, estar parado é que não pode ser."

CISION

SÁBADO

ID: 86001776

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 47
Cores: Cor
Área: 18,00 x 25,30 cm²
Corte: 14 de 16

**Emanuel Balman**
Com a erosão do turismo e os escritórios fechados, deixou o transporte de passageiros e faz agora a entrega dos cabazes do Pigmeu



**António M. da Cruz**
O economista estimou uma quebra de 50% na venda dos seus vinhos biológicos. Canalizou o dinheiro de novos projetos para a produção

## MIGUEL PERES

### O RESTAURANTE-MERCEARIA

O Pigmeu esteve três dias encerrado antes de Miguel Peres, 32 anos, e os seus três parceiros encontrarem uma primeira solução. Manter o restaurante, localizado no bairro lisboeta de Campo de Ourique, com entregas ao domicílio. Encerrar significava ficarem com "custos fixos gigantes" (salários, renda, água, luz) e sem lucro. Um dos primeiros contactos que fizeram foi para o senhorio. "Já estava à espera da minha chamada. Fez uma proposta para baixar a renda, nós pedimos um bocadinho mais para que fosse sustentável." O valor a pagar pode ser ajustado mensalmente naquilo que o senhorio definiu à **SÁBADO** como "navegação à vista". O prédio onde está o restaurante pertence a dois idosos que aproveitam a renda para "a gestão mensal" das suas despesas. E é isso que tem acontecido com muitos senhorios, diz Iolanda Gávea, da Associação Lisbonense de Proprietários. Também há "aqueles que deixaram de ter rendimentos e estavam a contar com essas rendas" e têm de pagar condomínios, seguros, IMI, IRS.

No caso do Pigmeu, o senhorio baixou a renda como incentivo para que o negócio se mantenha aberto. Entretanto, perceberam que nas encomendas *takeaway* os clientes estão a preferir comida de conforto em vez do "conceito petisqueiro que tinham" (sanduíches, açorda, pastéis de massa tenra). "Mas fazia sentido entregar as coisas em casa." Olharam então para a lista de fornecedores (frescos biológicos, arroz e vinhos nacionais) e decidiram que poderiam fazer a ponte entre alguns deles, que tinham visto quase todos os restaurantes e hotéis a encerrar, e os seus clientes. Numa semana tinham a operação de venda de cabazes de mercearia montada. Chegaram a uma lista de 100 produtos, à venda no *site*. O pagamento é *online* para "evitar a troca de dinheiro", que exponha o motorista-agora-estafeta Emanuel Balman. "Estamos a prestar um serviço útil aos nossos clientes e a conseguir pôr os produtores a mexer e a vender a matéria-prima." Com a "almofadinha" que tinham de lado estão a manter os quatro postos de trabalho. "É para isso que estamos a lutar."

**30%**
**Percentagem**
de empresas na hotelaria e restauração que não pagou salários em março. E 49% vão recorrer ao *lay-off*, diz inquérito da AHRESP

"TENHO DE INVENTAR, TEM DE ENTRAR DINHEIRO. PARADO – É QUE NÃO PODE SER"

## SÍLVIA M. BASTOS

### A FORNECEDORA DE VINHOS

A experiência dos anos "muito complicados" da troika trouxe-lhes "prudência", a que se soma o carácter "não esbanjador" de Sílvia Mourão Bastos e do companheiro, que gerem a Goliardos. É isso que lhes tem permitido ter liquidez para suportar esta fase. As vendas que vão fazendo "não compensam, mas salvam, fazem aguentar" a empresa de distribuição de vinho artesanal que criaram há 15 anos. "Não estamos sequer a pôr a perspetiva de deixarmos de ser quatro na empresa." E os trabalhos pontuais a recibos verdes são para continuar. "É importante manter toda a escala." Mas já há faturação em atraso: "Pagam-se salários, rendas, segurança social, impostos. Quem fica para último são os fornecedores", diz. Têm negociado com os clientes para que saldem as contas – mesmo que só uma parte. "O importante é não parar completamente o pagamento."

Ela, que tinha o Pigmeu como um dos clientes e fazia 50% da vida em Lisboa e a restante em Torres Novas (onde produzem vinho e têm árvores de fruto), está agora a tempo inteiro na quinta. Ali, os filhos de 10 e 13 anos têm espaço para andar de bicicleta e correr. "É um privilégio."

## ANTÓNIO M. DA CRUZ

### CONTINUAR A ENGARRAFAR

Nas constantes conversas ao telefone com os produtores de

CISION

SÁBADO

ID: 86001776

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 48
Cores: Cor
Área: 18,00 x 25,30 cm²
Corte: 15 de 16

**Luísa Nero**
É desfavorável ao *lay-off*, que diz ser uma "morte lenta". No primeiro mês, a crise foi uma oportunidade: fizeram horas extras para cumprir encomendas

**Celestino Silva**
O transporte de mercadorias é prioritário e não parou. Mas há cuidados redobrados: à entrada da Dachser, mede-se a temperatura

vinho, Sílvia Mourão Bastos tem insistido para que não parem de produzir. E essa paragem nunca esteve no horizonte de um deles, António Marques da Cruz. Mas teve de fazer escolhas para que a "microempresa de cariz familiar" continue a produzir o Quinta da Serradinha, o primeiro vinho português certificado como biológico (em 1994). Ali, ainda se colhem as uvas à mão e se "pisa a pé".

Nesta altura do ano, António e o único funcionário teriam a ajuda de mais um par de mãos nos 6 hectares de terra que ficam a 4 km de Leiria. Mas essa contratação ficou por fazer. "Como sou de Economia e tenho o vício de fazer planos a médio e longo prazo, fiz um a um ano e meio sobre como nos podíamos aguentar." Com os restaurantes e os bares fechados, estimou que as vendas cairão para metade. Suspendeu a construção da sala de provas, com casa de banho, que pagaria com as poupanças, sem empréstimos. E vai aplicar esse dinheiro nos gastos diretos, como o enchimento de garrafas ou as rolhas que encomendou já "depois de esta crise começar".

## LUÍSA NERO

### FAZER HORAS EXTRAS

A encomenda de António Marques da Cruz não foi a única para a PrecisionElite, empresa de Luísa Nero, de 50 anos. Aliás, houve quem pedisse em maior quantidade, surgiram novos clientes e, no mês de março, até se "produziu mais um bocadinho" do que no mesmo período de 2019. "Costuma-se dizer que é nas crises que surgem as oportunidades", diz a sócia-gerente desta fábrica de rolhas de cortiça de Paços Brandão (Santa Maria da Feira). Foi o encerramento da atividade na Europa, nomeadamente em Itália, que lhe trouxe isso. "Trabalhámos à louca para satisfazer as encomendas. Fizemos horas extraordinárias e depois parámos três dias" na semana da Páscoa. Todos estão agora de máscara e luvas. As horas de almoço foram desfasadas, para não se encontrarem na copa. "E graças a Deus não apareceu ninguém [com Covid] que nos obrigasse a parar." Só um dos 10 funcionários, que vive em Ovar, não pôde voltar à fábrica por estar na cerca sanitária.

A matéria-prima não tem faltado. Mas houve clientes que, pela primeira vez, pediram para pagar mais tarde. "De coração nas mãos, cedemos. Não lhe posso dizer que as coisas estão mal, mas não sei se este mês ou depois não vão estar. Basta não haver encomendas ou os clientes não pagarem." As despesas fixas continuam e é por isso que o *lay-off* não é "uma solução; é uma morte lenta".

## CELESTINO SILVA

### NA ESTRADA PELA EUROPA

Para uma PME exportadora, como é a PrecisionElite, seria problemático que, depois de se garantir a produção, não fosse possível enviar o produto para o estrangeiro. Até agora o momento de "maior *stress*" foi quando se falou em "fechar a Maia", como se fez em Ovar, porque as transportadoras são quase todas de lá.

Sílvia Mourão Bastos acrescenta o receio dos clientes internacionais de não saberem se a encomenda não fica retida se uma fronteira for encerrada. Ambas têm recorrido à alemã Dachser, onde esse problema não se colocou, diz Celestino Silva.

O gestor português, de 52 anos, é o responsável ibérico da multinacional alemã e diz que, até agora, perdeu cerca de 50% dos negócios. Contudo, com três mil funcionários, deixar de transportar mercadorias é impossível. Quem pôde ficou em teletrabalho – mas, nos armazéns, as cargas e as descargas não pararam (apesar de com máscaras, luvas e mais lavatórios para as mãos). E os camionistas continuam ao volante pela Europa, onde surgiram até novas oportunidades, como o transporte de equipamentos de proteção individual. Quando entram numa das 70 plataformas logísticas da Dachser na Península Ibérica (cinco em Portugal), é-lhes medida a temperatura. "Se tiverem febre, não vão trabalhar", assegura o gestor.

É como dizem Miguel Peres e Luísa Nero: "Parar é morrer." E é assim para todos os outros nesta cadeia.

### *Online*

É o canal privilegiado por Miguel, Sílvia ou pelos clientes internacionais de António. Gonçalo Lobo Xavier, da Associação Portuguesa de Empresas Distribuidoras, reconhece à **SÁBADO** que os *sites* para a venda eletrónica não estavam preparados – mas "estão a fazer o seu caminho"

HOUVE CLIENTES QUE PEDIRAM PARA PAGAR MAIS TARDE. "DE CORAÇÃO NAS MÃOS, CEDEMOS"

CISION

SÁBADO

ID: 86001776

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 18,00 x 16,11 cm²
Corte: 16 de 16

As revelações de três dias ao telefone

**JOSÉ ALBERTO CARVALHO, O JORNALISTA APAIXONADO POR LEGOS**

A nova rotina dos CEOs das grandes empresas

**DISPENSARAM MOTORISTA E OS FATOS E ATÉ CORTAM O PRÓPRIO CABELO**

# SÁBADO

www.sabado.pt N.º 833 - SEMANAL - 16 A 22 DE ABRIL DE 2020 - €3,50 (CONT.)

**A CRISE ECONÓMICA DO SÉCULO**

# GUIA PARA SALVAR O SEU EMPREGO

- Como resistir às pressões
- Horários e teletrabalho
- Contratos precários
- Negociar indemnizações
- Férias e folgas

**REPORTAGEM ESPECIAL**

**ACOMPANHÁMOS UM TURNO DE 12 HORAS NO HOSPITAL CURRY CABRAL**

**INVESTIGAÇÃO DIRETOR DA PJ, PGR E ESPIÕES CHANTAGEADOS**

CISION

VISÃO

ID: 86002082

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 40
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 1 de 11

DESIGUALDADE

# A curva escondida da pandemia

CISION

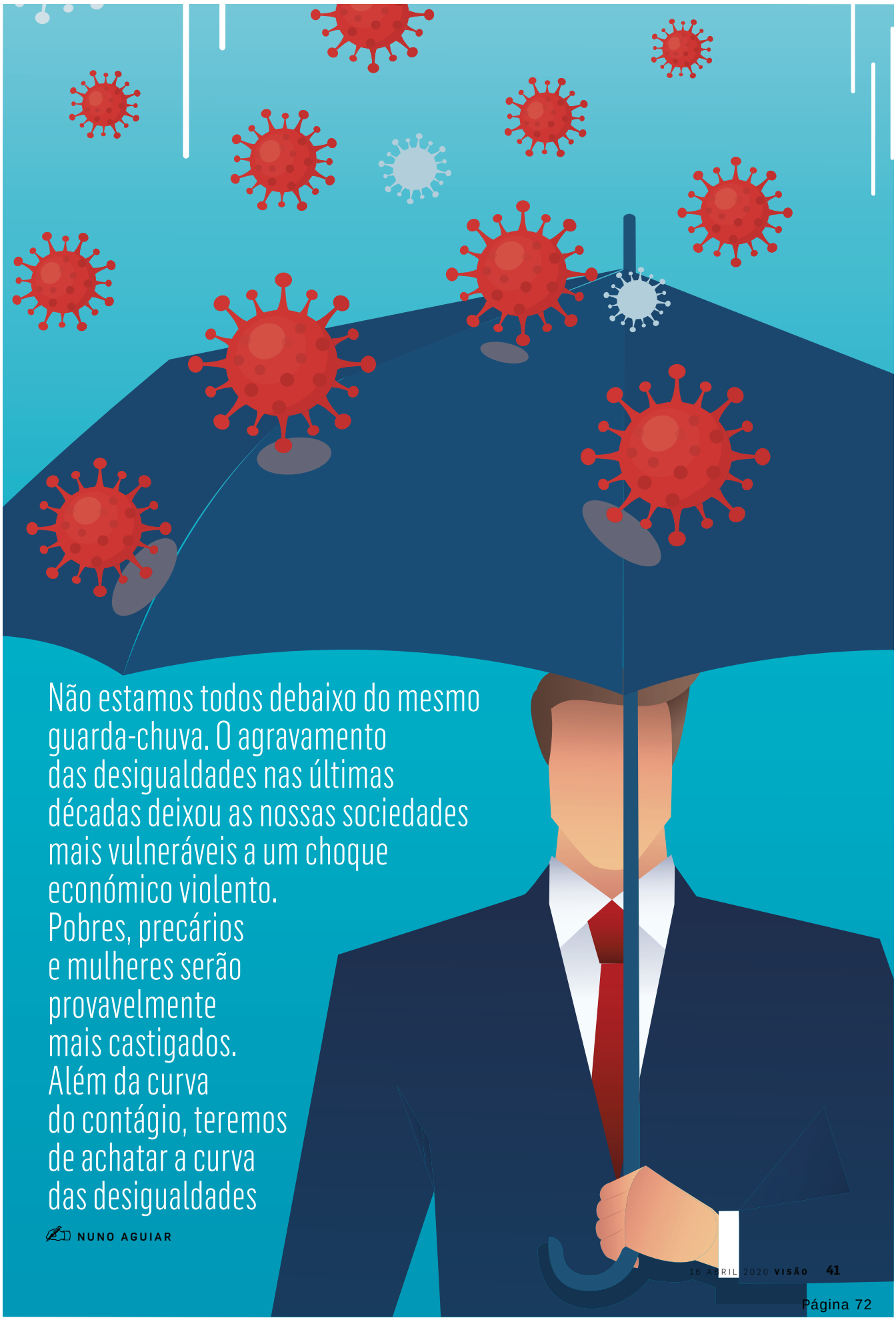
VISÃO

ID: 86002082

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

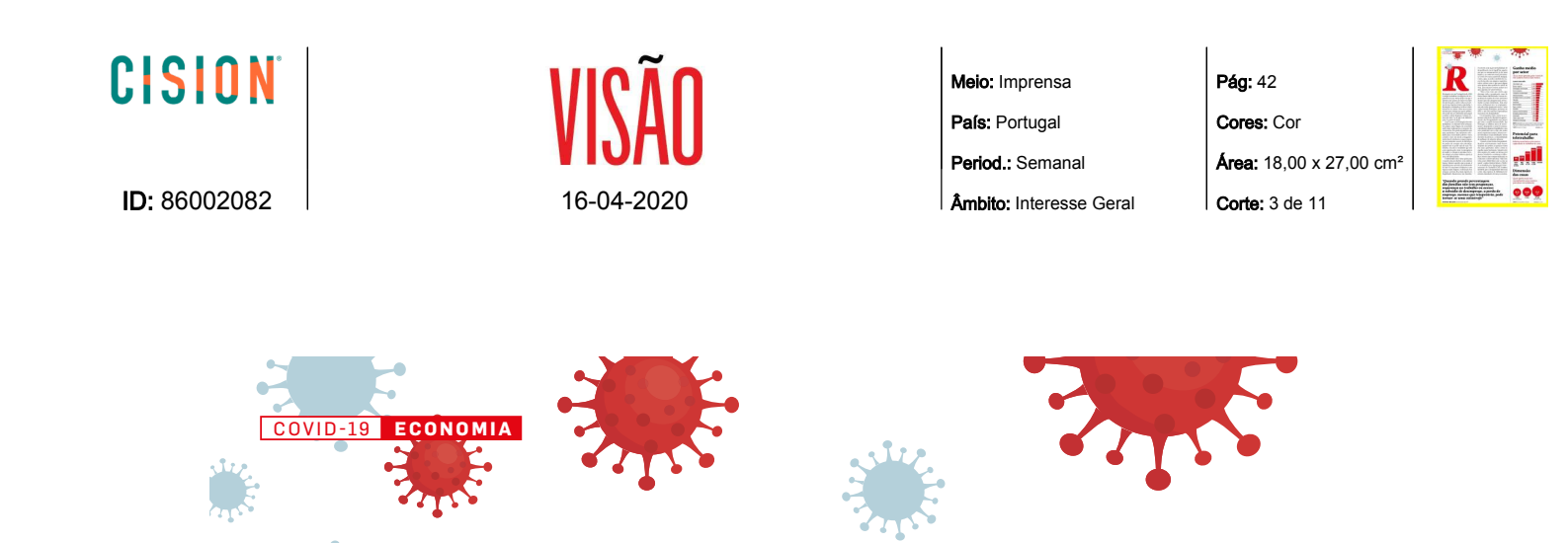
Pág: 41
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 2 de 11



Não estamos todos debaixo do mesmo guarda-chuva. O agravamento das desigualdades nas últimas décadas deixou as nossas sociedades mais vulneráveis a um choque económico violento. Pobres, precários e mulheres serão provavelmente mais castigados. Além da curva do contágio, teremos de achatar a curva das desigualdades

✍ NUNO AGUIAR

CISION
ID: 86002082
VISÃO
16-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral
Pág: 42
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 3 de 11




Rosângela vive em Portugal desde 2018 e sempre trabalhou em limpeza de alojamentos locais, numa altura em que o turismo não parava de bater recordes. De um dia para o outro, todas as reservas da sua empresa foram canceladas, e Rosângela, contratada a recibos verdes, deixou de ter salário. Pelas suas contas, mesma que consiga um apoio público, este pode não ser suficiente para pagar a renda e outras despesas. A única certeza que tem é a de que tem dinheiro para os gastos de abril.

Casos como o de Rosângela deverão multiplicar-se durante estas semanas. Os grupos mais frágeis da sociedade estão mais vulneráveis ao impacto do coronavírus. Há quem argumenta que uma pandemia é um momento nivelador para a sociedade: pobres e ricos correm o risco de serem contagiados, todos têm de obedecer a regras exigentes de isolamento social e as diferenças de poder de compra são esbatidas, quando não se pode sair de casa. No entanto, essa não é a realidade que está a ser exposta pelo vírus. A emergência de saúde e o choque económico deverão atingir com mais violência quem já vivia em dificuldades.

O teletrabalho não é uma opção para a maioria das profissões com salários baixos. Mesmo aqueles que possam ir trabalhar para casa têm provavelmente de fazê-lo em piores condições e em espaços mais exíguos. A educação das crianças e jovens fica mais exposta às fragilidades financeiras das famílias.

Os setores com maior probabilidade de despedimento ou de *layoff* são aqueles em que as remunerações já são mais baixas e os contratos mais precários. A Covid-19 é uma catástrofe desigual. Como, aliás, se pode concluir dos casos destacados nas páginas seguintes; todos sofrem, mas o que para alguns será apenas uma quebra no nível de vida, para muitos outros poderá ser uma questão de sobrevivência.

"Esta crise tem um efeito que abrange toda a população, mas de forma muito diferenciada. A nossa experiência de análise de crises anteriores mostra que elas atingem mais severamente os mais vulneráveis. Esta crise está a evidenciar isso. As consequências não serão iguais para todos", avisa Carlos Farinha Rodrigues, professor do ISEG e um dos maiores especialistas nacionais em desigualdade.

O coronavírus está a varrer as economias, depois de décadas de agravamento das desigualdades um pouco por todo o mundo desenvolvido. Em Portugal, os últimos anos de crescimento, alimentado à custa do turismo, camuflaram algumas fragilidades, mas esta pandemia será como um sismo numa arquitetura instável: deverá revelar estruturas sociais debilitadas, níveis elevados de pobreza e a vulnerabilidade de milhares de relações laborais.

"Quando existe muita desigualdade, ficamos coletivamente mais fracos. Quando são pobres, as pessoas vivem em casas apertadas, onde o vírus se espalha mais facilmente. Quando não têm seguros de saúde ou licença por doença, tenderão a continuar a trabalhar, mesmo que estejam infetadas ou comecem a sentir sintomas. Tudo isto torna mais difícil lidar com a crise na saúde", explica Patrick Belser à VISÃO. O economista da Organização Internacional do Trabalho (OIT) lembra também que a desigualdade funciona como uma espécie de deficiência do sistema imunitário de uma economia.

***"Quando grande percentagem das famílias não tem poupanças, segurança no trabalho ou acesso a subsídio de desemprego, a perda do emprego, mesmo que temporária, pode tornar-se uma catástrofe"***

***PATRICK BELSER*** economista da OIT

## Ganho médio por setor

*Áreas mais afetadas pela Covid-19 têm salários brutos mais baixos*

EUROS POR MÊS

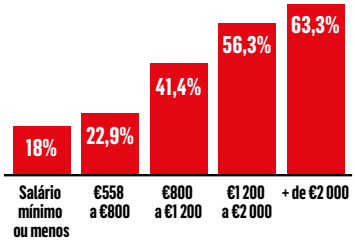
| | |
|---|---|
| Eletricidade e gás | 2 929 |
| Banca e seguros | 2 297 |
| Informação e comunicação | 1 839 |
| Artes e desporto | 1 715 |
| Transporte e armazenagem | 1 624 |
| Indústria extrativa | 1 549 |
| Atividades técnicas e consultoria | 1 469 |
| Educação | 1 293 |
| Imobiliário | 1 253 |
| Outros serviços | 1 158 |
| Água e resíduos | 1 154 |
| Comércio | 1 118 |
| Indústrias transformadoras | 1 107 |
| Atividades administrativas | 1 009 |
| Construção | 999 |
| Saúde e apoio social | 946 |
| Hotelaria e restauração | 812 |

**NOTA:** Trabalhadores por conta de outrem a tempo inteiro (exclui Agricultura e Administração Pública); valores de abril de 2019

**FONTE** Ministério do Trabalho **INFOGRAFIA** VISÃO

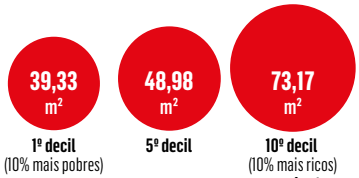
## Potencial para teletrabalho

*Salários mais baixos têm menos capacidade de trabalhar de casa*




## Dimensão das casas

*Quem ganha mais tem normalmente casas maiores para ficar em isolamento*




**FONTE** Pedro Silva Martins, Bruegel **INFOGRAFIA** MT/VISÃO

CISION
ID: 86002082
VISÃO
16-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral
Pág: 43
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 4 de 11

"Quando uma grande percentagem das famílias não tem poupanças nem segurança no trabalho ou acesso ao subsídio de desemprego, a perda do emprego, mesmo que temporária, pode tornar-se uma catástrofe."

Demorará algum tempo até as estatísticas nos darem um retrato fiel da dimensão da crise, mas os primeiros sinais já mostram que corremos o sério risco de deixar alargar ainda mais esse fosso. Uma sondagem da Universidade Católica, realizada entre 6 e 9 de abril, mostrava que 36% dos portugueses já tinham sofrido perdas de rendimento. Essa percentagem escondia diferenças entre níveis de rendimento: para quem ganha menos de mil euros, essa perda ascende a 43%, comparativamente aos 24% para os salários acima de 2 500 euros. Outro inquérito online do ICS/ISCTE, feito dias antes, chegava a conclusões semelhantes. Embora não tenha a representatividade de uma sondagem, o seu grande volume de inquiridos – 11 500 – permite encontrar diferenças entre grupos. Uma das conclusões a que os autores chegaram é que "são precisamente aqueles que, antes do deflagrar da pandemia, já se encontravam numa situação mais difícil do ponto de vista económico que declaram ter sido mais afetados".

A desigualdade começa logo entre quem pode ir para casa e quem tem de continuar a trabalhar e que, por isso mesmo, fica mais exposto ao contágio. Operários de fábrica, caixas de supermercado, trabalhadores de limpezas, quem transporta mercadorias ou quem recolhe o lixo. As suas tarefas não podem ser feitas remotamente. Profissões com salários mais baixos tendem a ter menos capacidade para serem desempenhadas em teletrabalho. Os dados de Pedro Silva Martins, ex-secretário de Estado do Emprego, mostram que existe uma relação entre salários e a capacidade de trabalhar a partir de casa: só 18% dos trabalhadores que ganham o salário mínimo (ou abaixo disso) conseguem desempenhar as suas funções em teletrabalho. Essa percentagem vai subindo até aos 63% entre quem recebe mais de dois mil euros. Se estiver a ler isto enquanto duas crianças gritam atrás de si pode não achar, mas trabalhar em casa é um privilégio.

Mesmo que os mais pobres ultrapassem essa primeira barreira, ir para casa pode significar ter uma experiência de isolamento muito diferente

DIANA TINOCO

*Rosângela Barbosa Camelo*
*47 anos*
**Empregada de limpeza**

## "Tenho recursos para sobreviver a abril"

Rosângela tem 47 anos e chegou a Portugal em agosto de 2018. Durante um ano e meio, nunca teve dificuldades em encontrar emprego. Fazia limpezas em habitações de alojamento local, numa altura em que o turismo continuava a bater recordes. Ganhava 800 euros por mês. O vírus virou-lhe a vida de pernas para o ar. A empresa que a contratava a recibos verdes viu todas as reservas serem canceladas e já não precisou dos seus serviços. De um dia para o outro, Rosângela deixou de ter rendimentos. Zero. Já se candidatou a apoios públicos, mas, mesmo que os receba, podem não ser suficientes para cobrir as despesas. Divide casa com uma amiga, em Linda-a-Velha, onde cada uma paga 250 euros, depois de negociações duras com o senhorio para reduzir a renda em 33% nesta altura de crise. Com o turismo a entrar num período de depressão, está à procura de trabalho noutras áreas, mas o único que encontrou foi para fazer limpeza em hospitais. Embora estes tenham sido o seu local de trabalho durante 25 anos (tem formação em farmácia), não quis aceitar. "Não me vou arriscar a apanhar uma doença que me pode matar. Tenho recursos para sobreviver a abril", diz à VISÃO. Depois, Rosângela não sabe. Vai continuar à procura. Quando emigrou, fugia da violência do Recife. Nesta altura, apesar das dificuldades, não pondera regressar. "Vivia com medo. Aqui, a minha preocupação é financeira." **N.A.**

CISION

ID: 86002082

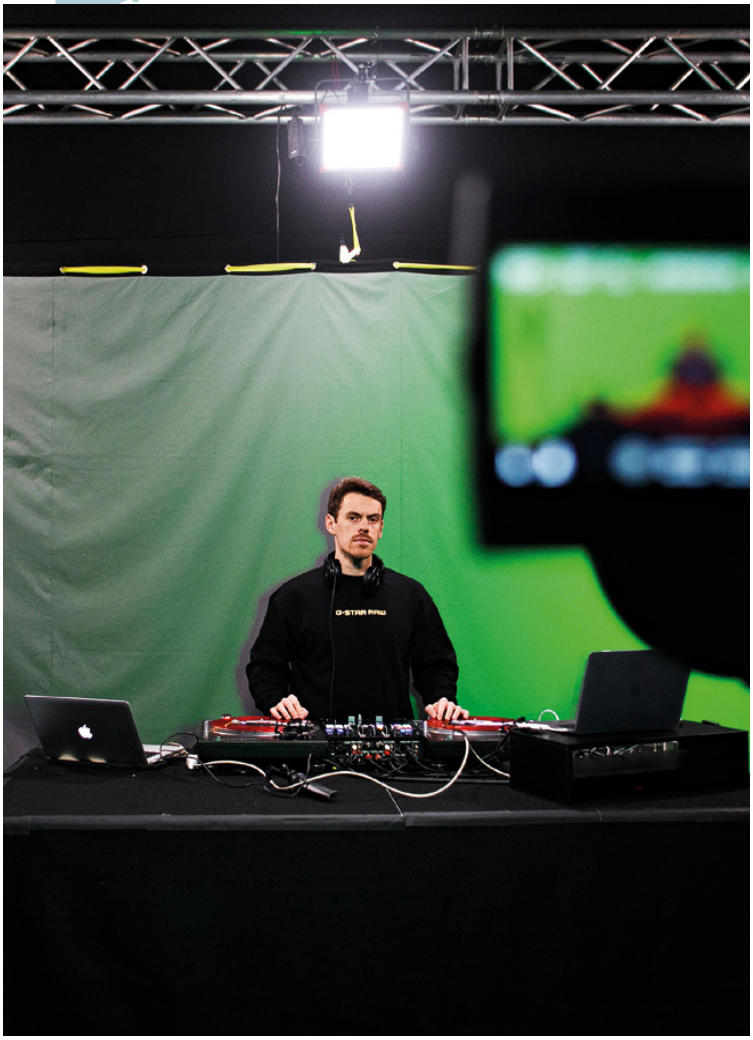
VISÃO

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 44
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 5 de 11

COVID-19 ECONOMIA



ANA BRIGIDA

## *João Fernandes*

*39 anos*
**DJ e empresário**

# "Não há forma de me rentabilizar"

Ainda os alarmes do estado de emergência não tinham soado e já João Fernandes, conhecido na noite lisboeta como DJ Kamala, tinha encerrado os seus espaços noturnos: Radio-Hotel, Bosq e Rive Rouge. "Era uma responsabilidade demasiado grande potenciar o contágio do vírus nas nossas casas", admite. A 14 de março fez a primeira Party at Home, um *live streaming* nas suas redes sociais, em que põe música apelando a todos para que fiquem em casa. Juntamente com outros empresários de estabelecimentos noturnos, alertou a AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal para as preocupações inerentes ao encerramento de bares e discotecas. "Saímos de lá com uma incerteza brutal quanto a *timings* ou a ajudas", conta João. Com uma quebra de faturação de 100%, os custos não deixaram de existir. Apelou à sensibilidade dos senhorios, por exemplo, para ser possível pagar as rendas mais tarde. Habituado a atuar oito a dez vezes por mês, esse foi outro rendimento que também desapareceu. "Não há forma de me rentabilizar", lamenta-se. Casado e com dois filhos, de 6 anos e de 5 meses, a morar num T3 em Cascais, nos próximos meses João Fernandes tem garantido que viverá da poupança. **S.C.**

de alguém com mais recursos. Estar fechado num T1 minúsculo é diferente de ficar num T4 com terraço. Numa cidade, essa diferença está frequentemente ligada ao nível de rendimento. Os ricos têm mais espaço; os pobres estão mais apertados. Essa ideia é confirmada pelos dados compilados pelo *think tank* Bruegel, em cuja análise se conclui que, em Portugal, a dimensão média da casa dos 10% mais pobres é 39 metros quadrados. Para os 10% mais ricos, é quase o dobro: 73 metros quadrados. Quanto por mais tempo esta crise se prolongar – eventualmente com a repetição de ondas de contágio –, mais a qualidade da habitação será decisiva para a qualidade de vida das famílias.

Essa desigualdade está a gerar algum ressentimento nas redes sociais, revelado quando celebridades mostram como está a correr o seu isolamento. Quando Jennifer Lopez postou um vídeo do filho a deslizar num *hoverboard* pelo jardim com piscina, enquanto lhe servia uma bebida, os seus comentários foram inundados por referências a *Parasitas*, vencedor do Oscar de Melhor Filme deste ano, que conta a história de como uma família pobre engana uma família rica, com um desfecho trágico. "O sonho da mobilidade de classe dissipa-se quando uma sociedade entra em *lockdown*, a economia estagna, as mortes continuam a acumular-se e o futuro de todos fica congelado dentro de um apartamento apertado ou de uma mansão palaciana", escrevia o *The New York Times*. "A diferença nunca foi tão óbvia."

Durante esta tempestade, não estamos todos no mesmo barco. Alguns têm um pequeno salva-vidas; outros, um transatlântico. Nenhuma imagem ilustra melhor isso do que o dinamismo do mercado de aluguer de enormes iates, onde milionários planeiam passar o isolamento. Não têm faltado notícias sobre a preparação dos super-ricos para o coronavírus: aviões privados, *concierges* para serviços médicos, urgências VIP, ventiladores pessoais e *bunkers* de luxo. Os nova-iorquinos com segundas e terceiras casas, por exemplo, fugiram da cidade, que é, neste momento, o epicentro da pandemia. Num dos fortes candidatos a "título mais 2020 do ano", o *New York Post* noticiava que os ricos estavam a esvaziar as lojas *gourmet* nos Hamptons.

CISION

ID: 86002082

VISÃO

16-04-2020

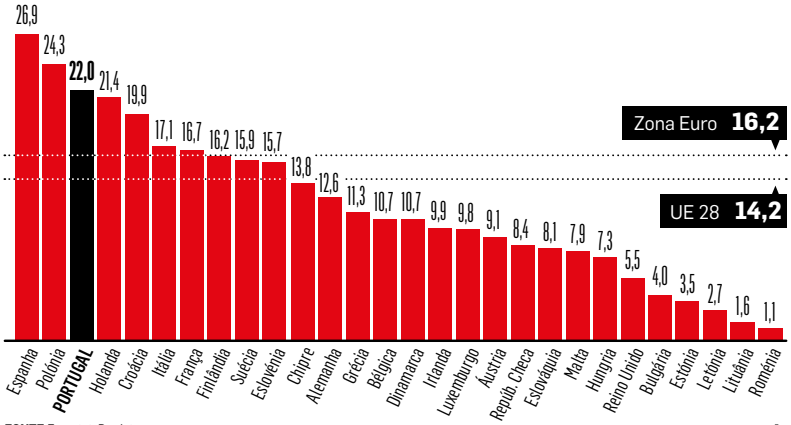
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 45
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 6 de 11

# Peso dos contratos temporários

*Portugal é um dos países onde mais trabalhadores têm vínculo precário*

EM % DA POPULAÇÃO EMPREGADA




**FONTE** Eurostat, Pordata

**INFOGRAFIA** VISÃO

## *"Numa primeira fase, [a crise] vai incidir nos trabalhadores cujos custos de recrutamento ou despedimento são baixos"*

***JOÃO CEREJEIRA*** professor da Universidade do Minho

"Bairros e pessoas pobres são particularmente afetados pela crise da Covid-19. Estão mais expostos a riscos de saúde, porque trabalham em setores críticos. Têm muito menos probabilidades de trabalharem remotamente, o que coloca os seus rendimentos e postos de trabalho em maior risco. Têm apartamentos mais pequenos e vivem em zonas de maior densidade populacional", aponta o Bruegel. "A Covid-19 está a revelar diferentes desigualdades inter-relacionadas."

### ALUNOS FICAM PARA TRÁS

O problema não é só um isolamento apertado. Talvez pareça inconcebível para quem passe o dia a vasculhar no Twitter ou a fazer *scroll* no Instagram, mas ainda há muitos portugueses sem internet. Segundo a Pordata, duas em cada dez famílias não têm ligação à internet. O Alentejo é a região com a percentagem mais baixa: 74 por cento. Para essas pessoas, a ideia de programas públicos online, consulta de informação oficial ou simplesmente ver vídeos de gatinhos no YouTube não entram na programação do isolamento.

Essa diferença de acesso é decisiva quando se pensa na capacidade de aprendizagem das crianças em aulas virtuais. Uma casa com vários computadores, *tablets* e internet rápida representa uma enorme vantagem. Em tempos normais, a frequência presencial ajuda a anular parte dessa disparidade. Agora, é como se cada aluno tivesse sido colocado numa escola individual, determinada pelos rendimentos dos pais.

"O que se está a passar no sistema educativo é um exemplo de desigualdade. Quebrar a ligação com a escola será muito mais pesado para as famílias mais desprotegidas", diz Farinha Rodrigues. "É evidente que a capacidade de adaptação não é a mesma para todas as famílias. Há muitas crianças que não têm acesso à internet e têm situações familiares muito diferenciadas, com capacidades díspares em lidar com esta situação."

Diferentes estudos – realizados com estudantes universitários – sugerem que alunos que já têm pior aproveitamento escolar são os mais perdem com as aulas online. Em Por-

## *Francisco Veiga*

*48 anos*

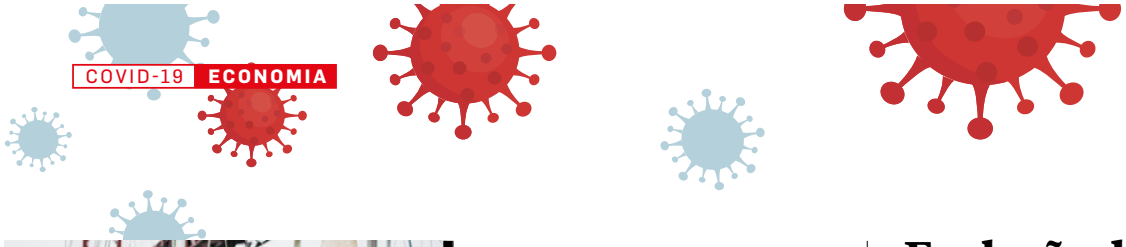
**Fiscal do Metro do Porto**

## "Mandaram-me para casa gozar dias de férias"

A empresa para a qual Francisco Veiga trabalha desde 2017, a Anthea, de Gonçalo Salgado (segurança privado de Cristiano Ronaldo), é subcontratada pela Metro do Porto. Há um ano que Francisco anda pelas carruagens a verificar se os passageiros possuem título de transporte válido, como manda a lei. Com um contrato a termo certo, Francisco já sabia que no final de abril seria despedido da Anthea, mas logo a 4 de março mandaram-no para casa gozar férias, juntamente com outros quatro colegas. A 31 de março, por telefone, foi informado pela empresa que esta teria uma proposta de rescisão amigável com direito a carta para o fundo de desemprego. Mas todos recusaram e desde 1 de abril que se apresentam nas instalações do metro para trabalhar, sem autorização para entrarem. Ali ficam duas horas, chamam a PSP para registar a ocorrência e voltam para casa. Francisco mora em Paranhos com a companheira e um filho de 8 anos, recebeu o último ordenado (€750) a 6 de abril. Este mês pôde pagar a renda de €260, no mês que vem não sabe. Resta-lhes intentar uma ação judicial para que se possam despedir com justa causa, porque a empresa "não nos está a dar nem pau, nem bola". **S.C.**

LUCÍLIA MONTEIRO

CISION
ID: 86002082
VISÃO
16-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral
Pág: 46
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 7 de 11



ARLINDO CAMACHO

*Teresa Eduardo*
*51 anos*
**Organiza passeios de veleiro**

## "Penso um dia de cada vez"

Teresa Eduardo tem, há um mês, os dois veleiros parados na Doca de Santo Amaro, em Lisboa. A 14 de março, quatro norte-americanos que estavam de férias na capital foram os últimos passageiros de um passeio pelo Tejo, que já foi feito com o distanciamento certo entre todos e o desinfetante de mãos por perto. As embarcações, para oito ou 12 pessoas, sempre saíram para a água durante o ano inteiro. Mesmo nos dias de inverno, sem chuva e com pouco vento, não faltavam turistas que quisessem ver a melhor vista sobre Lisboa, a partir do Cais do Ginjal, na Margem Sul. No verão, atingia o topo com três passeios diários, sendo o do pôr do Sol o mais requisitado. Teresa Eduardo tinha tudo preparado para as reservas dos próximos meses, até ver o estado de emergência suspender o tráfego aéreo e as plataformas de reservas, como a Airbnb ou a GetYourGuide, cancelarem-lhe os passeios, sem qualquer compensação financeira. "A situação de incerteza leva a que ninguém remarque", conta a empresária. Para já, as plataformas estão a tentar transformar as reservas em *vouchers* para usar no futuro e, quando recomeçar a trabalhar, a Airbnb vai abdicar da sua comissão durante dois meses. Teresa está a reduzir ao máximo as despesas (incluindo as pessoais, pois só tem reservas para dois meses) e a tentar os apoios do Turismo de Portugal, com um ano de carência. "A nossa atividade marítimo-turística anual está comprometida, com quebras superiores a 60 por cento. Penso um dia de cada vez", diz. **S.C.**

tugal, sabemos que o sistema perpetua a estrutura socioeconómica. "Quando analisamos os fatores explicativos do sucesso escolar, aquele que aparece sempre como fundamental é a formação educativa dos pais", acrescenta Farinha Rodrigues. Aulas online, com um suposto acompanhamento parental ao trabalho feito, vão acentuar esse efeito.

Em muitas dessas casas, deverá haver também mulheres sobrecarregadas. Embora essa realidade esteja a mudar, os dados mostram que as tarefas domésticas ainda são, na sua maioria, uma responsabilidade feminina. Um relatório da OIT sublinhava que, antes da pandemia, as mulheres passavam em média 4h25m em tarefas não pagas, comparativamente às 1h23m para os homens. Muitas estarão entaladas entre as exigências de uma família trancada em casa e as suas responsabilidades laborais. E isso será especialmente verdade para profissionais de saúde, na sua maioria mulheres (70% em todo o mundo). Estes são, nesta altura, o grupo mais exposto ao contágio.

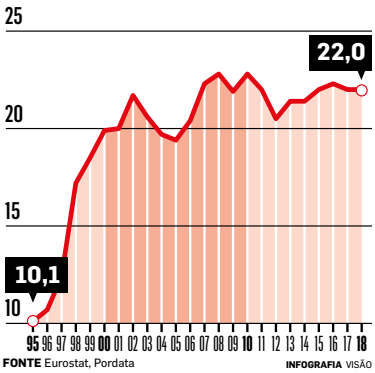
Seria importante saber que outros grupos estão em situação frágil, mas é uma tarefa complicada em Portugal. Recorde-se que, no ano passado, o INE chumbou a possibilidade de se introduzir uma pergunta acerca da origem étnico-racial da população nos censos, o que permitiria ter um retrato das diferenças entre as condições de vida da população.

Nos EUA, essa preocupação tem estado no centro da análise do impacto da pandemia. Sabemos, por exemplo, que o vírus está a atingir mais os norte-americanos negros, que têm como ponto de partida uma saúde deteriorada (problemas vasculares, diabetes), menores rendimentos, capacidade de teletrabalho limitada, menor probabilidade de ter um seguro de saúde e casas em piores condições.

## Evolução dos vínculos precários

*A percentagem de contratos a prazo e de recibos verdes mais do que duplicou desde os anos 90*

EM % DA POPULAÇÃO EMPREGADA




**FONTE** Eurostat, Pordata
**INFOGRAFIA** VISÃO

**A *GIG ECONOMY* ESFUMA-SE**

A recessão deste ano deverá ser violentíssima. O FMI prevê uma contração de 8% da economia portuguesa. Mário Centeno assumiu que, por cada 30 dias úteis de confinamento, deverá haver uma quebra de 6,5% do PIB, esperando que ela não chegue aos dois dígitos.

Até agora, o *layoff* simplificado é o que tem feito mexer mais o mercado de trabalho em Portugal, com mais de 640 mil trabalhadores de 40 mil empresas potencialmente afetados até ao final da primeira semana de abril, escrevia-se no *Jornal de Negócios*. Só saberemos a taxa de desemprego de março no final deste mês, mas o número de registados nos centros de emprego – uma métrica que não apanha todos os que ficam sem trabalho – mostra 18 mil novos desempregados só nos primeiros dias de abril. O medo de toda a gente é que esses valores disparem. O Banco de

***"Muitas pessoas que trabalham em turismo, plataformas [Uber, Glovo] têm situações muito precárias. Em Portugal, houve uma redução do desemprego nos últimos anos, mas à custa deste aumento da precariedade"***

***RENATO DO CARMO*** diretor do Observatório das Desigualdades

CISION

ID: 86002082

VISÃO

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 47
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 8 de 11

Portugal estima que podem ser destruídos 250 mil empregos, este ano, com a taxa de desemprego a saltar de 6,5% para 11,7 por cento.

João Cerejeira espera que, numa primeira fase, "o impacto da crise incida nos trabalhadores cujos custos de recrutamento ou de despedimento são baixos", explica à VISÃO. O professor da Universidade do Minho está a referir-se a duas situações: "trabalhadores em ocupações pouco exigentes do ponto de vista de formação profissional ou em que exista mão de obra disponível e facilmente substituível"; e "trabalhadores com contratos de trabalho precários". "Vamos observar uma subida do desemprego em atividades cujos custos de saída ou de entrada das empresas no mercado são baixos. Falamos de PME nos setores dos serviços pessoais, restauração, por exemplo", conclui.

A perda de emprego deverá ser a principal fonte de pressão financeira sobre as famílias. E, nesse campo, os portugueses com patrão dividem-se em dois grupos: de um lado, aqueles que têm um contrato sem termo (estão nos quadros); do outro, os precários (contratos a prazo, falsos recibos verdes). É como se vivessem em mundos diferentes. Quem está no segundo grupo enfrenta uma probabilidade de perda de emprego muito maior do que quem está no primeiro. É o que se chama um "mercado de trabalho dual". Um problema para o qual os especialistas alertam sempre que se discute emprego em Portugal. Isso é importante porque, em momentos de emergência, a destruição do emprego precário pode ser muito agressiva. Foi assim durante a crise anterior. Até os sinais políticos diferenciam os dois eixos. Por exemplo, o governo proibiu o despedimento em empresas que recorram a apoios públicos – como o *layoff* simplificado –, mas não anunciou qualquer proteção do emprego para contratados a prazo, recibos verdes ou trabalhadores em período experimental.

Francisco Veiga (*ver caixa da página 45*) está a viver essa diferença de tratamento. Tinha um contrato a prazo com uma empresa responsável por fiscalizar o Metro do Porto. No início de março, foi mandado para casa em férias forçadas. Quatro semanas depois, ofereceram-lhe uma rescisão amigável. Mora com a companheira e o filho de 8 anos. Neste mês ainda consegue pagar a renda. No próximo, não sabe.

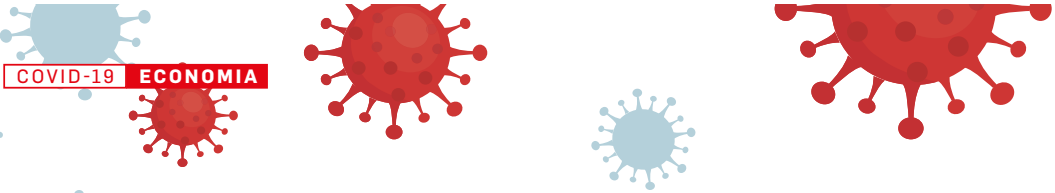
*Solange Morais*
*36 anos*
**Instrutora de ioga e massagista**

## "Não tinha falta de trabalho"

Durante 14 anos, Solange Morais trabalhou numa loja de roupa do grupo espanhol Inditex. A antiguidade valeu-lhe chegar a 2018 com um ordenado líquido de 900 euros e, como ainda morava em casa dos pais, conseguiu amealhar algumas economias. Entretanto, no ano passado quis e mudou de vida, tornando-se instrutora de ioga e massagista. Não havia dia da semana em que Solange Morais não estivesse ocupada, apesar de ser *freelancer* e passar recibos verdes. A morar e a trabalhar em Évora, até dia 16 de março era chamada por vários hotéis com spa para fazer massagens aos hóspedes e também dava aulas de ioga no ginásio de um hotel e num outro estúdio. "Estávamos numa altura com muito turismo devido aos *vouchers* oferecidos no Natal. Tinha a semana preenchida sempre com mais de oito horas diárias. Não tinha falta de trabalho", assegura. Como está no primeiro ano de isenção dos recibos verdes, não tem direito a qualquer apoio. Casada e sem filhos, com "uma renda de casa baixa (€380) e poucas despesas", conseguirá viver "um ano sem grandes aventuras" com as poupanças que estavam destinadas à abertura do seu próprio estúdio de ioga. E, se for preciso, contará com a ajuda dos pais. **S.C.**

DAVID GERMANO

CISION
ID: 86002082
VISÃO
16-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral
Pág: 48
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 9 de 11




*Rita Rocha Brito*
*33 anos*
**Administradora de grupo de hotelaria e restauração**

# "O mercado asiático está a fazer reservas"

A piscina interior do M'ar de Ar Aqueduto, hotel de cinco estrelas em Évora, era a mais recente coqueluche do grupo M'ar de Ar, negócio familiar iniciado, há 25 anos, pelo pai de Rita Rocha Brito, administradora e diretora comercial. Janeiro e fevereiro estavam a ser uma época baixa "muito acima da média". Depois de encerrar também o quatro estrelas M'Ar de Ar Muralhas, cederam vários quartos para dez a 12 médicos do Hospital do Espírito Santo de Évora lá pernoitarem. Já o Lisb'on Hostel, no Chiado, ia arrancar a temporada em março, com os grupos escolares europeus. Há um ano, o grupo hoteleiro investiu na restauração ao abrir o Degust'Ar, em Lisboa, com o chefe António Nobre à frente da cozinha. Agora, falta reestruturar a carta e chamar os funcionários que, à exceção do chefe, estão todos em regime de layoff, para reabrir com takeaway. Nas quatro estruturas do grupo, são 130 pessoas sem trabalhar, em casa. Só a contabilidade, as reservas e os comerciais conseguem fazer teletrabalho. "O mercado asiático está a fazer reservas para maio", conta Rita, espantada, não garantindo disponibilidade. Sem previsão de despedimentos, estão a suportar os custos, com pagamentos e recebimentos pendentes. **S.C.**

MARCOR BORGA

Segundo os dados do Ministério do Trabalho, os setores com maior percentagem de trabalhadores que não estão no quadro da empresa são: hotelaria e restauração, construção, atividades artísticas e atividades administrativas. São algumas das áreas mais atingidas por esta crise e, por arrasto, aquelas em que os empregadores podem sentir mais pressão para cortar esses laços. Os trabalhadores vão sofrer um triplo choque: o seu setor será mais afetado, o seu vínculo protege-os menos e o seu salário baixo impediu-os de ter poupanças significativas.

Se partirmos de uma seleção feita pelo Bruegel entre setores mais e menos em risco de disrupção pelo coronavírus, conclui-se que, entre os mais afetados, 45% dos trabalhadores por conta de outrem têm contratos a prazo ou com termo incerto, o que os torna mais facilmente dispensáveis. Por comparação, nos restantes ramos de atividade a percentagem é 28% e, teoricamente, será mais fácil conservar o posto de trabalho.

Este impacto diferenciado não se esgota no vínculo. Os setores atingidos com mais violência são também aqueles que pagam salários mais baixos. Em hotelaria e restauração, por exemplo, ganha-se, em média, 812 euros brutos, com mais de um terço dos trabalhadores a levar para casa o salário mínimo ou menos do que isso. É o valor mais baixo entre todos os ramos de atividade, no setor que provavelmente sofrerá mais com a crise. Em média, setores em risco têm um salário 350 euros mais baixo do que os restantes. Quando são despedidos, colocados em *layoff* ou quando lhes é reduzido o fluxo de trabalho, esses trabalhadores já estão numa situação financeira mais frágil.

Renato do Carmo, diretor do Observatório das Desigualdades, vê paralelismos entre o que pode acontecer no turismo e aquilo que se viveu na crise anterior com a construção. Com uma mão de obra também pouco qualificada e vínculos precários, a construção crescia a um ritmo forte até esbarrar num muro de cimento. "Parte dessas pessoas, muitas com idade avançada, tive uma grande de dificuldade em regressar ao mercado de trabalho", lembra. O turismo tem uma mão de obra mais jovem, também composta por muitos imigrantes. "É uma realidade de que se fala pouco. Trabalhavam em restauração, hotelaria, Uber... Muitos talvez tenham de regressar ao país de origem, onde provavelmente têm uma rede próxima que pode apoiá-los."

O regresso ao Brasil está a ser considerado por Karla Vilela. Foi dispensada de todos os trabalhos de limpeza que tinha, e o marido, trabalhador na construção, também foi mandado para casa. Procura alternativas, mas "não há emprego, nem para os portugueses quanto mais para os imigrantes", diz à VISÃO. No final deste mês deixará de ter qualquer fonte de rendimento.

Imigrantes e trabalhadores na economia informal estão na primeira linha do impacto económico. "Muitas pessoas que trabalham em turismo, plataformas [Uber, Glovo], tuk-tuks têm situações muito precárias e, às vezes, estão até sem contrato. Em Portugal, houve uma redução do desemprego nos últimos anos, mas à custa deste aumento da precariedade", aponta Renato do Carmo.

É esse o caso de Pedro (nome fictício), de 22 anos. Era condutor de tuk-tuk em Lisboa e não tinha contrato nem sequer passava recibos verdes. Hoje, está arrependido por ter aceitado trabalhar sem vínculo: sempre podia candidatar-se a apoios públicos. Quando deixou de poder trabalhar, tinha 100 euros de poupança. Ainda assim, tem a sorte de poder viver com os pais. Tem colegas em situações mais dramáticas – casais com filhos que deixaram de ter trabalho ao mesmo tempo.

"A Covid-19 expõe cruelmente essas desigualdades – desde apanhar o vírus, a ficar vivo, até lidar com as consequências económicas dramáticas", lia-se num texto assinado por Patrick Belser para a OIT. À VISÃO, explica que "devemos prestar particular atenção a todos os grupos que normalmente não estão abrangidos por mecanismos de proteção social ou que trabalham de forma informal". "Dois mil milhões de trabalhadores em todo o mundo estão integrados na economia informal e não podem aceder a subsídio de desemprego. Trabalhadores na *gig economy* são especialmente frágeis. Quando não trabalham, não têm rendimento. Estão particularmente vulneráveis a cair na pobreza."

Casos como o de Pedro tornam o combate à crise muito desafiante, porque não são abrangidos pelos apoios públicos. "É como se essas pessoas não existissem. É como se desaparecessem", diz Renato do Carmo. Por isso

CISION
ID: 86002082
VISÃO
16-04-2020
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral
Pág: 49
Cores: Cor
Área: 18,00 x 27,00 cm²
Corte: 10 de 11

# Precariedade por setor

*Há mais contratos temporários nos setores potencialmente mais afetados*

**TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM, CONTRATO COM TERMO OU INDEFINIDO***

**MÉDIA DOS SETORES COM RISCO**

| MAIOR | MENOR |
|---|---|
| 44,6% | 27,5% |

| | COM TERMO OU INDEFINIDO | TOTAL EMPREGO |
|---|---|---|
| Atividades administrativas | 64,05% | 293 550 |
| Hotelaria e restauração | 52,49% | 241 853 |
| Construção | 46,93% | 206 868 |
| Artes e desporto | 43,06% | 26 529 |
| Imobiliário | 38,60% | 23 132 |
| Outros serviços | 35,38% | 61 792 |
| Água e resíduos | 33,11% | 23 567 |
| Comércio | 32,85% | 52 2673 |
| Transporte e armazenagem | 32,28% | 145 741 |
| Atividades técnicas e consultoria | 32,07% | 123 636 |
| Educação | 30,68% | 57 690 |
| Indústrias transformadoras | 28,24% | 633 595 |
| Saúde e apoio social | 27,32% | 263 021 |
| Informação e comunicação | 25,63% | 86 973 |
| Indústria extrativa | 25,28% | 8 338 |
| Banca e seguros | 7,35% | 75 395 |
| Eletricidade e gás | 6,39% | 6 748 |

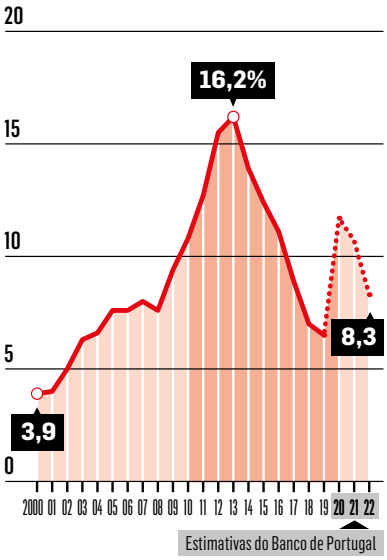
*valores de outubro de 2018

**FONTE** Ministério do Trabalho, INE **INFOGRAFIA** VISÃO

# Taxa de desemprego

*Depois de cair ao longo de seis anos, o desemprego deverá voltar a disparar*

**EM PORTUGAL**




se tem ouvido falar cada vez mais de medidas como um rendimento mínimo alargado que chegue a toda a gente. E também chegaria a quem não precisa dele, mas seria o preço a pagar pela universalidade.

"Quando a situação de emergência se atenuar, como vamos recuperar a economia? Claramente, será preciso um programa de recuperação social que tenha em conta as populações mais desfavorecidas", alerta Farinha Rodrigues. "Temos estado muito atentos à evolução da curva dos infetados. Também vamos ter uma curva de emergência social que precisaremos de achatar."

**UMA SOCIEDADE DIFERENTE?**

Se ainda existe um nevoeiro denso em torno do impacto desta crise, isso é ainda mais verdade nas consequências mais estruturais para a desigualdade. Apesar do pessimismo reinante, há quem antecipe transformações positivas. No passado, guerras, crises económicas e pandemias foram os momentos de diminuição das desigualdades. Nos EUA, a Segurança Social foi criada com a Grande Depressão; no Reino Unido, as raízes do Sistema Nacional de Saúde recuam à II Guerra Mundial.

Em entrevista ao *The Nation*, Thomas Piketty lembrava que tempos de crise "são os momentos em que as conceções existentes sobre economia estão a ser desafiadas e novas trajetórias político-ideológicas podem emergir". "A Covid-19 mostra que as autoridades públicas podem escolher regular as forças económicas, se assim o desejarem", acrescenta.

Economistas à esquerda têm sugerido que este seria um bom *timing* para avançar com propostas mais radicais de correção de desigualdade, como é o caso de um imposto sobre a riqueza, já bastante discutido antes desta crise. Gabriel Zucman, discípulo de Piketty, propõe que esse imposto sobre os 1% dos mais ricos seja criado ao mesmo tempo em toda a União Europeia e sirva para compensar a emissão de eurobonds.

Algumas das mudanças que os governos estão a ser obrigados a fazer poderão acabar por tornar-se definitivas, seja no funcionamento dos bancos centrais seja no apoio às famílias. Farinha Rodrigues espera que, quando chegar, a recuperação do mercado de trabalho traga "emprego com direitos" e o reconhecimento de que o combate à pobreza tem de ir mais longe do que os apoios sociais diretos.

Um choque desta dimensão provocará sempre feridas que demorarão a sarar. Mas caberá aos governos usar este desastre para se prepararem melhor para o futuro. "Vai deixar cicatrizes profundas. Mas também deve ser um fator para uma reflexão profunda sobre o que nós queremos da nossa economia e da nossa sociedade", diz Farinha Rodrigues. "Se aprendermos as lições certas, talvez sejamos capazes de tirar algo de positivo desta crise."

***"Temos estado muito atentos à evolução da curva dos infetados. Também vamos ter uma curva de emergência social que precisaremos de achatar"***

***CARLOS FARINHA RODRIGUES*** professor do ISEG

**Com Sónia Calheiros** visao@visao.pt

CISION

ID: 86002082

VISÃO

16-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 18,00 x 2,55 cm²
Corte: 11 de 11

# O VÍRUS QUE AUMENTA A DESIGUALDADE

GRANDE DOSSIER **QUEM SOFRE MAIS QUANDO A ECONOMIA FICA PARADA**

A NEWSMAGAZINE MAIS LIDA DO PAÍS

WWW.VISAO.PT

Nº 1415 . 16/4 A 22/4/2020 . CONT. E ILHAS: €3,70 . SEMANAL

# VISÃO

# COMO RESISTIR AO ISOLAMENTO

AS LIÇÕES DE SETE PORTUGUESES QUE VIVERAM CONFINADOS, À FORÇA OU POR VONTADE PRÓPRIA: UM ASTRONAUTA, UM VELEJADOR, UM EX-PADRE, UM ESCRITOR, UM PRESO POLÍTICO, UM BUDISTA E UMA DOENTE DE TUBERCULOSE. HISTÓRIAS INSPIRADORAS PARA TEMPOS DE PANDEMIA

**João Lousada**
Diretor de voo da Estação Espacial Internacional, em terra, já esteve isolado no deserto a testar como será uma missão tripulada a Marte

OEWF FLORIAN VOGGENEDER